

DIAGNÓSTICO E PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



ZONA ESPECIAL DE INTERESSE
SOCIAL PIRAMBU



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE

**DIAGNÓSTICO E PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL PIRAMBU

FORTALEZA – CEARÁ

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio

VICE-REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

COORDENADOR-GERAL DO PROJETO

Hidelbrando dos Santos Soares

COORDENADORA DO CADERNO

Maria do Socorro Ferreira Osterne

**Material elaborado através do TDCO nº 001/2019/CIDADES/ FUNECE em parceria
com o IPLANFOR**

EQUIPE TÉCNICA VINCULADA AO PROJETO

Hidelbrando dos Santos Soares – Coordenador-Geral
Augusto Reinaldo Pimentel Guimarães – Coordenador-Geral (agosto de 2019 a novembro de 2019)
Ana Augusta Ferreira de Freitas – Coordenadora de Caderno
Daniel Gonçalves Rodrigues – Coordenador de Caderno
Davis Pereira de Paula – Coordenador de Caderno
Frederico de Holanda Bastos – Coordenador de Caderno
Hermano José Batista de Carvalho – Coordenador de Caderno
Maria do Socorro Ferreira Osterne – Coordenadora de Caderno
Roberta Nunes – Pesquisadora Plena e Responsável pelo Caderno de Normatização
Abner Monteiro Nunes Cordeiro – Pesquisador Sênior
Eduardo Lacerda Barros – Pesquisador Sênior
Francisco José Maciel de Moura – Pesquisador Sênior
João Sérgio Queiroz de Lima – Pesquisador Sênior
Lise Mary Soares Souza – Pesquisadora Sênior
Maria Zelma de Araújo Madeira – Pesquisadora Sênior
Nilo Alves Júnior – Pesquisador Sênior
Rodrigo Guimarães de Carvalho – Pesquisador Sênior
Samuel Façanha Câmara – Pesquisador Sênior
Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra – Pesquisadora Sênior
Alyne Bezerra Tabosa de Holanda – Pesquisadora Plena
Aryberg de Souza Duarte – Pesquisador Pleno
Daiane Daine de Oliveira Gomes – Pesquisadora Plena
Edmundo Rodrigues de Brito – Pesquisador Pleno
Elane Mendonça Conde Carneiro – Pesquisadora Plena
Fátima Regina Lopes Brandão – Pesquisadora Plena
Felipe Gerhard Paula Sousa – Pesquisador Pleno
Fernanda de Figueiredo Marques Mattos – Pesquisadora Plena
Fernando Antônio Alves dos Santos – Pesquisador Pleno
João Capistrano de Abreu Neto – Pesquisador Pleno
Lucas Lopes Ferreira de Souza – Pesquisador Pleno
Luiz Carlos Prata Regadas – Pesquisador Pleno
Mariana Maia Bezerra – Pesquisadora Plena
Michelle do Carmo Sobreira Domingues – Pesquisadora Plena
Pedro Almi da Costa Freire – Pesquisador Pleno
Rui Jorge de Carvalho – Pesquisador Pleno
Thais Oliveira Ponte – Pesquisadora Plena
Thiago Ayres Barreira de Campos Barros – Pesquisador Pleno
Tiago Amorim Nogueira – Pesquisador Pleno
Andrea César da Silveira – Pesquisadora Júnior
Brena Kelle Carneiro Vasconcelos – Pesquisadora Júnior
Daniel dos Reis Cavalcante – Pesquisador Júnior

David Hélio Miranda de Medeiros – Pesquisador Júnior
Denis Barbosa de Lima – Pesquisador Júnior
Domingos Albano Matos Menezes – Pesquisador Júnior
Dyego Moraes Silva – Pesquisador Júnior
Elizangela da Cruz Barros – Pesquisadora Júnior
Emilio Tiago Vasconcelos dos Santos – Pesquisador Júnior
Eurides Melo Almeida – Pesquisadora Júnior
Francisco George Urbano Melo – Pesquisador Júnior
Francisco Oricélio da Silva Brindeiro – Pesquisador Júnior
Georgia Alencar de Andrade – Pesquisadora Júnior
Giovanna Luiza Pinheiro Brito – Pesquisadora Júnior
Gisele Vasconcelos Cordeiro – Pesquisadora Júnior
Jéssica Chaves Ribeiro – Pesquisadora Júnior
Leonardo David Ribeiro – Pesquisador Júnior
Lúcia de Fátima Bezerra Wirtzbiki – Pesquisadora Júnior
Luciana Sousa Mendes – Pesquisadora Júnior
Margarida Kézia de Sousa Pinto – Pesquisadora Júnior
Mayara Rocha Coelho – Pesquisadora Júnior
Michaela Farias Alves – Pesquisadora Júnior
Patrícia de Melo Rodrigues – Pesquisadora Júnior
Patrícia Maria Apolônio de Oliveira – Pesquisadora Júnior
Pedro Vitor Monte Rabelo – Pesquisador Júnior
Rafael Nogueira Rocha – Pesquisador Júnior
Rafaela Cajado Magalhães – Pesquisadora Júnior
Raul da Franca Alencar – Pesquisador Júnior
Rômulo Martins de Medeiros – Pesquisador Júnior
Thiago Martins de Moraes – Pesquisador Júnior
Thiago Matheus de Paula Sousa – Pesquisador Júnior
Ticiane Rodrigues Nunes – Pesquisadora Júnior
Vita Caroline Mota Saraiva Quinderé – Pesquisadora Júnior
Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão – Pesquisadora Júnior
Willia Maria Lima Peixoto – Pesquisadora Júnior
Alisson Freitas da Silva – Bolsista de Iniciação Científica
Francisca Fabrícia de Sousa Oliveira – Bolsista de Iniciação Científica
Francisco Mario Carneiro da Silva – Bolsista de Iniciação Científica
Hermeson Gustavo dos Santos Soares – Bolsista de Iniciação Científica
Iara Pereira dos Reis – Bolsista de Iniciação Científica
Icleane Pinheiro de Carvalho – Bolsista de Iniciação Científica
Isadora Moura Rodrigues Freitas – Bolsista de Iniciação Científica
Jéssica Clara da Silveira – Bolsista de Iniciação Científica
João Oscar de Oliveira Filho – Bolsista de Iniciação Científica
Laiça Vitória da Silva Limeira – Bolsista de Iniciação Científica
Lara Lima Lourenço – Bolsista de Iniciação Científica
Lucas Honório Magalhães – Bolsista de Iniciação Científica

Marina Lima da Silva – Bolsista de Iniciação Científica
Mateus Cavalcante de Sousa Lima – Bolsista de Iniciação Científica
Matheus Dayson de Sousa Vasconcelos – Bolsista de Iniciação Científica
Pablo de Moura Rodrigues – Bolsista de Iniciação Científica
Paula Carolina de Freitas Souza – Bolsista de Iniciação Científica
Rachel Maria Félix Monteiro – Bolsista de Iniciação Científica
Samira Almeida de Souza – Bolsista de Iniciação Científica
Antônia Eliene Brito de Paula – Articuladora de Campo
Emanuel Costa Maranhão – Articulador de Campo
José Maria Tabosa – Articulador de Campo

Sarah Diva da Silva Ipiranga- Responsável pela revisão textual



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria das Cidades

EQUIPE TÉCNICA - Secretaria das Cidades

Secretário das Cidades:

José Jácome Carneiro Albuquerque

Secretário Executivo de Habitação e Desenvolvimento Urbano:

Marcos César Cals de Oliveira

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna:

Carlos Edilson Araújo

Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – CODUR

Coordenador: Bruno César Nobre

Assistente Técnica: Andrezza de Freitas Guimarães

Coordenadoria de Regularização Fundiária – COREF

Coordenador: Ricardo Durval Eduardo de Lima



EQUIPE TÉCNICA - Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)

Superintendente:

Eudoro Walter de Santana

Superintendente Adjunto:

Mário Fracalossi Júnior

Diretoria de Articulação e Integração de Políticas (DIART):

Diretora: Juliana Mara de Freitas Sena Mota

Gerência de Integração de Políticas Públicas:

Gerente: Joana e Silva Bezerra Kesselring

Gerência de Políticas para Zonas Especiais:

Gerente: Natália Nunes Saraiva

Analistas de Planejamento e Gestão:

Armando Elísio Gonçalves da Silveira

Gérsica Vasconcelos Goes

Haroldo Lopes Soares Filho

CONSELHO GESTOR DA ZEIS PIRAMBU

Segmento Sociedade Civil

Tereza Cristina Alves Barbosa– Titular
Francisco Danilo Silva de Sousa– Titular
Jean Carlos de Oliveira Cruz– Titular
Gustavo Santiago Oliveira– Titular
Raimundo Nonato Silva de Brito– Titular
Francinete Cabral Lima– Titular
Samara Silva dos Santos– Suplente
Paulo de Tarso Rodrigues Aguiar Junior– Suplente
Francisco Osias Matos dos Santos– Suplente
Francisco Elias de Moraes– Suplente
Naja Catarina Oliveira da Silva– Suplente
Débora Nóbrega dos Santos– Suplente

Federação do Movimento Comunitário do Pirambu – FEMOCOPI – Org. Civil

Segmento Poder Público

Coordenadoria Especial de Participação Social – CEPES
Gabinete do Prefeito– GABPREF
Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR
Secretaria Regional I– SER I
Câmara Municipal de Fortaleza – CMFOR

APRESENTAÇÃO

O presente relatório é parte integrante do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Pirambu. O PIRF, instrumento previsto no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, consiste em um plano de regularização fundiária elaborado a partir de uma abordagem sistêmica, envolvendo análises do processo de ocupação do território e integração de políticas econômicas, fundiárias, ambientais e urbanísticas. O plano foi desenvolvido de forma democrática e interativa e contou com a colaboração dos moradores da ZEIS Pirambu.

O trabalho é resultado de uma parceria interinstitucional entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, via Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), o Governo do Estado do Ceará, via Secretaria das Cidades, e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), representada por sua equipe técnica instituída pelo então Reitor José Jackson Coelho Sampaio, em 2019.

Em um breve relato, as tratativas desse projeto na UECE iniciaram-se ainda em 2018, sob a coordenação do Prof^o Dr. Hermano José Batista de Carvalho, pessoa responsável pela articulação inicial entre as instituições envolvidas, bem como pela redação da proposta da UECE em atenção à demanda feita pelo IPLANFOR. Entre 2018 e os primeiros seis meses do ano de 2019, diversas reuniões de aperfeiçoamento da proposta foram conduzidas pelo Prof. Hermano Batista e a equipe técnica do IPLANFOR, nomeada pelo seu superintendente, o Ilmo. Sr. Eudoro Walter de Santana. Em agosto de 2019, após quase um ano de construção da proposta, teve início o período de execução por meio do trabalho da equipe técnica da UECE. Nesse período deu-se início aos trabalhos das equipes juntamente com a comunidade no território da ZEIS Pirambu.

No dia 22 de agosto de 2019, o Magnífico Reitor da UECE, Prof. Jackson Coelho Sampaio, recebeu as lideranças da ZEIS Pirambu para uma acolhida institucional, reforçando os laços e compromissos da instituição com o desenvolvimento pleno do PIRF. Também estavam presentes os parceiros interinstitucionais - Hidelbrando Soares (UECE), Eudoro Walter de Santana (IPLANFOR), Paulo Henrique Lustosa (Secretaria das Cidades), os membros da equipe técnica da UECE, pró-reitores, diretores de Centro e o Chefe de Gabinete.

Por ocasião desse primeiro contato oficial entre os interessados no PIRF, o Prof. Augusto Reinaldo Pimentel Guimarães, então coordenador-geral pela UECE, deu por iniciadas as atividades oficiais da UECE no desenvolvimento do PIRF da ZEIS Pirambu. Ainda no transcorrer dos meses do segundo semestre de 2019, os Planos de Trabalho foram aprovados pelo Conselho Gestor, tendo início a etapa de confecção dos cadernos temáticos, agora sob a coordenação-geral do Prof. Hidelbrando Soares, que orientou as fases seguintes até a aprovação final de todos os cadernos pelo Conselho Gestor.

Ciente da importância desse projeto na tentativa de contribuir com o planejamento de uma cidade sustentável e com maior equidade social, o grupo da UECE estabeleceu prioridade total para a sua execução com a efetiva participação das comunidades e amparo científico necessário na mediação de interesses antagônicos, visando a garantir, da maneira mais viável possível, o estabelecimento de estratégias objetivas de regularização fundiária para as comunidades envolvidas.

No momento em que a Universidade Estadual do Ceará (UECE) finaliza o projeto com a entrega do produto final, registramos a honra de ter participado dessa iniciativa de profundo interesse comum para a consolidação da cidadania no município de Fortaleza. Nas palavras do Profº Hidelbrando dos Santos Soares:

A UECE tem muito orgulho de participar desse trabalho que, com certeza, será fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de Fortaleza, com impactos diretos na qualidade de vida da população. O trabalho realizado pelos pesquisadores envolvidos com esse projeto se diferencia por ajudar o poder público a pensar fora do senso comum, mas sem ignorar as demandas das comunidades e dos grupos que habitam esses locais.

SUMÁRIO

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	9
1.1 PERCURSO DE APROXIMAÇÃO COM OS TERRITÓRIOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS	10
1.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	15
1.3 METODOLOGIA, CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTAIS.....	16
1.4 CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	25
2 DIAGNÓSTICO DAS HISTÓRIAS, LUTAS E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS 	27
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ZEIS DO PIRAMBU	27
2.2 HISTÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS	35
2.3 MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS	49
3 CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS: OS DESAFIOS À ARTICULAÇÃO SOCIAL EPOLÍTICA	55
3.1 POTENCIALIDADES E DESAFIOS	55
3.2 NECESSIDADES E LUTAS	69
4 PROPOSTAS PARA O PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	81
4.1 FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	83
4.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DAS LIDERANÇAS ESUJEITOS SOCIAIS	89
4.3 ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS	97
4.4 OUTRAS PROPOSTAS	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
APÊNDICE	1195

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Diagnóstico e o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS Pirambu, composta pelos bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, foram construídos pela equipe de pesquisadoras da Universidade Estadual do Ceará¹, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com abordagem qualitativa e metodologia participativa, a fim de assegurar a participação da comunidade em todas as etapas de sua elaboração (PDPFOR, 2009).

Desse modo, no Plano de Trabalho previamente elaborado pela equipe e apresentado ao Conselho Gestor da ZEIS Pirambu, considerou-se a *participação popular* como princípio democrático transversal na construção das estratégias metodológicas da pesquisa para a elaboração do Diagnóstico e do Plano. Por isso, a concepção de metodologia adotada na pesquisa se inspirou na educação popular, que busca *romper com as clássicas dicotomias entre pesquisadores/as e pesquisados/as, sujeitos e objetos do conhecimento* (OLIVEIRA, 2018, p. 12).

Com base nessa compreensão, desde a etapa inicial de aproximação teórica ao território da ZEIS Pirambu, optou-se por realizar um levantamento de estudos e documentos produzidos não só pela academia e instituições oficiais de pesquisa, mas também pelos próprios sujeitos, organizações e movimentos populares do território sobre suas histórias, modos de organização e lutas, por se compreender que os movimentos são sujeitos produtores de conhecimento.

As demais etapas de aproximação ao campo da ZEIS Pirambu, realização da pesquisa, sistematização e análise dos dados também foram norteadas por essa compreensão, que pressupõe uma abordagem qualitativa na construção do Diagnóstico e do Plano, de maneira aproximada e dialogada com as lideranças comunitárias do Conselho Gestor e demais sujeitos coletivos que atuam nos territórios da ZEIS. Desse modo, buscou-se articular os saberes acadêmicos aos saberes das organizações e movimentos populares para uma construção conjunta do conhecimento.

Construir o Diagnóstico e o Plano de Participação Comunitária com base no princípio democrático da participação popular foi um desafio, pois, como já se sabe, “não há

¹ Equipe de pesquisadoras do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS do Pirambu: Maria do Socorro Ferreira Osterne (Coordenadora do Caderno), Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra (Pesquisadora Sênior), Fátima Regina Lopes Brandão (Pesquisadora Plena), Vita Caroline Mota Saraiva Quinderé (Pesquisadora Júnior), Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão (Pesquisadora Júnior) e Francisca Fabrícia de Sousa Oliveira (Bolsista de Iniciação Científica).

metodologia descarnada das circunstâncias de quem as aplica” (OLIVEIRA, 2018, p.12), em particular, quando se considera: i) a extensão do território da ZEIS Pirambu (Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará)²; ii) o pioneirismo do território na organização comunitária e nas lutas populares pelo direito à moradia na cidade de Fortaleza, desde os anos 1950 e 1960 (BARREIRA, 1992); iii) a heterogeneidade das organizações e movimentos comunitários, com suas lideranças históricas e trajetórias diversas; iv) os novos ativismos urbanos de grupos, coletivos e movimentos populares, com diferentes perfis, matizes e práticas sociais (BRINGEL, 2018); v) o cenário atual de recrudescimento do conservadorismo e descrença nas instâncias democráticas de participação política e institucional; vi) e o prazo inicialmente previsto para a realização da pesquisa de campo até dezembro de 2019.

Diante desse desafio, foram definidas algumas estratégias metodológicas da pesquisa, apresentadas no Plano de Trabalho, a partir das aproximações ao território e às lideranças comunitárias engajadas direta e indiretamente no Conselho Gestor da ZEIS (presidente, conselheiros/as, suplentes e outros/as ativistas da comunidade). Tais lideranças se envolveram e colaboraram diretamente na construção da pesquisa, mostrando-se sempre abertas, proativas e disponíveis para o trabalho desde o início da entrada no território, em setembro de 2019, até o encerramento das atividades de pesquisa no campo, em fevereiro de 2020.

Neste relatório, descreve-se como se deu todo esse processo, desde as aproximações ao território à realização da pesquisa, sistematização e análises dos dados coletados. Desse modo, procura-se esclarecer as razões das escolhas metodológicas e dos instrumentos e técnicas utilizadas na construção coletiva do Diagnóstico e Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS Pirambu.

1.1 Percurso de aproximação com os territórios e procedimentos metodológicos adotados

A aproximação das equipes técnicas de todos os cadernos do PIRF com o campo foi facilitada pela realização da solenidade de acolhimento aos representantes dos Conselhos Gestores da ZEIS, promovida pela UECE e IPLANFOR, no dia 22 de agosto de 2019, no auditório da Reitoria da UECE. Posteriormente, foram realizados novos contatos com lideranças na reunião ampliada do Conselho Gestor para apresentação das equipes de

²A ZEIS Pirambu está localizada no território que compreende a Secretaria Regional I (SER I), e o conjunto dos seus assentamentos abrange uma área total de 2.824.381, 78 metros quadrados, com estimativa de 92.292 habitantes. IPLANFOR, Relatório das ZEIS, Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário da ZEIS. Fortaleza, 2015.

pesquisadores de todos os cadernos do PIRF, realizada no dia 28 de agosto de 2019, na sede da Federação do Movimento Comunitário do Pirambu (FEMOCOPI). Na ocasião, a equipe de pesquisadoras do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social foi apresentada aos demais conselheiros da ZEIS Pirambu e às pessoas da comunidade que estavam presentes.

Nesses primeiros contatos, a equipe reencontrou algumas lideranças históricas que já conhecia de outros trabalhos e/ou pesquisas sociais realizados no Pirambu e Barra do Ceará. Essas experiências anteriores facilitaram a aproximação ao território, pois já se conheciam algumas organizações comunitárias, movimentos e lideranças históricas direta ou indiretamente engajadas nos trabalhos do Conselho Gestor da ZEIS.

Em seguida, foi elaborado um Plano de Trabalho, em consonância com as diretrizes do Projeto Básico de Elaboração dos PIRFs³, coordenado pela UECE. O Plano de Trabalho foi apresentado à comunidade e validado pelo Conselho Gestor da ZEIS Pirambu e pelo IPLANFOR, em reunião ampliada do Comitê, no dia 13/09/2019. Com a validação do Plano de Trabalho pelo Conselho Gestor e IPLANFOR, foi dada a anuência para a entrada em campo e realização da pesquisa.

Assim, desenhou-se uma proposta de trabalho com o objetivo de se construir, em estreita articulação com a comunidade, o Diagnóstico e o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com uma abordagem qualitativa e metodologia participativa, inspiradas na *educação popular*.

Segundo Corcione (1985), a concepção metodológica dialética de educação popular não se reduz a um método ou conjunto de técnicas. Trata-se de “uma concepção, um modo de conceber a realidade e de se aproximar dela para conhecê-la e atuar sobre a mesma para transformá-la” (CORCIONE, 1985, p.213). Nessa concepção, *a ação educativa* não se restringe às atividades de formação, pois se busca *inter-relacionar pesquisa, pedagogia, comunicação, estratégias de mobilização e organização e cotidiano popular* na construção coletiva de conhecimentos.

Com base nessa abordagem, a equipe buscou se aproximar do território para apreender as experiências, percepções e propostas da comunidade, a fim de se construir

³Projeto Básico de Estudos e Elaboração dos PIRFs das ZEIS Prioritárias do Lagamar, Moura Brasil e Pirambu, UECE, 2019.

conjuntamente o Diagnóstico e o Plano de Participação Social e Desenvolvimento Comunitário.

No Plano de Trabalho, a pesquisa de campo foi subdividida em cinco etapas: Etapa I: Aproximações ao território e realização da pesquisa de campo para a construção do Diagnóstico; Etapa II: Pesquisa de Campo para construção do Plano; Etapa III: Tabulação, sistematização e compilação dos dados; Etapa IV: Discussão e Validação do Diagnóstico e do Plano; Etapa V: Sistematização e Elaboração do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.

Cada etapa da pesquisa foi pensada para atender a objetivos específicos, associados ao objetivo geral de construção coletiva de um Diagnóstico e de um Plano de Participação Comunitária norteados pelo princípio da participação popular, conforme descritos no Plano de Trabalho:

- Realizar levantamentos bibliográficos, documentais e infográficos que resgatem informações sobre as comunidades, suas histórias, culturas, atores, movimentos, lutas sociais e indicadores sociais.
- Conhecer a realidade dos territórios, as lideranças e os movimentos, resgatando o conhecimento produzido pelas comunidades em suas lutas pelo *direito à cidade*⁴.
- Construir estratégias de aproximação com as comunidades.
- Realizar um levantamento das principais lideranças e seus respectivos contatos, para uma posterior aproximação e efetivação da pesquisa.
- Mapear os cenários das organizações comunitárias nos territórios.
- Apreender as experiências, percepções, necessidades, principais problemas, desafios e propostas das comunidades para construção conjunta do Diagnóstico e do Plano de Participação Social e Desenvolvimento Comunitário.
- Compilar os dados, através de discussão e consolidação do Diagnóstico e do Plano.

Considerando o tempo que a equipe dispunha para realizar a pesquisa e as primeiras aproximações ao território e às lideranças do Conselho Gestor, optou-se por realizar,

⁴Segundo Pandofi e Espírito Santo (2014, p.160), o direito à cidade compreende um conjunto de reivindicações dos movimentos urbanos: “Trata-se não apenas do direito à moradia, mas a todos os equipamentos urbanos que possam garantir o desenvolvimento humano dos cidadãos – escolas, hospitais, saneamento básico, fornecimento de água e energia elétrica, equipamentos de mobilidade urbana, de lazer, esportivos, artísticos etc.”.

concomitantemente, as Etapas I e II da pesquisa (Diagnóstico e Plano), a fim de se alcançar os objetivos propostos. Essa opção demandou maior esforço da equipe na construção de estratégias para as aproximações aos territórios e às lideranças comunitárias do Conselho Gestor, no sentido de articular conjuntamente as atividades da pesquisa de campo.

Ademais, essa escolha também exigiu que, no levantamento bibliográfico de estudos e documentos sobre o território, a equipe direcionasse suas leituras para as histórias dos territórios, suas organizações comunitárias, movimentos, lutas e indicadores sociais, considerando as experiências e visões dos sujeitos coletivos⁵. As leituras e aproximações teóricas se deram no decorrer de toda a pesquisa, desde a etapa de elaboração do Plano de Trabalho até a sistematização e análise dos dados.

A opção pela elaboração simultânea do Diagnóstico e do Plano também demandou o direcionamento para as atividades coletivas e dialógicas de pesquisa, com foco nas reuniões e encontros, a fim de se assegurar a construção conjunta do conhecimento. Outras técnicas e instrumentais de pesquisa foram utilizados para complementarem essa construção, como: visitas ao campo, conversas informais, observação participante, registros em diário de campo e entrevistas.

Assim, as primeiras aproximações aos territórios, por intermédio de visitas ao campo, foram realizadas nos meses de setembro e outubro de 2019. Nas primeiras visitas, buscou-se uma aproximação aos espaços e lideranças históricas engajadas direta e indiretamente no Conselho Gestor e que já eram conhecidas da equipe de pesquisadoras. De início, quase sempre em companhia de alguma liderança já conhecida, a equipe percorreu ruas, registrando em imagens as primeiras visitas aos lugares, como à FEMOCOPI, à SOCRELP, ao Calçadão do Vila do Mar, à Barraca F.F, ao Restaurante e Espaço Cultural do Albertu's, ao Centro Cultural Chico da Silva, ao Projeto 4 Varas, ao Açai na Taipa, ao *Pirambu News*, entre outros, conforme fotos a seguir:

⁵Há uma vasta produção bibliográfica sobre o território, que aborda desde a história de sua ocupação às organizações, movimentos e lutas populares dos moradores pela posse da terra, aos grandes projetos urbanísticos e seus impactos nas vidas dos moradores, dentre outros temas relacionados aos movimentos sociais e às lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade, desde os anos 1980 até o contexto atual e as ZEIS. Trata-se de livros, teses, dissertações e artigos, produzidos por pesquisadores/as de diferentes áreas do conhecimento (sociologia, antropologia, ciência política, arquitetura e urbanismo, geografia, história, administração, economia etc.). Há ainda uma produção bibliográfica dos próprios movimentos e ONGs, que desenvolveram e/ou desenvolvem projetos sociais na área, além de documentos e estatísticas produzidos por institutos de pesquisa e instituições do Estado.



Aproximação ao território – SOCRELP



Aproximação ao território – FEMOCOPI



Aproximação ao território – Barraca FF



Aproximação ao território – Centro Cultural Chico da Silva

Nessas visitas, foram realizadas conversas informais, tanto com lideranças conhecidas, vinculadas a esses espaços, quanto com novos sujeitos sociais, a exemplo de lideranças do movimento de mulheres e do articulista do canal de notícias *Pirambu News*, que logo se envolveram e contribuíram com o trabalho, desde a divulgação à participação em atividades de construção conjunta do Diagnóstico e do Plano.

A partir dessas primeiras visitas e conversas informais, registradas em *diários de campo*, a equipe passou a se aproximar ainda mais do território da ZEIS, obtendo os contatos de outras lideranças e conhecendo novos espaços de organização da população. Assim, criou-se uma lista de contatos, um grupo no *WhatsApp* com as lideranças comunitárias, e, aos poucos, foi se constituindo uma teia de relações nos territórios, que facilitou a entrada em campo, bem como a articulação, mobilização e divulgação conjunta das atividades a serem realizadas no decorrer da pesquisa.

Essa estratégia de aproximação ao território não teria sido possível sem o apoio das lideranças envolvidas nos trabalhos do Conselho Gestor, com suas experiências históricas

de organização comunitária e de lutas populares no Grande Pirambu, desde os anos 1950 e 1960 até hoje. Essas lideranças foram forjadas em um ambiente político, cultural e pedagógico rico e diverso, onde aprenderam e aprendem, cotidianamente, a enfrentar múltiplos desafios em suas lutas plurais não só pelo direito à cidade, mas também pelo direito à vida.

Nessa trajetória de aproximação ao campo, o diálogo com jovens bolsistas de Iniciação Científica da UECE, que moram nos territórios, e com os pesquisadores de outros cadernos, que também iniciavam seus trabalhos na área, foi muito importante, pois contribuiu para a troca de informações e listas de contatos, além da articulação conjunta na mobilização para a realização de atividades promovidas pelos demais cadernos. Além disso, a entrada no campo foi facilitada por uma atividade conjunta, que articulou todos os cadernos: a cartografia social proposta pelo Caderno Urbanístico.

Na construção dessas estratégias metodológicas, sinalizadas no Plano de Trabalho e aqui destacadas, o princípio democrático da participação popular, articulado a outros princípios, norteou as escolhas da equipe durante todo o processo de pesquisa para a construção conjunta do Diagnóstico e do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS Pirambu.

1.2 Princípios norteadores

- Estabelecimento do Plano de Trabalho de acordo com o Projeto Básico aprovado pelo Conselho Gestor e pelo IPLANFOR para as ZEIS.
- Garantia da participação dos Conselhos Gestores das ZEIS na construção do Diagnóstico e do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento social.
- Respeito à diversidade das organizações comunitárias, considerando a multiplicidade de grupos, coletivos, movimentos sociais e culturais, povos e comunidades tradicionais das ZEIS.
- Valorização dos territórios e do direito ao seu usufruto qualificado pelos indivíduos que os constituem.
- Participação popular assegurada em todas as etapas da elaboração do Diagnóstico e do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.
- Estabelecimento de um processo de aprendizagem e construção conjunta do conhecimento, articulando saberes populares e saberes acadêmicos.

Para além dos princípios definidos no Plano de Trabalho, considerando o contexto atual de disputas territoriais de organizações criminosas na cidade de Fortaleza e na ZEIS Pirambu, a equipe também norteou seu trabalho pelos preceitos éticos do sigilo em relação às identidades pessoais de todos os sujeitos que participaram da pesquisa, bem como da segurança das informações obtidas em campo.

1.3 Metodologia, construção e validação de instrumentais

No desenho da metodologia participativa para a construção conjunta do Diagnóstico e Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS Pirambu, utilizou-se de reuniões, oficinas e encontros com diversos sujeitos coletivos dos territórios da ZEIS como principais instrumentos da pesquisa. Aplicaram-se técnicas e dinâmicas de trabalho em grupo, nas quais foram desenvolvidas atividades lúdicas e dialógicas de reflexão e construção conjunta do conhecimento.

Durante essas atividades coletivas, outros instrumentos e técnicas complementares de pesquisa foram incorporados para a escuta dos sujeitos e o registro de suas falas e contribuições, como a observação participante e o registro em diários de campo de todas as informações obtidas nas atividades coletivas. Após uma prévia discussão coletiva com os sujeitos e mediante a sua autorização, também se utilizou o gravador para registrar suas falas e intervenções nos encontros, além de imagens, a fim de se construir um acervo de narrativas e fotos para documentação das atividades e consultas posteriores.

Foram realizados sete encontros com os sujeitos coletivos da ZEIS Pirambu, para construção do Diagnóstico e do Plano, denominados de *Diálogos Comunitários da ZEIS*. Na escolha dos sujeitos coletivos para a realização dos Diálogos, consideraram-se as antigas e as novas formas de organização comunitária, associativismo e ativismos populares, identificados pelas lideranças durante as oficinas de mapeamento, além de uma amostra de profissionais de instituições públicas que prestam serviços nos territórios da ZEIS. A ideia de se incluir uma amostra dos profissionais que atuam em equipamentos de saúde, educação e assistência social no território partiu do reconhecimento de que esses profissionais, por força das profissões que exercem, têm muito conhecimento tanto da situação de suas respectivas áreas de atuação quanto da dinâmica da comunidade.

A escolha dos lugares para a realização dos encontros foi decidida em comum acordo com as lideranças do Conselho Gestor, buscando contemplar os espaços de fácil acesso para os sujeitos, conforme as subdivisões dos territórios da ZEIS (Pirambu, Cristo

Redentor e Barra do Ceará). Desse modo, nos sete Diálogos Comunitários buscou-se contemplar os seguintes sujeitos coletivos: dois encontros com associações de moradores; um com grupos e coletivos de mulheres; dois com grupos e coletivos de jovens; um com grupos e coletivos artísticos e culturais; e um com gestores e profissionais das políticas públicas de educação, assistência social e saúde que prestam serviços nos territórios.

Desse modo, além dos sete Diálogos Comunitários mencionados, foram realizadas, também, mais seis atividades coletivas no território, dentre as quais se destacam as atividades de pesquisa para o mapeamento conjunto das organizações comunitárias, que serão descritas a seguir. Essas atividades envolveram ao todo 194 participantes, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Reuniões e Encontros realizados na ZEIS do Grande Pirambu

Data	Evento	Público	Território (s)	Local	Participantes
13/09/19	Apresentação do Plano de Trabalho	Conselho Gestor ampliado	Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará	FEMOCOPI	36
27/09/19	Oficina de mapeamento dos sujeitos coletivos	Conselheiros da ZEIS e outras lideranças	Pirambu e Cristo Redentor	CSU Cristo Redentor	6
27/09/19	Oficina de mapeamento dos sujeitos coletivos	Conselheiros da ZEIS e outras lideranças	Barra do Ceará	CEPID	24
18/10/19	Reunião/mapeamento dos sujeitos coletivos	Conselheiros da ZEIS e outras lideranças	Pirambu, Cristo Redentor e Barra Ceará	FEMOCOPI	11
25/10/19	Preparação para os Diálogos Comunitários com associações de moradores	Conselheiros da ZEIS	Pirambu e Cristo Redentor	FEMOCOPI	8
30/10/19	Diálogos Comunitários com associações de moradores	Lideranças comunitárias	Cristo Redentor e Pirambu	SECAI	29
05/11/19	Preparação para o Diálogo Comunitário com associações de moradores	Conselheiros da ZEIS	Barra do Ceará	Restaurante Albertu's	8
08/11/19	Diálogo Comunitário com associações de moradores	Lideranças comunitárias	Barra do Ceará	CEPID	15
22/11/19	Diálogo Comunitário com coletivo de Mulheres	Grupos de Mulheres	Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará	CSU Cristo Redentor	09
29/11/19	Diálogo Comunitário com coletivos de jovens	Jovens	Barra do Ceará	CUCA da Barra	03
06/12/19	Diálogo Comunitário com coletivos de jovens	Jovens	Pirambu e Cristo Redentor	CSU Cristo Redentor	11
09/12/19	Diálogo Comunitário com coletivos de artistas e grupos culturais	Artistas	Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará	Açaí na Taipa	19
11/12/19	Diálogo Comunitário com profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social	Profissionais da educação, saúde e assistência social	Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará	CUCA da Barra	15
TOTAL DE PARTICIPANTES					194

Para o início do mapeamento das organizações comunitárias do território, após a apresentação do Plano de Trabalho para o Conselho Gestor da ZEIS, realizaram-se simultaneamente duas oficinas de mapeamento, juntamente com todos os pesquisadores dos demais cadernos. Essas oficinas foram articuladas pelo Caderno Urbanístico, denominadas *Diálogos Urbanísticos da ZEIS*, no dia 27/09/10, sendo uma no CSU do Cristo Redentor (Cristo Redentor e Pirambu) e outra no CEPID (Barra do Ceará).

A partir das orientações dos pesquisadores do Caderno Urbanístico sobre a metodologia da *cartografia social* para os dois Diálogos Urbanísticos, a equipe técnica do *Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social* elaborou questões específicas, a fim de que a comunidade pudesse identificar nos mapas quais eram e onde estavam localizados os sujeitos coletivos que interessavam ao mapeamento deste Caderno.

No mapeamento dos sujeitos coletivos, considerou-se a heterogeneidade e diversidade de organizações, associações, grupos e movimentos que dinamizam a vida comunitária e as práticas associativas no território da ZEIS. Desse modo, procurou-se identificar: i) associações de moradores; ii) grupos, coletivos, associações e movimentos de jovens e de mulheres; iii) grupos, coletivos, associações, movimentos artísticos, culturais e esportivos; iv) organizações não governamentais e projetos sociais; v) grupos e organizações religiosas; e vi) povos e comunidades tradicionais.

Cada sujeito coletivo foi associado a uma cor e a uma legenda de fácil identificação no mapa. Durante a atividade, a equipe levou seus *cadernos de campo* para registrar todas as informações que as pessoas da comunidade repassavam sobre as associações, grupos e demais sujeitos coletivos, no momento em que tentavam localizar no mapa as organizações comunitárias dos territórios.

No mapeamento inicial das organizações comunitárias na Barra do Ceará, não se encontraram grandes dificuldades, pois o número de participantes (24 pessoas) que compareceu aos Diálogos Urbanísticos possibilitou a aplicação da metodologia. Ficaram faltando apenas informações complementares para serem checadas posteriormente.

No entanto, houve dificuldades na oficina realizada no CSU do Cristo Redentor. O número reduzido de participantes dificultou a aplicação da metodologia, pois esta demandava um contingente maior de pessoas para serem divididas pelo menos em seis grupos, a fim de que cada grupo pudesse circular em todas as seis mesas onde estavam pesquisadores de cada caderno, com seus respectivos mapas. Desse modo, os pesquisadores de cada um dos cadernos do PIRF poderiam localizar em seus mapas o que cada grupo ia identificando, até saturá-los com as informações necessárias para todos os cadernos. Contudo,

apenas seis pessoas da comunidade que compareceram ao evento, passaram pela mesa do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, resultando em poucas informações obtidas.

Considerando essas lacunas, a equipe técnica da UECE se articulou com as lideranças do Conselho Gestor para fazer uma reunião ampliada (presidente, conselheiros/as, suplentes e ativistas convidados/as) com lideranças do Pirambu e Cristo Redentor, na sede da FEMOCOPI, no dia 18/10/19. Essa reunião teve o objetivo de avaliar conjuntamente as oficinas anteriores, complementar informações do mapeamento e planejar a próxima atividade coletiva de pesquisa para a construção do Diagnóstico e do Plano, conforme as imagens a seguir:



Oficina de Mapeamento – FEMOCOPI

Onze (11) lideranças do Pirambu e Cristo Redentor participaram dessa reunião ampliada do Conselho Gestor. Antes de retomar o mapeamento, avaliou-se conjuntamente a atividade anterior, complementou-se o mapeamento e discutiram-se estratégias de mobilização para a próxima atividade a ser realizada: os *Diálogos Comunitários com as Associações de Moradores do território da ZEIS*.

Para esse mapeamento foram utilizadas folhas de papel madeira e pincéis, com cores diferenciadas para cada sujeito coletivo, a fim de que lideranças e ativistas presentes na reunião pudessem identificar as organizações comunitárias existentes nos dois bairros: i) associações de moradores; ii) grupos, coletivos e movimentos de jovens; iii) grupos, coletivos e movimentos de mulheres; iv) grupos e coletivos culturais, artísticos e esportivos; v) grupos e organizações religiosas; vi) ONGs e projetos sociais; vii) povos e comunidades tradicionais.

A partir do mapeamento, foi construída uma lista das associações de moradores e discutiram-se estratégias de mobilização conjunta para a realização da primeira atividade coletiva e dialogada de pesquisa para a construção do Diagnóstico e do Plano com as associações de moradores, os Diálogos Comunitários. Decidiu-se conjuntamente com as lideranças do Conselho Gestor pela realização de dois encontros, sendo um para contemplar as associações de moradores do Pirambu e Cristo Redentor, e outro as da Barra do Ceará.

Após a reunião de mapeamento das organizações comunitárias do território, realizaram-se mais duas reuniões preparatórias dos Diálogos Comunitários com as lideranças do Conselho Gestor, a fim de se discutir e validar conjuntamente a metodologia dos encontros e as estratégias de mobilização. Desse modo foi realizada uma reunião com as lideranças do Pirambu e Cristo Redentor e outra com as lideranças da Barra do Ceará, conforme imagens a seguir:



Reuniões preparatórias dos Diálogos Comunitários

Adotou-se essa estratégia de planejamento conjunto com as lideranças do Conselho Gestor para todos os Diálogos Comunitários realizados com os demais sujeitos coletivos nos territórios (mulheres, jovens, artistas e profissionais das políticas de saúde, assistência social e educação). Quando não foi possível realizar reuniões preparatórias no território, em razão das múltiplas atividades dos conselheiros, que também se dividiam com os trabalhos dos demais cadernos, utilizaram-se outros meios para dialogar e construir juntos os encontros.

Desse modo, no planejamento dos encontros, a equipe se articulou com outras lideranças indicadas pelos próprios conselheiros da ZEIS, como foi o caso dos Diálogos

Comunitários com as organizações e movimentos de mulheres, de jovens e de artistas. Discutiu-se com lideranças e ativistas ligados/as a esses movimentos na sede da FEMOCOPI e no Açaí na Taipa.

Também foram utilizados outros meios de articulação, discussão e mobilização para os encontros, sempre em diálogo com as lideranças do Conselho Gestor, como a criação de um grupo no *WhatsApp* com as lideranças, conversas informais e articulações pelo telefone com profissionais das políticas públicas, ativistas de movimentos e grupos de jovens e artistas engajados em movimentos culturais no território. Na mobilização para os encontros, além desses recursos, foram elaborados e impressos convites, os quais foram entregues por pesquisadores e lideranças do Conselho Gestor às organizações comunitárias convidadas durante as visitas a campo, além de cartazes e textos explicativos *on line*, divulgados nas redes sociais e no *Pirambu News*.

Além dessas estratégias, na mobilização para os Diálogos Comunitários com os profissionais das políticas públicas, foi elaborada uma carta-convite para ser entregue aos gestores desses equipamentos. Em seguida, foi estabelecido um contato direto entre a coordenação da pesquisa na UECE com a SER I, para que os gestores desses equipamentos fossem avisados com antecedência pelos seus superiores. Em seguida, os gestores das escolas, unidades de saúde e de assistência receberam visitas da equipe da pesquisa e/ou dos conselheiros das ZEIS para explicar os objetivos da pesquisa, fazer o convite pessoalmente e, por fim, entregar a carta-convite. Em geral, essas visitas foram antecedidas de contato telefônico.

Na metodologia dos Diálogos Comunitários, dinâmicas e trabalhos em grupo foram aplicados para a construção coletiva do Diagnóstico e do Plano, conforme o modelo básico apresentado no **Quadro 2**, adaptando as dinâmicas às especificidades de cada sujeito coletivo. Para abrir os encontros, sempre se iniciou com uma fala de abertura de um (a) representante do Conselho Gestor, seguida por uma *Dinâmica de Pertencimento afetivo ao lugar*, utilizando-se de músicas que inspirassem o sentido de pertença e as relações afetivas dos sujeitos com os seus territórios e suas lutas. Assim, os trabalhos poderiam ser alimentados pelos afetos coletivos. Nos trabalhos de grupo foram elaboradas questões para serem discutidas, conforme eixos temáticos do Diagnóstico e do Plano, além de dinâmicas de avaliação ao final de cada encontro, conforme explicitado no quadro a seguir:

Quadro 2– Metodologia dos Diálogos Comunitários

ATIVIDADES	
1)	CRENCIAMENTO: Identificação em lista de frequência e crachá.
2)	ABERTURA: 2.1. Abertura por um (a) representante do Conselho Gestor que apresenta os objetivos do encontro e a equipe de pesquisadoras da UECE. 2.2. Dinâmica de pertencimento afetivo ao lugar: Ao som do hino do Pirambu, os participantes se apresentam, dizendo seus nomes, organização a que pertencem e bairro onde moram. Cada um é convidado a dizer o que mais admira no bairro. Ao final, o facilitador da equipe apresenta as qualidades destacadas, chamando a atenção para o olhar positivo sobre o território.
3)	DIAGNÓSTICO: A facilitadora lança três perguntas sobre aspectos relativos à situação das organizações comunitárias. Os participantes são divididos em três grupos e cada grupo fica responsável por discutir uma pergunta. Perguntas: 3.1 Quais as principais lutas vivenciadas na comunidade hoje? 3.2 Quais as experiências positivas e negativas de participação comunitária ocorreram no bairro? 3.3 No momento, quais as principais forças e fraquezas das organizações da comunidade? Após as discussões, cada grupo apresenta suas respostas. A facilitadora sintetiza os dados trazidos pelos participantes e abre para que os demais grupos possam acrescentar outras contribuições.
INTERVALO: Lanche	
4)	PLANO: A facilitadora solicita que sejam formados 4 grupos. Cada grupo fica com um eixo com perguntas para subsidiar a discussão, conforme as estratégias do Projeto Básico da ZEIS (UECE). 4.1 Quanto ao fortalecimento das organizações e dos canais de participação e controle social: - Que ações o grupo sugere que seriam importantes para o fortalecimento das organizações do bairro? (comunitárias, culturais, esportivas, de mulheres, de jovens, de idosos, grupos religiosos etc.). - Que ações o grupo sugere que seriam importantes para o fortalecimento dos canais de participação e controle social nas etapas de desenvolvimento das obras e equipamentos sociais no bairro? (conselhos, fóruns, redes, comissões, audiências públicas etc.) 4.2 Quanto à formação continuada das lideranças das organizações e movimentos: - Que ações o grupo sugere para melhorar a formação continuada das lideranças dos grupos, organizações e movimentos comunitários? (cursos, seminários, encontros, palestras etc.). 4.3 Quanto à comunicação e socialização das informações: - Que ações o grupo sugere para criação / fortalecimento de canais de comunicação e mídias alternativas que contribuam para o compartilhamento de informações de interesse público do bairro? 4.4 Quanto à articulação comunitária / e estabelecimento de parcerias: - Que ações o grupo sugere para melhorar a articulação entre as organizações da comunidade no sentido de fortalecer suas lutas? - Que ações o grupo sugere para melhorar as parcerias entre as organizações da comunidade e as instituições públicas e privadas?
5)	AVALIAÇÃO: Dinâmica “A palavra voou” Em círculo, é utilizada a dinâmica “A palavra voou”, em que cada participante pode resumir em uma palavra a sua avaliação sobre o encontro.
6)	ENCERRAMENTO: Após a avaliação, as facilitadoras agradecem a participação de todos e informam sobre os próximos encontros.
7)	FICHA TÉCNICA
Equipamentos: Pen drive, computador, extensão e caixa de som.	
Materiais: Lista de frequência; 10 folhas de papel madeira; 1 fita gomada; 10 pincéis; crachás; tarjetas.	
Lanche: Frutas, bolos, biscoitos, café e sucos.	

Além das reuniões e dos encontros coletivos de construção conjunta do conhecimento, entrevistas semiestruturadas (individuais e em grupo) foram empregadas como instrumentos de pesquisa para complementar as informações obtidas nas atividades coletivas. No roteiro das entrevistas, buscou-se elaborar questões articuladas aos eixos temáticos do Diagnóstico e do Plano, a fim de se identificar: i) os perfis dos/as entrevistados/as; ii) as trajetórias individuais de inserção nas organizações comunitárias do território; iii) as visões sobre os territórios e a situação atual das organizações comunitárias; iv) experiências de participação popular; v) as propostas e sugestões de melhoria nos territórios.



Entrevistas com lideranças históricas



Entrevistas com lideranças históricas



Entrevistas com lideranças históricas

Antes das entrevistas, os/as entrevistados/as foram esclarecidos/as sobre os objetivos da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁶, que foi lido, aceito e assinado por todos/as. Para garantir o sigilo ético e a proteção das identidades dos/as entrevistados/as, optou-se por não identificá-los/as pelos nomes, e sim por um código individual associado à letra E, seguido de um número (E1 a E12), conforme o número e a ordem das entrevistas. As entrevistas foram feitas sempre em dupla, o que permitiu que, enquanto uma pesquisadora conduzisse as perguntas e gravava, a outra fizesse anotações para um o diário de campo. Foram entrevistadas 12 lideranças históricas do território (sete mulheres e cinco homens), conforme o **Quadro 3**:

Quadro 3 – Entrevistas com Lideranças Históricas

Data	Hora	Tipo	Lideranças Entrevistadas	Bairro	Local	Participantes
25/10/2019	14h	Individual	FEMOCOPI	Pirambu	FEMOCOPI	1
20/11/2019	14h	Individual	Movimento Barra Unida	Barra do Ceará	Albertu's Restaurante	1
20/11/2019	16h	Em grupo	Movimento de Saúde Comunitária	Goiabeiras	Projeto 4 Varas	2
29/11/2019	08h30	Individual	Conselho Gestor da ZEIS	Pirambu	FEMOCOPI	1
29/11/2019	08h30	Individual	Associação de Moradores	Cacimba dos Pombos	Residência	1
06/12/2019	10h	Em grupo	Conselho Gestor da ZEIS	Pirambu	SOCRELP	2
06/12/2019	15h	Em grupo	Conselho Gestor da ZEIS	Barra do Ceará	Albertu's Restaurante	2
31/01/2020	15h	Individual	Colônia de Pescadores Z-8	Cristo Redentor	Residência	1
31/01/2020	17h30	Individual	Movimento Cultural	Pirambu	SECAI	1
TOTAL DE ENTREVISTADOS						12

⁶O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido se encontra nos Anexos do Caderno.

1.4 Consolidação e análise dos dados

Considerando que a metodologia participativa e a abordagem qualitativa adotadas na construção do Diagnóstico e do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS Pirambu objetivaram a produção coletiva de conhecimento, foi necessário um cuidadoso sistema de tratamento dos dados para contemplar a diversidade das contribuições dos sujeitos coletivos e das entrevistas realizadas. Esse sistema se inspirou na metodologia proposta por Brandão (2001, p.35), em seu estudo sobre os saberes elaborados nas lutas pela moradia em Fortaleza.

Desse modo, a sistematização dos dados se deu, num primeiro momento, a partir das perguntas trabalhadas nos Diálogos Comunitários, correspondendo aos eixos do Diagnóstico e do Plano. As perguntas para o Diagnóstico foram subdivididas em três grandes eixos, quais sejam: 1) forças (potencialidades) e dificuldades (desafios) das organizações, grupos e coletivos no território; 2) principais necessidades e lutas atuais das organizações, grupos e coletivos; 3) aspectos positivos e negativos das experiências de participação popular vivenciadas no território. Assim, foi produzido um quadro para compilação de todas as respostas dos diferentes sujeitos coletivos, correspondendo aos eixos do Diagnóstico e do Plano, conforme o modelo do **Quadro 4**:

Quadro 4: Compilação dos Diálogos Comunitários

Sujeitos coletivos	Diagnóstico			Plano
	Eixo 1 Potencialidades e Desafios	Eixo 2 Necessidades e Lutas	Eixo 3 Experiências de Participação Popular (+ e -)	Eixo 4 Propostas e Sugestões
Associações de Moradores				
Coletivos de mulheres				
Coletivos de jovens				
Artistas e grupos culturais				
Profissionais das políticas públicas (educação, saúde e assistência social)				

As respostas dos sujeitos coletivos às perguntas relativas aos eixos do Diagnóstico e do Plano foram registradas no seu referido campo, ou seja, na célula correspondente ao cruzamento da linha com a coluna. Dessa forma, foi possível fazer uma leitura horizontal (na linha) das respostas de cada sujeito coletivo nos quatro eixos e, ao mesmo tempo, uma leitura transversal de cada eixo, na ótica dos diferentes sujeitos (colunas). Além de apreender as

especificidades das diferentes posições, avaliações e opiniões, esse sistema permitiu encontrar pontos convergentes e divergentes de leitura da realidade dos participantes.

Em relação às entrevistas, foi adotado o mesmo procedimento. No geral, exceto as particularidades de cada entrevistado, as entrevistas foram semiestruturadas e tiveram como ponto de partida quatro grandes eixos: 1) trajetória no território e participação nas organizações e lutas; 2) visões sobre a situação atual das organizações comunitárias; 3) visões sobre as experiências de participação popular no território; 4) propostas e sugestões.

Como não poderia deixar de ser, cada entrevistado pautou muito suas respostas pela vivência de lutas na comunidade, suas experiências de organização do movimento e de participação em grandes projetos. Assim, a exemplo do resultado dos encontros, as entrevistas também passaram pelo tratamento de registro no quadro, no qual as colunas são dedicadas a cada entrevistado, e as linhas às perguntas. As respostas dos entrevistados são registradas na célula de cruzamento entre linha e coluna. Esse formato permitiu a sistematização das falas dos entrevistados, a leitura transversal e a análise dos resultados, conforme o modelo do quadro abaixo.

Quadro 5: Compilação das Entrevistas

Entrevistados	Diagnóstico			Plano
	Eixo 1 Trajetória e participação nas organizações	Eixo 2 Situação atual Organizações Comunitárias	Eixo 3 Experiências Participação Popular	Eixo 4 Propostas/ Sugestões
Entrevistado 1				
Entrevistado 2				
Entrevistado 3				
Entrevistado 12				

Após o tratamento dos dados, foram feitas a sistematização, a análise e a produção textual do relatório final, obedecendo ao sumário proposto pelo Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.

2 DIAGNÓSTICO DAS HISTÓRIAS, LUTAS E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

2.1 Caracterização da ZEIS do Pirambu

A ZEIS Pirambu é formada pelos bairros Barra do Ceará, Pirambu e Cristo Redentor, abrangendo uma área de 586,1 km² composta por conjuntos habitacionais e áreas de autoconstrução (SANTOS, 2006). O território da ZEIS Pirambu se destaca por estar localizado na área litorânea da zona oeste da cidade de Fortaleza.

O bairro Pirambu, por exemplo, possui 5,5 km² de praia, configurando-se como a maior orla da capital⁷. Assim, entre as potências naturais existentes na localidade estão o mar, o rio Ceará, o encontro das águas, o coqueiral e os campos dunares. O bairro tem esse nome em razão da grande quantidade do peixe *sargo-de-beiço*, um primo do peixe roncadour, que na língua indígena tupi denomina-se Pirambu⁸.

Conforme Costa (1995 *apud* Santos, 2006), a região permaneceu até os anos de 1930 com grande parte de suas dunas brancas, coqueiros e lagoas preservados, como a Lagoa do Mel e a Lagoa Funda. Foi nos anos de 1950, com a abertura de estradas, instalação de indústrias e a chegada de muitos retirantes em fuga da seca do sertão, que muitas alterações ocorreram na sua paisagem natural. Nesse período, os migrantes construíram suas casas com o material que possuíam em várias áreas de risco. Muitas das casas foram feitas de barro e taipa.

Quanto à Barra do Ceará, Leitão (2017)⁹ conta que, em 1604, os navegadores portugueses Pero Coelho e Martim Soares Moreno aportaram no litoral cearense e construíram o primeiro forte da cidade, denominado Fortim de São Tiago. Em suas pesquisas, o autor defende que ambos vieram povoar aquela faixa de terra. Anos depois, os portugueses abandonaram a fundação por conta da seca. A criação de Fortaleza foi decretada 122 anos depois desse fato. Em razão do acontecimento, lá ficou delimitado o Marco Zero da capital.

O referido pesquisador relata que o Morro do Santiago, situado na Barra do Ceará, em frente ao Marco Zero, fica no mesmo local do antigo forte. A constituição da comunidade do morro remonta à década de 1990, quando as primeiras casas começaram a ser construídas

⁷ Para saber mais, ler notícia disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/grande-pirambu-constitui-o-maior-aglomerado-1.1141482>. Acesso em: 8 jan. 2019.

⁸ Leia mais no site disponível em: <http://www.somosvos.com.br/sou-do-bairro-8-historias-ser-do-pirambu/>. Acesso em: 8 jan. 2019.

⁹ Conferir matéria no Jornal O Povo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/07/a-fortaleza-que-completa-413-anos.html>. Acesso em: 8 jan. 2019.

na localidade. A comunidade é atravessada por diversos problemas sociais como a falta de saneamento básico, exploração sexual infantojuvenil, disputas entre facções criminosas pelo tráfico de drogas e armas, e os altos índices de violência letal contra adolescentes e jovens.

A despeito dos desafios que seus moradores enfrentam, também é um espaço onde crianças, adolescentes e jovens vêm criando outras narrativas por meio da arte e da produção audiovisual sobre os afetos e as resistências de sua comunidade¹⁰, estimulados pela Rede Cuca. A vista do Morro do Santiago é uma das mais bonitas da cidade, pois permite um olhar sobre a ponte do Rio Ceará, no encontro de águas salgada e doce. No Marco Zero, é possível verificar vegetações características de mangues. De lá, diversos passeios de barco são realizados, percorrendo o Rio Ceará até a Comunidade Indígena dos Tapebas, no município de Caucaia.

Para uma compreensão e análise dos indicadores populacionais e socioeconômicos do território da ZEIS Pirambu, é necessário considerar a população de Fortaleza e a subdivisão espacial da cidade por regionais. A *Revista Fortaleza 2040* (2015) contabilizou 2.452.185 habitantes na cidade de Fortaleza, sendo estimados cerca de 2.571.896 habitantes para o ano de 2014, conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Desde 1997, a administração executiva da capital cearense foi dividida em subprefeituras, chamadas de Secretarias Executivas Regionais (SERs), totalizando seis em toda a cidade. Segundo a mesma revista, quinze bairros compõem a Secretaria Executiva Regional I (SER I), a qual possui o Índice de Desenvolvimento Humano (2010) de 0,34, um dos menores indicadores da cidade.

A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Pirambu está situada na SER I, abrangendo os bairros do Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, sendo caracterizada tecnicamente pelo IBGE (2010) como o sétimo maior aglomerado subnormal do Brasil (MONTEIRO, 2018). De acordo com os dados do IBGE (2010), o mais populoso dos três bairros em análise é a Barra do Ceará, que possui 72.423 residentes e 20.279 domicílios particulares permanentes. Em seguida, está o Cristo Redentor, que possui 26.717 residentes e 7.237 domicílios particulares permanentes. Por fim, o Pirambu, com 17.775 residentes e 4.775 domicílios particulares permanentes. A Barra do Ceará aparece como o 2º bairro mais populoso de Fortaleza, com 2,95% da população do município (IBGE, 2010).

¹⁰*Cartas para Santiago* foi a produção de audiovisual desenvolvida pelos adolescentes e jovens moradores do Morro do Santiago. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/jovens-da-barra-do-ceara-recontam-historias-do-morro-de-santiago-em-producoes>. Acesso em: 8 jan. 2019.

É importante registrar a queda da população nos bairros do Pirambu e Cristo Redentor nos últimos vinte anos. O Pirambu apresentou uma queda de 13%, e o Cristo Redentor, de 14,54%, conforme os Censos de 1990, 2000 e 2010, do IBGE. No tocante à Barra do Ceará, a população apresentou crescimento de 42,3% no mesmo período (IBGE, Censos de 1990; 2000; 2010).

A Barra do Ceará possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos três bairros, correspondendo a 0,21, conforme estudo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza (SDE, 2014), e 6,64% da população do bairro vivem em condições de extrema pobreza (IBGE, 2010). Com base nos dados do IBGE (2010), o bairro é composto por uma população de 37.765 mulheres e 34.658 homens, sendo, portanto, formada em sua maioria por residentes do sexo feminino, 52,15% na frente de 47,85% do sexo masculino. No tocante à faixa etária, o maior segmento populacional da Barra do Ceará é constituído por jovens, sendo 7,93% composto por sujeitos de 0 a 4 anos, 9,34% de 10 a 14 anos, 31,2% de 15 a 29 anos, e 4,82% de 65 anos em diante. O índice de envelhecimento populacional da Barra do Ceará é de 19,2% (*Anuário Ceará; 2019-2020*).

Em um universo de 72.423 habitantes, quanto à pertença étnico-racial, verifica-se que 46.497(64,2%) habitantes da Barra do Ceará são pardos, 20.536(28,26%) brancos, 4.113(5,68%) pretos, 1.151(1,58%) amarelos, e 126 (0,17%) indígenas.

Quanto à taxa de alfabetização, na Barra do Ceará as mulheres perfazem um percentual de 91,50%, em comparação com 91,10% dos homens (IBGE, 2010). Ao se fazer o cruzamento dos dados das pessoas que declararam sua etnia-raça com o nível de alfabetização verificam-se as desigualdades étnico-raciais no bairro, pois entre as pessoas brancas, 25,11% são alfabetizadas e 2,60% não são alfabetizadas; entre as pessoas pretas, 5,01% são alfabetizadas e 0,97% não são alfabetizadas; entre as pessoas pardas, 57,40% são alfabetizadas e 7,08% não são alfabetizadas; entre as pessoas indígenas, 0,17% são alfabetizadas e 0,02% não são alfabetizadas (IBGE, 2010).

Quando se cruza a taxa de alfabetização à renda, identifica-se que 30,19% (15,01% de mulheres e 15,18% de homens) das pessoas alfabetizadas na Barra do Ceará recebem mais de ½ a 1 salário mínimo e 37,13% (14,59% de homens e 22,54% de mulheres) dessas pessoas alfabetizadas não têm nenhum rendimento (IBGE, 2010).

Na Barra do Ceará, a desigualdade de renda segue a tendência dos demais bairros que compõem a região da ZEIS Pirambu, apresentando a seguinte distribuição: 40,29%

ganham até um 1 salário mínimo; 13,89%, ganham de 1 a 2 salários mínimos; 4,51%, ganham de 2 a 5 salários mínimos; 0,84%, de 5 a 10; 0,13%, de 10 a 20 salários mínimos (IBGE, 2010).

Consoante os dados do IBGE (2010), no que se refere ao rendimento nominal mensal geral, 78,19% dos domicílios da Barra do Ceará apresentam um valor médio de até 1 salário mínimo. Nesse cenário, os homens ganham mais do que as mulheres em todas as faixas etárias, revelando as desigualdades de gênero. Desse modo, os moradores que recebem o maior rendimento no bairro são homens, com idade entre 15 e 29 anos, correspondendo ao percentual de 20,45%, seguido das mulheres na mesma faixa etária que com percentual de 17,35% (IBGE, 2010). A média de moradores por domicílio é de 3,6 habitantes, e a proporção de domicílios ocupados é de 94,7% e a de domicílios não ocupados é de 5,3% (IBGE, 2010).

Outro aspecto relevante na Barra do Ceará é o expressivo crescimento do percentual de mulheres responsáveis pelos domicílios e a queda do percentual masculino. No Censo 2000 os homens constituíam 67,8% dos chefes de domicílios, e as mulheres 32,14% (IBGE, 2000). Já no Censo 2010 os homens respondem por 51,32% e as mulheres já são 48,68% dos responsáveis pelos domicílios (IBGE, 2010).

Quanto ao bairro Cristo Redentor, verifica-se que este tem o mesmo IDH da Barra do Ceará, ou seja, 0,22, conforme estudo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza (SDE, 2014), e 5,99% da população vive em condição de extrema pobreza (IBGE, 2010). Conforme o Censo do IBGE (2010), a população total do Cristo Redentor é de 26.717 habitantes, dos quais 12.639 são mulheres e 14.078 são homens. Portanto, a maioria dos residentes no bairro, 52,69%, é do sexo feminino, e 47,31% é do sexo masculino. Assim como na Barra do Ceará, a população do Cristo Redentor é composta majoritariamente por jovens, sendo 7,5% de 0 a 4 anos, 7,69% de 5 a 9 anos, 9,19% de 10 a 14 anos, 28,3% de 15 a 29 anos e 7,4% de 65 anos em diante. O índice de envelhecimento é de 30,3% (*Anuário Ceará; 2019-2020*).

Em um universo de 26.717 habitantes, quanto à pertença étnico-racial, verifica-se que 16.263(60,87%) dos habitantes do Cristo Redentor são pardos, 8.029(30,05%) são brancos, 1.918(7,18%) são pretos, 425(1,59%) são amarelos e 82 (031%) são indígenas.

Quando se cruza a taxa de alfabetização da população do Cristo Redentor com a etnia-raça, verificam-se as desigualdades étnico-raciais no bairro, pois: 27,96% das pessoas brancas são alfabetizadas, e 3,27% não são alfabetizadas; 6,59% das pessoas pretas são alfabetizadas e

1,26% não são alfabetizadas; 1,5% das pessoas amarelas são alfabetizadas e 0,17% não são alfabetizadas; 57,57% das pessoas pardas são alfabetizadas e 7,46% não são alfabetizadas; 0,41% dos indígenas são alfabetizados e 0,01% não são alfabetizados (IBGE, 2010).

No que diz respeito à distribuição da renda, o Cristo Redentor apresenta elevados níveis de desigualdade, pois 40,3% da população vivem sem nenhum rendimento (IBGE, 2010). Assim, 41% da população ganham até um salário mínimo; 13,94% ganham entre 1 e 2 salários mínimos; 4,07% ganham entre 2 e 5 salários mínimos; apenas 0,6% ganha entre 5 e 10 salários mínimos; apenas 0,07% ganha mais de 10 salários mínimos, e 0,02% mais de 20 salários mínimos (IBGE, 2010).

Quanto ao percentual de moradores por domicílio no Cristo Redentor, segundo dados do IBGE (2010), a média de moradores por domicílio no bairro é de 3,7, sendo a proporção de domicílios ocupados de 94,8% e a proporção de domicílios não ocupados de 5,2% (IBGE, 2010).

No que diz respeito aos responsáveis pelos domicílios, verifica-se expressiva mudança nos percentuais entre os Censos 2000 e 2010. No ano 2000, os homens constituíam 63,77% dos chefes de domicílios no Cristo Redentor, e as mulheres 36,23% (IBGE, 2000). Já no Censo 2010 pode-se constatar que as mulheres constituem 51,67% dos chefes de domicílio no bairro, e os homens 48,33%, revelando um cenário distinto do censo anterior, pois a maioria dos domicílios passa a ser chefiada por mulheres (IBGE, 2010).

Em relação ao bairro do Pirambu, é possível verificar que ele possui o IDH de 0,23, conforme estudo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza (SDE, 2014). Conforme os dados do IBGE (2010), o bairro tem uma população de 17.775 habitantes, dos quais 8.430 são do sexo masculino e 9.345 são do sexo feminino. Assim, as mulheres constituem 52,57% da população do bairro e os homens perfazem 47,43% desta. Quanto à faixa etária, a maioria da população é jovem, pois 7,9% têm de 0 a 4 anos; 8,2% têm de 5 a 9 anos; 9,44% têm de 10 a 14 anos; 35,7% têm de 15 a 29; e 7,6% têm de 65 anos em diante. O índice de envelhecimento é de 29,8% (ANUÁRIO CEARÁ; 2019-2020).

Quando se fala do rendimento nominal mensal dos moradores do Pirambu, observa-se que a desigualdade de renda é elevada, pois 43,4% dos moradores vivem sem rendimento (IBGE, 2010). Ademais, 8,32% dos moradores recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; 32,92% de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo; 11,47% recebem mais de 1 a 2 salários mínimos; 3,35% mais de 2 a 5 salários mínimos; apenas 0,46% recebem mais de 5 a 10 salários mínimos;

apenas 0,09% recebem mais de 10 a 20 salários mínimos; e 0%, ou seja, nenhum morador recebe mais de 20 salários mínimos.

Em um universo de 17.775 habitantes, constata-se que 11.023(62%) são pardos, 5.085(28,61%) são brancos, 1.434(8,07%) são pretos, 196(1,1%) são amarelos e 37(0,21%) são indígenas. Ao se fazer o cruzamento dos dados entre gênero, rendimento e raça-etnia, tem-se uma quantidade expressiva da população do Pirambu que se sustenta apenas com até um salário mínimo, totalizando 41,26% dos moradores. Destes, 25,49% (11,33% homens e 14,16% mulheres) são de pessoas pardas; 11,46% (4,88% homens e 6,58% mulheres) são de pessoas brancas; 3,75% (1,86% homens e 1,89% mulheres) são de pessoas pretas; 0,49% (0,17% homens e 0,32% mulheres) são de pessoas amarelas; 0,07 (0,03% homens e 0,04% mulheres) são de pessoas indígenas (IBGE, 2010).

Ademais, conforme os dados do IBGE (2010), outra parcela significativa da população do Pirambu, correspondendo a 43,35%, não possui rendimento. Ao se fazer o cruzamento entre gênero, rendimento e raça-etnia dessa parcela da população que não possui rendimento, observa-se que: 27,71% (12,1% homens e 15,61% mulheres) são de pessoas pardas; 11,38% (4,53% homens e 6,85% mulheres) são de pessoas brancas; 3,69% (1,87% homens e 1,82% mulheres) de pessoas pretas; 0,47% (0,12% homens e 0,35% mulheres) de pessoas amarelas; 0,1% (0,05% homens e 0,05% mulheres) de pessoas indígenas. Os índices das pessoas que recebem até um salário mínimo, somados aos das pessoas sem rendimento, perfazem 84,61% da população, revelando as desigualdades sociais vivenciadas no bairro (IBGE, 2010).

No tocante aos responsáveis pelos domicílios, verifica-se a mesma tendência dos outros dois bairros, com o crescimento das mulheres na chefia dos domicílios. No Censo 2000, os homens constituíam 59,49% dos responsáveis pelo domicílio, e as mulheres 40,51% (IBGE, 2000). Já no Censo 2010, os homens respondem por 50,91%, ao passo que as mulheres passam a constituir 49,01%, expressando forte tendência de reversão do cenário do censo anterior (IBGE, 2010).

É nesse cenário complexo de reprodução histórica de desigualdades sociais e econômicas nos três bairros da ZEIS Pirambu, reveladas nos indicadores sociais aqui apresentados, em particular, quando se consideram os cruzamentos entre as condições de gênero e étnico-raciais da população, que são reinventadas as suas formas de resistência.

Uma das principais riquezas do território é sua diversidade cultural, possuindo forte expressão artística, religiosa e esportiva. A região da ZEIS Pirambu possui diversos grupos, organizações, movimentos e projetos de iniciativa popular, além de alguns equipamentos culturais implantados pelo poder público e instituições religiosas. Os eventos produzidos por esses atores individuais e coletivos dinamizam a vida do território de modo bastante intenso e particular.

Conforme Gomes (2013), em 1992, foi criado o Centro Popular de Pesquisa, Documentação e Comunicação (CPDOC) do Pirambu, com o objetivo de possibilitar o acesso da população à história do bairro. Trata-se de um projeto pioneiro, de iniciativa popular, que reúne um amplo acervo de publicações e imagens históricas da vida comunitária, do movimento popular e das lutas do bairro: artigos publicados na imprensa, pinacoteca com quadros de artistas, livros e trabalhos acadêmicos, videoteca, fototeca. A partir de sua inauguração, o CPDOC buscou reconstruir a história do bairro, mediante a realização de entrevistas com antigos moradores, lideranças comunitárias e demais pessoas que participavam da vida do bairro, resultando na publicação da obra *Historiando o Pirambu* (COSTA *et al*, 1995).

No cenário das artes plásticas, o território da ZEIS Pirambu teve como grande expoente Francisco Domingos da Silva (1910-1985), mais conhecido como Chico da Silva. O artista, filho de uma cearense e um indígena amazonense, iniciou seu estilo de pintura espontaneamente nos muros do Pirambu. Com o passar do tempo, criou obras que hoje representam parte do patrimônio artístico brasileiro. Os seus trabalhos retratam uma simbologia fortemente associada ao universo do artista, referindo-se a lendas amazônicas, recordações de infância, ritos e práticas mágicas. Chico da Silva foi reconhecido internacionalmente e recebeu menção honrosa na Bienal de Veneza em 1966¹¹.

De acordo com Gomes (2013), no âmbito das manifestações da cultura tradicional popular, a ZEIS Pirambu conta com grupos de folclore que desenvolvem festejos e apresentações de bumbameuboi, pastoril, fandango e coco, sendo uma das grandes referências o Mestre Zé Maria.

Na música, os bairros têm compositores como Ronaldo Lopes, Johnson Soares, Bernardo Neto, dentre tantos outros, e na poesia vários artistas são responsáveis pela

¹¹Para conhecer mais sobre a história do artista, acesse o link disponível em: <https://mauc.ufc.br/acervo-colecoes/colecao-chico-da-silva/>. Acesso em: 9 jan. 2020.

realização de saraus nos quintais das casas de taipa, desde a década de 1970 até os dias atuais, a exemplo do *Sarau na Taipa*, que reúne diversos artistas do território no Açaí na Taipa. Nas áreas da dança e do teatro, existem vários coletivos que promovem espetáculos por toda a cidade¹².

Quanto à religiosidade e diversidade étnico-cultural, os bairros do Pirambu, Barra do Ceará e Cristo Redentor são povoados por múltiplas organizações cristãs (católicas, evangélicas e espíritas) e de matrizes ameríndias e africanas com a existência de terreiros. No dia 15 de agosto, ocorre a tradicional “Caminhada com Maria”, um percurso de 16 quilômetros, onde fiéis da comunidade católica partem do Santuário de Nossa Senhora da Assunção, na Barra do Ceará, com destino à Catedral Metropolitana de Fortaleza. Conforme a *Revista Fortaleza 2040* (2015), na mesma data também é realizada a Festa de Iemanjá na Praia do Futuro, quando os praticantes das religiões de matrizes africanas vestem-se de azul e branco e entregam oferendas para Iemanjá.

O território da ZEIS Pirambu também é conhecido pelo destaque nos esportes, em particular, nas áreas do futebol, atletismo e surf. Existem muitos projetos sociais de futebol e escolinhas de surf que atendem às crianças e adolescentes como ferramenta de desenvolvimento humano e social. A ZEIS Pirambu é ainda sede do Ferroviário Atlético Clube, um dos mais tradicionais clubes de futebol cearense.

Entre os equipamentos culturais institucionais existentes na região está a Academia de Ciências e Artes (ACARTES), uma ONG e o Ponto de Cultura do Governo Federal, que desenvolve desde 2002 ações voltadas para a cultura através da formação de adolescentes e jovens nas áreas do cinema, vídeo, artes plásticas, teatro de palco e teatro de bonecos no Pirambu.

O Projeto Pirambu Digital é uma cooperativa de tecnologia que atua desde 2007 no território. Possui parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), organização social que trabalha com instituições de pesquisa científica e tecnológica e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Desenvolvem, sobretudo, cursos profissionalizantes nas áreas de tecnologia, saúde e formação social para adolescentes e jovens.

¹²É possível verificar as programações de algumas dessas festas nos links a seguir. Disponível em: <http://www.papocult.com.br/2019/08/15/festival-arruaca-de-arte-de-rua-chega-a-segunda-edicao/>. Acesso em: 9 jan. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/para-espalhar-arte-e-cultura-nas-ruas-1.1548573>. Acesso em: 9 jan. 2020.

O Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) da Barra do Ceará foi inaugurado em 2009. Trata-se de uma estratégia da Política Pública de Juventude municipal. O Centro tem por finalidade atender jovens de 15 a 29 anos através de cursos, esportes, difusão cultural, produções na área de comunicação e outras atividades de promoção e garantia dos direitos humanos. O equipamento oferece para a população local eventos, festivais, mostras, exposições e programações permanentes de shows, cinemas e espetáculos diversos.

O Centro Social Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, denominado de Núcleo SESI (Serviço Social da Indústria) Barra do Ceará, está situado na Barra do Ceará e foi inaugurado em 1973. Tem por objetivo atender aos trabalhadores das indústrias da região e seus dependentes. As atividades incluem o espaço cultural do Teatro SESI e o oferecimento de práticas esportivas, como natação, hidroginástica, musculação e ginástica. A Biblioteca do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) disponibiliza aos seus alunos, trabalhadores e público em geral acervos de acordo com as áreas de atuação dos serviços profissionais da instituição.

É nesse ambiente cultural rico que são vivenciadas não apenas desigualdades sociais, mas lutas e resistências históricas da população da ZEIS Pirambu, por meio de suas diferentes formas de organização comunitária e popular.

2.2 Histórias de lutas e resistências

A história do território da ZEIS Pirambu se confunde com a história da fundação, ocupação e expansão da cidade de Fortaleza. De acordo com Castro (1977, p.16), “a verdadeira história do Ceará começa a partir das tentativas de Martim Soares Moreno, figura lendária, incorporada à literatura nacional por José de Alencar, como Martim, o Guerreiro Branco, de Iracema, nome, sem dúvida alguma, dos mais impressionantes da história da colonização portuguesa no Brasil”. Soares Moreno se fixa no estado a partir de 1621, na condição de Capitão-mor, construindo na povoação do arraial da Barra do Ceará, também chamada de Vila Velha, e o Forte de São Sebastião, à margem direita do Rio Ceará.

Por ser litorânea, a região da ZEIS Pirambu teve sua ocupação inicialmente motivada pela atividade pesqueira, todavia outros fatores também concorreram para sua concentração populacional. Segundo Barreira (1992, p.56), o bairro do Pirambu foi uma

“antiga área marítima, ocupada inicialmente por pescadores”. Nos anos 1950, a área “foi povoada, especialmente, por ocasião da seca de 58, quando se alojaram famílias de migrantes vindos do interior” (BARREIRA, 1992, p.56).

Desde as primeiras décadas do século XX, como política de retenção dos retirantes das secas, o governo do estado construiu os Campos de Concentração, conhecidos, também, como *abarracamentos* ou *currais* do governo. Segundo Monteiro (2018), a instalação de Campos de Concentração fez parte da *política higienista* implantada no estado, que tinha como objetivo isolar os retirantes da seca, segregando-os e afastando-os das praças centrais da cidade e das vistas das elites.

Desse modo, os chamados currais do governo “procederam do pensamento higienizador propagado pela sociedade fortalezense da época, que via na massa de retirantes famintos uma ameaça à saúde e ao bem estar da população da cidade alencarina” (MONTEIRO, 2018, p.24).

A construção do *Campo de Concentração do Urubu*¹³, no contexto da seca de 1932, constituiu-se num segundo fator importante para compreensão da origem da população do território da ZEIS Pirambu. A esse respeito, Monteiro (2018) afirma que o relatório do Departamento Nacional de Saúde Pública (D.N.S.P) registrou, na época, 4.345 retirantes alojados no Campo de Urubu.

Um terceiro fator de destacada importância para a ocupação do território foi a construção das oficinas do Urubu (1930), destinadas aos reparos dos vagões do transporte ferroviário. Essas oficinas tiveram um papel fundamental na criação de fontes de emprego e, por consequência, na atração de um contingente de trabalhadores que construíram moradias em suas imediações. Desse modo,

A construção das Oficinas do Urubu ocorreu (...) para dar um maior suporte à empresa ferroviária cearense (...). As terras para a construção das oficinas foram doadas (...) em 1920, possuíam 44 ha e situavam-se à margem da chamada Estrada do Urubu (posteriormente Avenida Demóstenes Rockert, e hoje Avenida Francisco Sá) pavimentada em 1928, para servir de acesso tanto às oficinas como aos hidroaviões que desembarcavam no Rio [Ceará] (FAÇANHA, 2018, p.12).

Por fim, o quarto e último fator de destacada relevância foi a implantação das indústrias que vieram a compor o primeiro Distrito Industrial de Fortaleza, localizado na zona oeste da cidade. Conforme Silva (1992, p.50),

¹³ Os retirantes da seca de 1932 foram segregados no Campo de Concentração do Urubu, que se localizava próximo da Lagoa do Mel e da oficina da viação ferroviária instalada na área, denominada Oficina do Urubu.

A construção de oficinas de reparos dos vagões das ferrovias [Oficinas do Urubu] propiciou a fixação da mão de obra nela empregada, começando a utilizar seus arredores para construção de suas residências. A proximidade do leito da ferrovia associado à presença da mão de obra atraiu outras indústrias que estavam ligadas direta ou indiretamente ao algodão.

Assim, além de pescadores que ocupavam o litoral com a atividade pesqueira, a fixação da população nos bairros que compõem a ZEIS Pirambu tem parte de suas origens formada por famílias de migrantes, retirantes das secas, que foram fixados no Campo de Concentração do Urubu. Ademais, tem também origem em populações de trabalhadores, que foram atraídos pelas fontes de emprego que representavam as Oficinas do Urubu, e as indústrias ainda incipientes, que mais tarde vieram a compor o Distrito Industrial da Francisco Sá.

Essa população, excluída do modelo formal de cidade e afastada da urbanização, vem construir bairros e favelas, como o Lagamar, Mucuripe, Arraial Moura Brasil, Pirambu, entre outros. A presença das fábricas, os transportes rodoviário e ferroviário, o baixo valor dos terrenos, são fatores que atraíram para a região a formação de aglomerados habitacionais de trabalhadores.

Segundo Silva (1992), as primeiras indústrias localizadas na região atuaram no beneficiamento do algodão, caroço e pluma: Pompeu e Irmãos (1883), produção de fios e tecidos de algodão e, em seguida, a Fábrica de tecidos Progresso, Siqueira Gurgel (1919), beneficiamento do óleo, Indústria Têxtil José Pinto do Carmo (1927), Fábrica São José (1928), Brasil Oiticica (1934).

Enquanto o bairro Pirambu iniciava os anos 60, já com uma expressiva população de trabalhadores, avançando na sua organização comunitária, com o apoio da igreja e organizando a Grande Marcha sobre Fortaleza, a Barra do Ceará ainda se caracterizava como uma região pouco habitada.

Com um grande patrimônio natural, composto por fauna e flora próprias de um ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestres e marinhos, a Barra do Ceará apresentava suas riquezas naturais, como a foz do rio Ceará, o manguezal, as dunas e matas. Os moradores mais antigos da Barra do Ceará falam da Lagoa do Mel e de uma mata fechada que ia até onde hoje é o bairro Vila Velha.

Pelo depoimento de uma liderança que chegou à área em 1964, ainda criança, esse cenário abrigava uma população tradicional de pescadores artesanais, com cerca de 40

famílias, que moravam em casas de palha em cima do Morro do Santiago. Não havia energia elétrica e o acesso ao transporte coletivo era muito difícil, o ônibus mais perto passava na Avenida Francisco Sá. Para a Praia das Goiabeiras o acesso acontecia pela beira do rio e do mar, na maré baixa. Foi por essa via que foi transportado o material para a construção de mansões de veraneio para uso das elites de Fortaleza: “Eles fizeram mansões e o local era um paraíso, isolado e sem acesso” (E6)¹⁴.

Desse modo, a ocupação da Barra do Ceará foi contraditória. Por um lado, era habitada por uma pequena colônia de pescadores, por outro abrigava várias mansões de veraneio de propriedade da mais alta elite de Fortaleza¹⁵, na praia das Goiabeiras. Oliveira (2013, p.12) conta que

Até a década de 1930 a Barra do Ceará era um espaço caracterizado pela presença de colônias de pescadores, os quais deram origem ao bairro do Pirambu. Porém, a partir de 1940, o local passou a ser procurado pela elite de Fortaleza, que atraídos pelas belezas naturais: o rio, o mar, o encontro das águas, os coqueiros e as dunas, procuraram instalar chácaras no local.

Apesar de nesta época a Barra do Ceará ter se tornado um lugar de lazer da elite de Fortaleza, sendo escolhida também como local de pouso de hidroaviões, “teve que ceder espaço para os migrantes que deixaram a zona rural em períodos de seca” e foram “abrigados” em campos de concentração (OLIVEIRA, 2013, p.15). Assim, além dos campos de concentração, as indústrias também contribuíram para o povoamento da área, pois muitos trabalhadores em busca de emprego foram atraídos para as indústrias que passaram a se concentrar na Avenida Francisco Sá, que ia do Bairro Jacarecanga até a Barra do Ceará.

De acordo com a liderança entrevistada (E6), a Barra do Ceará dos anos de 1960 e 1970 tinha um ambiente de convivência e muita amizade entre os moradores. Todos se ajudavam e imperavam os valores da solidariedade e da generosidade. Em 1974, quando da construção da Avenida Leste-Oeste, os pescadores foram indenizados e a maioria se afastou da área.

Nos anos 80, como em toda a cidade, a Barra do Ceará foi alvo de muitas ocupações de terrenos, principalmente nos morros. Diferente do Pirambu, a luta por moradia da Barra foi mais tardia, passou pela estratégia da ocupação planejada de terrenos e conquistou a construção de vários conjuntos habitacionais.

¹⁴Entrevista com uma liderança da Barra do Ceará.

¹⁵As casas de veraneio eram de propriedade de: Fernando Feitosa, Evandro Ayres, Virgílio Távora, Aduino Bezerra, Beny Veras, entre outros.

O movimento comunitário da Barra conta atualmente com expressivas lideranças comunitárias que se articulam com facilidade em torno das associações de moradores. Há também o Movimento Barra Unida e o Barra Melhor, organizações espontâneas e informais, além da associação dos Barqueiros da Barra do Ceará.

A história da organização dos moradores da ZEIS Pirambu é de uma longa mobilização pela posse da terra, com destaque para o pioneirismo da organização e conquista da área por meio de um decreto federal de desapropriação por interesse social.

O pioneirismo da luta comunitária do Pirambu foi o grande destaque no contexto dos anos 50 e 60, momento de surgimento dos movimentos de bairros em Fortaleza. Jucá (2000) conta que a história dos movimentos sociais em Fortaleza emerge no final dos anos 1950, em um contexto marcado ao mesmo tempo por duas secas e pela forte migração do interior, que impulsionaram a ocupação de novos espaços urbanos, como o Pirambu, o Lagamar e o Verdes Mares.

Nos anos 1950, o Pirambu concentrou uma das manifestações marcantes dos moradores dos bairros pobres de Fortaleza, organizados pelo Comitê de Defesa dos Moradores e por sua Sociedade Beneficente. Segundo Jucá (2000, p.79),

Os 25.000 moradores viam-se ameaçados pelos que se diziam donos das terras. Realizou-se uma manifestação em 21 de junho de 1956, com a participação de 3.000 moradores contra a ação dos grileiros. O movimento percorreu o centro da cidade, passando na sede de jornais e no Palácio do Governo. Acusavam os grileiros de explorarem terrenos pertencentes à Marinha, pois eram ameaçados de despejo coletivo. Quanto mais tentavam realizar o despejo no Pirambu, maior era a reação da Sociedade Beneficente dos Moradores.

Barreira (1992, p.57) cita várias características da organização dos moradores do Pirambu, que contribuíram para o fortalecimento da resistência aos despejos e da luta pela desapropriação da terra por interesse social, como: i) a organização com base na vivência comunitária do mutirão; ii) a presença de indústrias na região favorecendo que muitos moradores tivessem uma prática de organização sindical; iii) a participação da Igreja Católica.

Conforme o depoimento de um antigo morador do bairro, citado no artigo *A Marcha sobre Fortaleza* (OLIVEIRA, 2013, p.3):

A luta pela posse da terra começou quando os herdeiros do senhor Antonio Joaquim de Carvalho e de Braga Torres se declararam proprietários das terras do Pirambu e alguns deles passaram a ameaçar os moradores, que irmanados no ideal de luta por terra, trabalho e pão começaram a se movimentar, se organizando através da Igreja e do Partido Comunista.

Dessa forma, de acordo com Oliveira (2013), a luta pela desapropriação da terra que começou nos anos 50 foi caracterizada como luta de resistência às ações de grileiros, que por diversas vezes investiram contra a presença dos moradores. As ações de expulsão por parte de interessados na terra, não raro, foram apoiadas pela polícia, resultando em vários conflitos. Segundo o depoimento de uma liderança histórica do bairro:

Havia muita pressão em cima das famílias que moravam na área do Pirambu, pelas famílias que se diziam donas da terra. (...) Aqui e acolá chegavam os capangas e jagunços deles que derrubavam as casas, queimavam, batiam nas pessoas. (...) Como nós melhoramos nossa casa, um dia vieram cinco capangas (...), intimidando minha mãe e minha irmã, dizendo que tínhamos que sair ou então comprar o terreno, se não eles iam derrubar a casa da gente (TABOSA, 2002, p. 143).

A mesma liderança afirma que a iniciativa de organizar a resistência às ameaças de expulsão partiu de alguns moradores (comerciantes, pescadores, estivadores...), que resolveram unir forças e se destacaram como lideranças no decorrer da luta. A ideia era formar uma organização comunitária para conduzir um movimento de defesa da moradia e contra as expulsões. Em meio a essas primeiras lideranças, havia várias influências partidárias, como UDN (União Democrática Nacional), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Sobre a influência partidária, Oliveira (2013) argumenta que desde a década de 40 os movimentos sociais já começavam a se expressar no Pirambu, por conta da aglomeração de operários que moravam no bairro e trabalhavam nas indústrias, como também em função da atuação do PCB. Por essa razão, o autor destaca que o bairro já era alvo de preocupações por parte dos órgãos de repressão política, pois “contava com muitos trabalhadores organizados em torno do Partido Comunista do Brasil (PCB) e suas efervescentes ideias em torno do socialismo” (OLIVEIRA, 2013, p. 2).

As relações entre as lideranças vinculadas a diversos partidos se refletiam nos movimentos sociais da época, gerando certa dificuldade na construção de consensos, pois as divergências políticas rebatiam na condução dos movimentos, o que motivou algumas lideranças a procurarem o apoio do Pe. Hélio Campo, vigário da Paróquia dos Navegantes, para mediar os conflitos e buscar alternativas. Essas lideranças já sentiam certa identidade com as posições do Padre que, nas missas, falava em defesa dos direitos dos pobres e incentivava a organização e a luta pela moradia.

Sobre a ida do Pe. Hélio para o bairro, Oliveira (2013, p.2) relata que, por volta de 1958, a Igreja Católica, já reconhecendo os conflitos decorrentes da questão social e temendo

o crescimento das ideias socialistas pregadas pelo Partido Comunista no Pirambu, enviou para o bairro o Padre Hélio Campos, que se tornou um elo entre os moradores e as autoridades do Estado. O autor afirma, ainda, que o Padre Hélio Campos contribuiu muito para a organização comunitária dos trabalhadores em torno da ideia de uma reforma social-cristã, resultando na organização da Grande Marcha sobre Fortaleza em 1962.

Desse modo, considerando o pedido das lideranças e com a anuência da Igreja, Pe. Hélio passa a ser vigário da Paróquia N. S. das Graças, no Pirambu, a partir de 1958. Assim, a resistência foi organizada sob a liderança do vigário Pe. Hélio Campos, criando uma organização no bairro, estruturada por representantes de ruas, chamada Lar de Todos. De acordo com o depoimento de uma liderança histórica, o bairro foi dividido por setores: Lagoa Funda, Cacimba dos Pombos, Pirambu Centro, Tirol, João XXIII, Casas Novas, Cristo Redentor, Buraco do Céu e Arpoador (TABOSA, 2002, p.145).

O trabalho consistia em reuniões setoriais e reuniões gerais, mensais. Por esses encontros passava uma campanha educativa incentivando as famílias a não venderem suas casas e nem comprarem os terrenos dos pretensos proprietários. A mobilização para essas reuniões contava com a atuação das próprias lideranças, que utilizavam as radiadoras como veículo de comunicação.

À época, muitas casas foram construídas em regime de mutirão, prática baseada na solidariedade entre os vizinhos na construção das casas por meio da troca de dias de trabalho. Além das casas, os moradores também definiam coletivamente os espaçamentos e cruzamento das ruas. Essa prática comunitária do mutirão seguramente contribuiu para o desenvolvimento da competência da organização dos moradores baseada no princípio da solidariedade.

Por meio da influência do Pe. Hélio, alguns moradores participaram da JOC (Juventude Operária Católica), que desenvolvia um trabalho de formação de lideranças, com seminaristas e freiras, a partir da criação de um núcleo da JOC no Pirambu. Por meio da JOC, foram promovidos cursos e seminários para as lideranças, além do incentivo ao aprofundamento da leitura e da escrita e uma base teórica para as lutas sociais.

Mais adiante, em 1960, a comunidade sentiu a necessidade de fazer um levantamento socioeconômico do bairro. Foi feito um contato com a UFC (Universidade Federal do Ceará) e chegaram oito estudantes universitários para fazer a pesquisa, que

“demorou em torno de oito meses, foi uma pesquisa de campo, e no final teve um verdadeiro entrosamento entre eles e a gente, o pessoal de fora e os jovens daqui e o pessoal da JOC, todos!” (TABOSA, 2002, p.148).

A referida pesquisa construiu a caracterização do bairro e de sua população, revelando que o Pirambu era formado por trabalhadores e não correspondia à imagem estigmatizada que era divulgada na imprensa da época, como um bairro de ‘gente que não prestava’. A consciência dessa nova visão do bairro coincidia com o discurso do Pe. Hélio e serviu para a incorporação de uma nova identidade, positiva, além do fortalecimento do vínculo afetivo das pessoas com o lugar.

Na opinião de Tabosa (2002, p.148), essa nova visão em muito contribuiu para “um maior entrosamento entre os partidos e o pessoal da JOC e foi o primeiro passo para conquistas maiores”. A grande bandeira de luta era a desapropriação da área por interesse social. Em todas as reuniões os temas da desapropriação e da construção da igreja de N. S. das Graças eram tratados. Assim, a estruturação da nova paróquia se constituiu no bojo da luta popular pela moradia.

Essa luta culminou com a realização da Grande Marcha do Pirambu, no dia 1º de janeiro de 1962, quando o bairro foi apresentado à cidade, por meio de uma grande manifestação pacífica, mostrando um bairro de cidadãos de bem, trabalhadores organizados, que lutavam por seus direitos, sob a liderança da Igreja Católica, pregando o respeito e o amor ao próximo. A Marcha do Pirambu, que saiu do bairro e foi até o centro da cidade, contou com a participação de 20 a 30 mil pessoas, que cantavam o Hino do Pirambu¹⁶, e exibiam cartazes com dizeres de inspiração cristã e entoavam palavras de ordem por uma Reforma Social.

Desse modo,

A partir da realização da Marcha, abrem-se as portas para o Pirambu. Esse fato projetou o bairro como um dos pioneiros no cenário dos movimentos sociais urbanos

¹⁶Hino do Pirambu de autoria do Pe. Gerardo Campos: “Vem ver, oh Fortaleza, o Pirambu marchar. /Somos pessoas humanas. /Temos direitos que ninguém pode tirar. /Somos cristãos que não temem. /O Cristo é nosso ideal. /E por Ele todos faremos a Reforma Social. /Pirambu Marchar, Pirambu marchar. /Por um mundo melhor vamos lutar”.

de Fortaleza, mostrando que, através da organização, o povo é capaz de vencer e conquistar seus objetivos (COSTA *et al*, 1999, p. 23)¹⁷.

A luta do Pirambu pela moradia assume um lugar de destaque na história dos movimentos sociais da cidade, sendo pioneira e vitoriosa. Essa luta conquistou a desapropriação da terra, por meio do Decreto N° 1.058 de 25 de maio de 1962, que declara as áreas de utilidade pública para fins de desapropriação (OLIVEIRA, 2013, p. 7)¹⁸. Ademais,

A Marcha teve efeitos positivos para os moradores do Pirambu, pois ao seu término políticos influentes do Estado, como o Senhor Virgílio Távora que, através de sua influência política, conseguiu junto ao primeiro Ministro Tancredo Neves, a desapropriação das terras do Pirambu, fato esse que se deu através do Decreto n° 1058/62, assinado no dia 25 de maio de 1962 (OLIVEIRA, 2013, p.7).

Ao lado da conquista da desapropriação, os moradores do Pirambu acabaram por perder uma de suas mais expressivas lideranças, lamenta o referido autor, pois,

(...) decorridos os acontecimentos marcados pelo Golpe Militar de 1964, os movimentos populares foram desarticulados e suas lideranças presas ou exiladas. A Igreja e as forças da repressão, no intuito de desarticular o crescente movimento de resistência dos moradores do Pirambu, trataram rapidamente da transferência do padre Hélio Campos para o Estado do Maranhão (...) (OLIVEIRA, 2013, p.7).

Mais tarde, em 1969, o Pirambu foi dividido em duas Paróquias, a de N. Senhora das Graças e a do Cristo Redentor, administradas, respectivamente, por Frei Memória (no lugar do Pe. Hélio Campos) e Pe. Caetano. Essa divisão repercutiu no surgimento de conflitos em meio aos moradores, por conta da forma distinta de atuação desses dois religiosos. Desse modo,

Com a divisão do Pirambu em duas comunidades, Cristo Redentor e N. S das Graças, o bairro perde muito de sua identidade, bem como o seu vigário, elo de força e de unidade. Agora são duas comunidades, dois Conselhos, dividindo, assim, a força, a organização e a união como um todo (COSTA *et al*, 1999, p.29).

Nos anos 1970, com a repressão decorrente da Ditadura Militar, as prisões e perseguições às lideranças dos movimentos sociais, há um arrefecimento das lutas da população.

(...) a partir de 1976 novas formas de luta são colocadas em prática, as associações de moradores passam a surgir em todo o país (...). Nesse campo, o Pirambu mostrou-

¹⁷ Trata-se aqui da publicação denominada *Historiando o Pirambu* do Centro Popular de Pesquisa, Documentação e Comunicação (CPDOC). O CPDOC é do próprio Pirambu e está abrigado hoje na sede da Federação dos Movimentos Comunitários do Pirambu (FEMOCOPI). Nessa publicação, os autores sistematizam a história do bairro subdividindo-a em 4 fases: Fase I – de 1930 a 1940; Fase II – de 1950 a 1960; Fase III – de 1970 a 1980 e Fase IV – anos 90.

¹⁸O autor destaca, como efeito positivo da Marcha, a ação de políticos influentes do Estado, como o Senhor Virgílio Távora, que através de sua influência política conseguiu, junto ao primeiro Ministro Tancredo Neves, a desapropriação das terras do Pirambu, fato esse que se deu através do Decreto n° 1058/62, assinado no dia 25 de maio de 1962.

se um terreno fértil, aqui surgiram várias dessas organizações, muitas lutas específicas se deram como por educação, calçamento, saneamento etc. (...) Desse modo, no Pirambu, mesmo após o Golpe de 64 e o período de maior restrição à política institucional, os Conselhos Paroquiais do Cristo Redentor e de Nossa Senhora das Graças, as diversas associações de moradores, o Movimento de Libertação, os grupos de jovens e o MOCUPP¹⁹ desencadearam um processo de manutenção dos laços comunitários e de formação de novas lideranças comunitárias (COSTA *et al.*, 1999, p.33).

É nesse cenário de lutas e resistências que os movimentos de bairro, denominados de ‘novos movimentos sociais’, emergem na década de 1980, revelando o surgimento de muitas associações de moradores no território da ZEIS Pirambu. Nessa época, a Igreja Católica, liderada pelo Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, ligado à ala progressista da Teologia da Libertação²⁰, indica para o Pirambu um pároco comprometido com as lutas da comunidade, Padre Haroldo Coelho, que passa a atuar na Paróquia Nossa Senhora das Graças, de 1981 a 1985. Segundo Oliveira (2014, p.103),

No Pirambu, foi muito significativa a participação da Igreja na organização dos moradores, notadamente na década de 1980, quando o Padre Haroldo Coelho assumiu a Paróquia de Nossa Senhora das Graças e abriu as portas da Igreja aos Partidos Políticos, Sindicatos e Movimentos Populares.

Nos anos 1990, por meio do Projeto federal *Fala Favela*, o Pirambu construiu sua Federação de Associações de Moradores, conhecida como Grande Entidade do Pirambu, fundada em maio de 1997. Na época de sua criação, a entidade contava com 146 associações filiadas, abrangendo desde as associações do Pirambu até as da Barra do Ceará. Por questões burocráticas a entidade muda de nome para Federação do Movimento Comunitário do Pirambu (FEMOCOPI), sediada na Avenida Leste-Oeste, 2709. Entre várias atividades que acontecem na FEMOCOPI, a entidade atualmente faz parceria com o Ministério Público na implantação do Núcleo de Mediação Comunitária.

No que se refere às políticas de participação popular, as lideranças falam acerca de suas experiências relacionadas à execução de grandes projetos, dentre eles: a construção da Av. Leste-Oeste, o projeto SANEAR, com seu componente de Educação Ambiental, o PRORENDA, o Costa-Oeste, 2001 e o Vila do Mar, iniciado em 2006. As posições são diversas, às vezes divergentes.

¹⁹Movimento de Cultura Popular do Pirambu fundado em 1983.

²⁰A Teologia da Libertação foi um movimento de renovação da Igreja Católica, que tem como marco a Conferência de Medellín (Colômbia, 1968), quando a Igreja faz a sua opção pelos pobres, por sua libertação integral e pelas Comunidades Eclesiais de Base (OLIVEIRA, 2014).

Indagada sobre as experiências positivas de participação popular, uma entrevistada (E1) cita o PRORENDA como um dos grandes exemplos:

No PRORENDA, teve, sim, muita participação. O PRORENDA foi um grande projeto quando a Rua Santa Elisa era só morro e hoje está bem bonitinha. (...) Também, várias ruas foram calçadas, asfaltadas, arborizadas. Tudo com a participação da comunidade foi muito positivo (E1).

Outra entrevistada, E7, representante da SOCRELP (Sociedade Comunitária de Reciclagem do Pirambu), relata como positivos os espaços de participação de vários setores da comunidade na implantação do Componente Educação Ambiental do SANEAR, realizado em 1995/96, do qual a SOCRELP é fruto.

Outro entrevistado, da Barra do Ceará, queixa-se da política de participação popular do governo municipal, gestão do PT, de 2005 a 2008, quando foi implantado o Orçamento Participativo (OP). De acordo com o entrevistado:

Eles trouxeram o pessoal deles pros meios sociais e criaram o Orçamento Participativo, que era uma mentira; quem decidia eram eles mesmos. Fui a umas reuniões, fizemos uma proposta dos Passeios Ecológicos. Eles trouxeram outras pessoas e excluíram uns barqueiros. Esses passeios já existiam. Eu que levei o Projeto 'Pôr do Sol na Barra do Ceará' para o OP, levei até gente pra votar na proposta. E eles assumiram a proposta, mas excluíram as pessoas. O projeto tinha apresentações artísticas, exposição de artesanato e passeio de barco (E6).

O mesmo entrevistado considera que houve participação no Projeto Costa-Oeste, desde o início, quando era do Governo do Estado, passando por duas gestões estaduais e depois foi transferido para o município.

Esse Projeto Costa-Oeste era discutido no governo Tasso Jereissati. A gente ia pras reuniões. O Lúcio Alcântara fez uma faixa de 1 km. Do marco Zero até à avenida Roberto Kennedy, em duas vias, a coisa mais linda. Com o Juraci e o Lúcio também teve participação popular.

Tudo indica que no início havia, por parte das organizações comunitárias e suas lideranças, uma expectativa bastante positiva em relação ao Projeto Costa-Oeste. De acordo com o documento chamado **Movimento em defesa do povo da Leste-Oeste e da Costa-Oeste**²¹, datado de 25 de março de 1997, e subscrito por 25 organizações²², a urbanização da Costa-Oeste foi uma reivindicação dos moradores e lideranças comunitárias.

²¹MAIA, José Estanislau Esteves. **Movimento de Defesa do Povo da Avenida Leste-Oeste e Costa-Oeste**. Fortaleza, 1997.

²²As 25 organizações que subscrevem o documento são dos seguintes tipos: de Moradores, Culturais, Esportivas, de Barraqueiros, de Pescadores, Sociedades habitacionais de Habitação Popular e Movimento de Defesa da Vida dos Moradores das Goiabeiras e Adjacências. Dentre estas, 12 assinam com 3 pessoas cada, correspondendo à

Nesse documento fica claro que, à época, as lideranças queixaram-se da falta de espaço de participação; não havia sequer circulação de informações verdadeiras. Acredita-se que a falta de informação e de participação cria um ambiente propício ao surgimento de boatos. O documento refere-se a boatos espalhados na comunidade, dizendo que o Governo iria iniciar obras monumentais de urbanismo na área e que, para tanto, iria demolir duas mil casas. Não só o boato, mas a presença de técnicos fazendo medição e outros estudos na área provocaram inquietação e pânico entre as famílias. Até aí a comunidade sequer tinha as informações mínimas do projeto. Foi então que as lideranças começaram a se organizar e passaram a exigir do Governo as minutas dos projetos para estudo e análise por parte das lideranças comunitárias. Queriam avaliar o impacto desse projeto no meio ambiente e na comunidade.

A partir dessa organização inicial, as lideranças conseguiram uma audiência com o Secretário de Desenvolvimento Urbano da época, e que fosse realizada uma audiência Pública da Câmara Municipal no Centro Comunitário das Goiabeiras. Nesses dois momentos foram repassadas as primeiras informações. De acordo com a fonte, a inquietação e o pânico dos moradores deram lugar a uma suposta satisfação de poder ver um sonho realizado: a urbanização da área, associada ao turismo, preservação do meio ambiente e geração de trabalho e renda. Foram informados que só iriam demolir no máximo 200 habitações, e que o reassentamento dessas famílias seria atendido ao longo da nova avenida.

O documento prossegue apresentando várias reivindicações dos moradores para serem acatadas no Projeto. Inicialmente, 18 propostas de caráter geral, seguidas de várias de caráter específico. Ou seja, cada organização signatária fez suas propostas específicas.

Observando a lista das organizações signatárias desse documento, datado de 1997, encontram-se várias organizações que mais tarde lideraram o movimento de oposição e o pedido de embargo da obra. Dentre elas, destaca-se o *Movimento em Defesa da Vida dos Moradores das Goiabeiras e Adjacências* – MDVGA, que assumiu a liderança do pedido de embargo.

O documento informa ainda que o Movimento passa a ter reuniões semanais para tratar do estudo e acompanhamento do Projeto Costa-Oeste.

Mais tarde, o *Movimento de Defesa da Vida dos Moradores das Goiabeiras e Adjacências* – MDVGA, criado em 1994, juntamente com outras organizações da Barra do Ceará, insatisfeitas com os impactos sociais e ambientais dos projetos de turismo que vinham

direção das entidades, presidente, secretário e tesoureiro. Além das que subscrevem, há também as que apoiam e as que assessoram.

se delineando para área, (inicialmente com a construção da ponte sobre o rio Ceará, e em seguida o Costa-Oeste) passaram a mobilizar forças pelo seu embargo.

Apenas seis meses após o início da obra (abril de 2002), foram alegados riscos ambientais, de acordo com parecer técnico de um professor da UFC. Somados aos riscos de ordem ambiental, as mobilizações dos moradores que se posicionaram contra as remoções chegaram a envolver até relatores da ONU, que atestaram violações em quatro leis federais, recomendando

(...) a revisão do Projeto Turístico da Avenida Costa-Oeste, de forma participativa, para impedir que continuem os despejos forçados dos moradores do bairro de Goiabeiras; para preservar o meio ambiente; para dar atendimento habitacional aos moradores da área do projeto e de modo a incorporar participativamente, nas atividades econômicas decorrentes do projeto, a população residente (SAULE JUNIOR; CARDOSO, 2005, p.83 *apud* MONTEIRO, 2018, p.72).

Com tantos percalços, finalmente em 7 de novembro de 2002, a obra então foi embargada por meio de ação movida pelo Ministério Público Federal, alegando diversas irregularidades. Entretanto,

mesmo com decisão de ordem judicial para paralisação, a obra continuava. Os moradores então passaram a reclamar das remoções forçadas e das casas que ainda não haviam sido retiradas durante a construção do projeto e que estavam com paredes rachando, colocando as famílias em risco de morte (MONTEIRO, 2018, p.72).

Essas reclamações e articulações foram realizadas tendo à frente o MDVGA, organização que mobilizava os moradores e se articulava com diferentes instâncias da justiça e da política da cidade. Por fim, com a posse da prefeita do PT, em início de 2005, a obra foi embargada novamente por falta de autorização municipal.

Assim, de acordo com Monteiro (2018, p.73),

depois de muitos embates políticos, jurídicos, ideológicos e pareceres técnicos, o acordo entre as gestões tornara-se inviável. Passados mais de dez anos da concepção inicial, o projeto foi definitivamente descontinuado em 2006, cabendo à prefeitura se responsabilizar pela captação de recurso para a conclusão da obra.

Em sua retrospectiva sobre o Projeto Vila do Mar, a referida autora avalia que se trata de um projeto que inicialmente “despertou nos moradores motivos para acreditar na luta por melhores condições de vida, mas, com o decorrer (...) voltaram a serem impostas as velhas formas políticas de segregação e desterritorialização, que também marcaram a história do aglomerado” (MONTEIRO, 2018, p. 22).

Também em relação ao Projeto Vila do Mar, há relatos de posições divergentes entre os entrevistados. Desse modo, há aqueles que apoiam e outros que criticam.

Nesse sentido, outro entrevistado (E8), que se reconhece como radical, assume uma posição muito peculiar, contrapondo-se às que defendem o progresso porque acredita que o “progresso” traz mais desigualdades. Refere-se a uma “expulsão consentida” dos moradores do Vila do Mar, na medida em que a área venha a despertar os interesses da especulação imobiliária e os atuais moradores sejam pressionados a vender suas casas. Essa posição também avalia como negativa a entrega do papel da casa, pois esta supostamente facilitaria o mercado de habitações de interesse social. Por fim, em pequena escala, há ainda aqueles que acreditam que há certa má-fé por parte de algumas lideranças que aproveitam o espaço que ocupam para tirar vantagens pessoais, buscando seus interesses próprios.

No contexto atual, o movimento comunitário do Grande Pirambu prossegue resistindo, enfrentando dificuldades, diante do cenário de fragilização e descrença nas organizações políticas, além dos desafios impostos pelas disputas territoriais por parte das facções criminosas. Embora com uma perda de força reconhecida por suas lideranças, o movimento comunitário da ZEIS Pirambu segue construindo sua história de organização, com lideranças combativas e participativas.

Além do pioneirismo nas lutas e organizações comunitárias, o território da ZEIS Pirambu também sempre foi reconhecido na cidade de Fortaleza, como um terreno fértil onde se criam e recriam diversos artistas e expressões culturais populares. De fato, as manifestações artísticas e culturais do território são diversas e tão antigas quanto sua própria criação. É possível que a vinda das pessoas de suas cidades de origem para o Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, assim como para toda a capital, seja responsável pela proliferação de diversas expressões artísticas e culturais de suas regiões.

Há registros da presença na região de grupos folclóricos, pastoril, bumba meu boi, maracatu, além de poetas populares, cantadores de viola, emboladores de coco, compositores, músicos, além dos mais diversos artistas nas diferentes linguagens. A organização dos artistas do bairro remonta aos anos 60, quando foi criada a União dos Compositores do Pirambu, articulada ao movimento comunitário, pois dela faziam parte vários artistas participantes do Lar de Todos (COSTA *et al*, 1999, p.37).

No início dos anos 80 surgiu o grupo musical Pirão, cuja atuação significou um avanço para os compositores do bairro. Faziam parte do grupo: João Batista, Ronaldo Lopes, Júnior Pirão, Eri Brasil, entre outros. Outra importante organização dos artistas foi a criação do MOCUPP – Movimento de Cultura Popular do Pirambu, em setembro de 1983, como

resultado do 2º Encontro de Artistas do Pirambu. A proposta do MOCUPP era a criação de um espaço de engajamento dos artistas do bairro na luta pelo reconhecimento de sua arte.

Conforme Costa (1999, p.37):

O MOCUPP tinha por definição tentar aglutinar esses artistas em torno de uma proposta abrangente de trabalho, que unificasse a luta por melhores condições de trabalho. Discutindo os aspectos inerentes ao próprio fazer artístico, bem como da defesa da comercialização da arte.

Com abrangência nas atividades artísticas do teatro, da literatura, da música e do artesanato, o MOCUPP também se caracterizava pela participação nas lutas gerais da comunidade, articulando-se com as entidades do movimento popular, associações e sindicatos. Atualmente, os artistas da ZEIS Pirambu que eram vinculados ao MOCUPP e novas gerações de artistas seguem articulados promovendo um sarau, uma vez por mês, no Açaí na Taipa, espaço cultural localizado na Vila do Mar.



Açaí na Taipa – Diálogos com artistas

2.3 Mapeamento das organizações comunitárias

Conforme o mapeamento dos sujeitos coletivos identificados nas reuniões e oficinas de mapeamento, foram contabilizadas 106 organizações no território da ZEIS Pirambu, classificadas em: i) associações de moradores; ii) grupos, organizações e movimentos culturais e esportivos; iii) e grupos, organizações, movimentos e coletivos de jovens e mulheres.



Oficinas de Mapeamento

Desse modo, no **Quadro 6** destacam-se as associações de moradores mapeadas no bairro do Pirambu, correspondendo a 26 associações, além da identificação das associações que participaram dos Diálogos Comunitários.

Quadro 6 – Mapeamento das Associações de Moradores do Pirambu

Organização	Bairros	Participação / Diálogos
Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do bairro Nossa Senhora das Graças e Cristo Redentor	Pirambu	
Associação Comunitária de Ajuda Mútua do Pirambu – ACAMPI	Pirambu	X
Associação das Pessoas com deficiência do Pirambu	Pirambu	X
Associação de Moradores da Rua São Serafim e Adjacências	Pirambu	
Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças	Pirambu	
Associação Desperta Pirambu para Cristo	Pirambu	X
Associação dos Barraqueiros do Pirambu	Pirambu	
Associação dos Cegos	Pirambu	
Associação dos Moradores da Costa-Oeste	Pirambu	
Associação dos Moradores da Lagoa Funda	Pirambu	
Associação dos Moradores da Rua José Bonifácio	Pirambu	
Associação dos Moradores Força Nossa	Pirambu	X
Associação dos Moradores Kuki Aren	Pirambu	
Associação Esportiva Palmeira	Pirambu	X
Associação Pastoral da Criança	Pirambu	X
Associação União dos Pescadores Amadores do Pirambu	Pirambu	
Associações de Moradores da Cacimba dos Pombos	Pirambu	X

Conselho Comunitário de Casas Novas	Pirambu	
Conselho Comunitário do João XXVIII	Pirambu	
Conselho dos Pescadores do Pirambu	Pirambu	X
FECOECE	Pirambu	X
Federação das Associações Comunitárias do Pirambu (FEMOCOPI)	Pirambu	X
Grupo Amizade	Pirambu	
Sociedade Habitacional da Cacimba dos Pombos	Pirambu	X
SOCRELP – Sociedade Comunitária de Reciclagem do Pirambu	Pirambu	X
União do Movimento Libertação	Pirambu	
TOTAL – 26		12

No **Quadro 7** destacam-se as associações de moradores mapeadas no bairro Cristo Redentor, correspondendo a 16 associações, sendo que 05 participaram dos Diálogos Comunitários.

Quadro 7 – Mapeamento das Associações de Moradores do Cristo Redentor

Organização	Bairros	Participação / Diálogos
Associação 23 de Janeiro	Cristo Redentor	X
Associação Beneficente Dona Chiquinha	Cristo Redentor	
Associação Chico dos Ovos	Cristo Redentor	
Associação Comunitária da Rua Camélia e Adjacências	Cristo Redentor	
Associação Comunitária do Arpoador	Cristo Redentor	X
Associação Comunitária Futuro do Amanhã	Cristo Redentor	
Associação de Moradores Zona da Praia e Arpoador	Cristo Redentor	
Associação dos Moradores do Cristo Redentor	Cristo Redentor	X
Associação dos Moradores São José	Cristo Redentor	
Associação Santo Antônio	Cristo Redentor	X
Centro Comunitário Cristo Redentor	Cristo Redentor	
Conselho Comunitário Cristo Redentor	Cristo Redentor	
Conselho Comunitário do Arpoador	Cristo Redentor	
Conselho Comunitário do Japão	Cristo Redentor	
Conselho Comunitário Nossa Senhora das Graças	Cristo Redentor	
Sindicato dos Metalúrgicos	Cristo Redentor	X
TOTAL – 16		05

No **Quadro 8** identificam-se as associações de moradores mapeadas na Barra do Ceará, correspondendo a 21 associações, sendo que, destas, 06 participaram dos Diálogos Comunitários.

Quadro 8 – Mapeamento das Associações de Moradores da Barra do Ceará

Organização	Bairros	Participação / Diálogos
Associação Beneficente São Vicente de Paula	Barra do Ceará	
Associação Brisa da Praia	Barra do Ceará	
Associação Comunitária da Colônia	Barra do Ceará	X
Associação de Moradores da CIPELCO	Barra do Ceará	
Associação de Moradores da Terra Prometida	Barra do Ceará	
Associação de Moradores Duna II	Barra do Ceará	
Associação de Moradores Goiabeiras II	Barra do Ceará	
Associação de Moradores Santiago da Barra	Barra do Ceará	
Associação Desportiva Barra Surf Club	Barra do Ceará	X
Associação dos Barraqueiros	Barra do Ceará	X
Associação dos Barraqueiros da Barra do Ceará	Barra do Ceará	
Associação dos Taxistas e Rendeiros (ATR)	Barra do Ceará	
Associação Nova Aliança	Barra do Ceará	
Associação Nova Aliança	Barra do Ceará	X
Associação Novo Lar	Barra do Ceará	
Associações de Moradores Duna 1	Barra do Ceará	X
Conselho Comunitário da Colônia	Barra do Ceará	

Quadro 8 – Mapeamento das Associações de Moradores da Barra do Ceará (Cont.)

Organização	Bairros	Participação / Diálogos
Conselho Comunitário do Jardim Petrópolis	Barra do Ceará	
Planalto das Goiabeiras (onde funciona o CEPID)	Barra do Ceará	
Projeto Família	Barra do Ceará	X
SCHP Conjunto Zenaide Magalhães	Barra do Ceará	
TOTAL – 21		06

No **Quadro 9** destacam-se os 30 Grupos, Organizações e Movimentos Culturais e Esportivos mapeados, conforme os bairros do território da ZEIS, sendo que, destes, 08 participaram dos Diálogos Comunitários.

Quadro 9 – Mapeamento dos Grupos, Organizações e Movimentos Culturais e Esportivos por Território

Grupo	Bairros	Participação / Diálogos
ACEPA- Associação Cultural e Esportiva do Pirambu e Adjacências	Pirambu	
Sociedade Esportiva e Cultural Arco-Íris (SECAI)	Pirambu	X
Centro Cultural Chico da Silva	Pirambu	
Coletivo Natora	Pirambu	X
Associação Leste-Oeste de Surf	Pirambu	
Associação Surf do Mero	Pirambu	
Pirambu Digital	Pirambu	
Pirambu News	Pirambu	X
Hip-Hop	Pirambu	
ACARTES – Academia de Ciências e Artes	Pirambu	
Grupo de Forró	Pirambu	
Pirambulando	Pirambu	
Liga esportiva	Pirambu	
ASPAS – Associação de Surf do Pirambu e Adjacências	Cristo Redentor	X
GSA – Grupo de Salvamento Aquático	Cristo Redentor	
Boi Juventude	Cristo Redentor	X
Pastoril	Cristo Redentor	X
AZC – Associação Zumbi de Capoeira	Cristo Redentor	
Associação Vivendo e Tocando	Cristo Redentor	
Filhos do Rei (Karatê)	Cristo Redentor	
Grupo Cultural Boi Ceará	Barra do Ceará	
Casa das Nêgas	Barra do Ceará	
Grupo Capoeira (Seu Luís)	Barra do Ceará	
Grupo de Skate na Areninha	Barra do Ceará	
Grupo de Capoeira no Calçadão da Barra	Barra do Ceará	
Biblioteca Comunitária	Barra do Ceará	
Sarau organizado pelo Valber Firmino	Barra do Ceará	X
Baile de reggae com Valber Firmino	Barra do Ceará	
Grupo de ritmos no Cuca (para todos os grupos - crianças, jovens, adultos etc.)	Barra do Ceará	
Sarau na Taipa	Barra do Ceará	X
TOTAL – 30	08	

No **Quadro 10** são identificados os Grupos, Organizações, Movimentos e Coletivos de Jovens e Mulheres, por território da ZEIS, correspondendo a 13 grupos, sendo que, destes, 08 participaram dos Diálogos Comunitários.

Quadro 10 – Mapeamento dos Grupos, Organizações, Movimentos e Coletivos de Jovens e Mulheres por Território

Grupos e Coletivos	Jovens (J) / Mulheres (M)	Bairros	Participação nos Diálogos
Biblioteca Aqui tem sinal de vida	J	Barra do Ceará	X
Projeto ALOHA(Surf)	J	Barra do Ceará	X
Coletivo de Reggae	J	Barra do Ceará	X
Pira-Roots	J	Pirambu	
Coletivo Natora	J	Pirambu	
Mulheres Empreendedoras	M	3 bairros	X
Mulheres em luta	M	Cristo Redentor	
Mulheres em Ação	M	Barra do Ceará	X
Coletivo Dois Vetim	J	Barra do Ceará	
Coletivo de Mulheres Tecendo ideias com arte	M	Itinerante	X
Liga de esporte	J	Barra do Ceará	
Grupo virtual Ela Pode	M	Pirambu/Barra do CE	X
Rede Kilofé das mulheres negras	M	Pirambu	X
TOTAL – 13			08

Por fim, no **Quadro 11**, destaca-se o total de organizações mapeadas do território da ZEIS Pirambu, correspondendo a 106, e os índices de participação destas nos Diálogos Comunitários da ZEIS. Desse modo, das 63 associações de moradores mapeadas no território, 23 participaram, correspondendo a um índice de 36,50%. Dos 30 Grupos Culturais e Esportivos mapeados, 08 participaram das atividades coletivas, correspondendo a um índice de 26,66% de participação. Dos 13 Grupos e Coletivos de mulheres e jovens mapeados no território, 08 participaram dos Diálogos, correspondendo a um índice de 61,53% de participação.

Quadro 11 - Resumo do Quadro de Participação das Entidades Comunitárias da ZEIS do Pirambu

Bairros	Total de entidades mapeadas	Nº de entidades participantes	
		Abs	%
Associações de moradores (Pirambu / Cristo Redentor / Barra do Ceará)	63	23	36,50
Grupos Culturais /esportivos	30	08	26,66
Coletivos de mulheres e jovens	13	08	61,53
TOTAL GERAL	106	39	36,79

3 CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS: OS DESAFIOS À ARTICULAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Para se compreender os cenários contemporâneos das organizações comunitárias da ZEIS Pirambu, foram consideradas suas potencialidades, desafios, necessidades e lutas, a partir das visões dos próprios sujeitos, apreendidas por meio dos Diálogos Comunitários com as associações de moradores, coletivos e grupos de mulheres, coletivos e grupos de jovens, coletivos de artistas e grupos culturais e profissionais das políticas públicas, além das entrevistas com as lideranças históricas do território. Desse modo, destacam-se aqui as visões dos próprios sujeitos sobre a situação atual dos movimentos sociais e populares.

3.1 Potencialidades e desafios

De acordo com a metodologia utilizada nos Diálogos Comunitários, as potencialidades foram identificadas por todos os participantes logo no início de cada encontro, servindo para criar uma ambiência positiva, necessária para o desenvolvimento do encontro. As visões das lideranças comunitárias acerca do próprio movimento foram detectadas pela pesquisa por meio de dois Diálogos Comunitários com as Associações de Moradores, sendo um realizado no SECAI (Sociedade Esportiva e Cultural Arco-Íris), no dia 30/10/2019, com 29 lideranças do Pirambu e do Cristo Redentor, e outro realizado no CEPID (Centro de Profissionalização inclusiva para Pessoas com Deficiência), no dia 08/11/2019, com 15 lideranças da Barra do Ceará.



Diálogos Comunitários com Associações de Moradores



Diálogos Comunitários com Associações de Moradores

Além desses encontros, foram realizadas entrevistas com 6 lideranças históricas do Pirambu e 5 da Barra do Ceará, além de um pescador, representante da Colônia Z-8 e uma conversa informal com um representante da Associação dos Barraqueiros da Barra do Ceará.



Entrevista com liderança histórica

Conversa informal

Nos Diálogos Comunitários com as associações de moradores, as lideranças citaram como potencialidades do Movimento Comunitário da ZEIS do Pirambu:

- A existência de associações na comunidade que têm o apoio de ONGs.
- A persistência das organizações e lideranças nos trabalhos sociais.
- A busca de melhorias para a comunidade.
- A união da comunidade na hora do chamamento feito pelas lideranças.
- A articulação entre as lideranças nas lutas por melhorias no bairro.
- A participação das associações nas lutas e nos projetos sociais.
- A organização e as conquistas históricas na luta pela moradia.

É importante destacar que as lideranças comunitárias da ZEIS Pirambu se reconhecem como lideranças atuantes, com forte expressão na história de luta desses bairros,

com domínio e conhecimento da realidade local. São lideranças comprometidas com as lutas por melhorias para a comunidade, que têm iniciativa e persistência. Reconhecem-se com capacidade de mobilização dos moradores, que sempre se unem para atender a seus chamados. São respeitadas e reconhecidas, possuindo capacidade de articulação em todo o território, mostrando-se disponíveis para participar com contribuições aos projetos sociais que acreditam. Ademais, destacam-se na articulação das lutas pela moradia e nas conquistas históricas.

Indagada sobre as potencialidades ou forças do movimento comunitário no território, uma das lideranças entrevistadas, representante da FEMOCOPI (Federação dos Movimentos Comunitários do Pirambu), também destaca a insistência e a persistência das lideranças em contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Você deixar a sua casa, seus afazeres pra ir pra uma luta, isso é uma grande força, porque às vezes a gente não tem nem condições de bancar o ônibus, a passagem (...). Isso pra mim é uma das maiores forças, grande força. O trabalho voluntário, o desempenho voluntário, isso é uma força (E1).

Isso não quer dizer que não haja desafios. Eles se apresentam nas dificuldades a serem enfrentadas pelas lideranças comunitárias na articulação e condução de projetos sociais desenvolvidos conjuntamente. Além disso, constitui um desafio aprender a lidar com as diferentes avaliações acerca dos impactos dos grandes projetos na área, que também geram tensões e conflitos. Uma das lideranças entrevistadas dá exemplo de tensões e desafios decorrentes desse tipo de divergência:

Tem muita divisão. Vou dar um exemplo: se eu for contrária a algum projeto do Estado, do governo, (...) as pessoas vêm com tudo em cima da gente. (...) são 'pseudo lideranças' (...) Eu acho que não são lideranças politizadas (...). Eu acho assim, a gente vive numa democracia, você pode concordar e você pode discordar das coisas (...). Mas essas lideranças acham que a gente tem sempre que dar o 'sim', eu acho que não. (...) Eu tenho que seguir aquilo que eu acho que é coerente. (...). No movimento existe isso hoje. Mas não é todo movimento, é uma parte (E1).

Salvo pequenas exceções, na ZEIS Pirambu, essas divergências não são empecilho para atuação conjunta das lideranças e, no geral, são tratadas com respeito num ambiente de cordialidade, conforme relata uma das lideranças históricas:

As pessoas que moram aqui são tão juntas, não têm atrito. Assim, os conflitos que existem hoje é mais questão (...) que as pessoas estão com problema financeiro e se irritam. Mas são pessoas boas, pessoas bacanas que sabem conviver com os demais. Eu acho que o Pirambu é tudo pra mim (E1).

Ainda que o território carregue um legado importante no campo da organização comunitária e na tradição de lutas e conquistas, no geral, as lideranças identificam um tempo passado, quando o movimento comunitário era mais efetivo, tanto em quantidade quanto em qualidade. Uma das lideranças históricas entrevistadas afirma que as associações de moradores hoje existem, mas estão fracas. Queixa-se de cooptação de lideranças por parte dos governos federal e estadual, por meio de programas assistencialistas, desenvolvidos desde o início da redemocratização. Cita o exemplo do Programa Nacional do Leite, no Governo Sarney.

Antes, todas as decisões eram tomadas de baixo pra cima! (...) Porém, hoje inverteu porque houve essa cooptação (...). Essa cooptação, ela foi feita através do assistencialismo e outras coisas. A comunidade tinha uma atividade autêntica, a gente fazia passeata, fazia isso, fazia aquilo (...). E essa atividade [Programas e Projetos Assistenciais] foi criada nacionalmente através do Sarney e o Tasso Jereissati aqui, eles transformaram essas pessoas em liderança, e a liderança dizia “olha, fica em casa esperando que eu vou resolver o teu problema”. Aí o que aconteceu: ficou as associações e os dirigentes, a maioria dos dirigentes né, o presidente, tentando resolver os problemas e a comunidade se acomodou. (...) Então, eles amordaçaram, amofinaram, fizeram um jeito de acomodar. E eles queriam acomodar e (...) conseguiram, muitas associações sumiram. (...) Antes as associações eram mais combativas. As associações combativas é que faziam nossas passeatas (E2).

As lideranças históricas se lembram da década de 1980, da criação da Grande Entidade do Pirambu (Associação das Entidades Comunitárias do Pirambu), que na sua fundação (1987) contava com a participação de 146 associações de moradores dos bairros do Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará. À época, essas associações, mesmo com dificuldades, gozavam de certo nível de representatividade junto aos seus associados, desenvolviam projetos sociais em parceria com os governos e também representavam uma grande força política nas agendas nacionais das lutas democráticas e populares.

No geral, os entrevistados reconhecem certa fragilidade na situação atual em que se encontram as associações de moradores, conforme o depoimento de uma das lideranças históricas:

O movimento hoje está muito fragilizado. Antigamente a gente fazia uma reunião, (...) chamava as lideranças, e cada entidade teria que vir com o seu representante legal e mais três representantes da mesma entidade, e ficavam quatro. Então isso aqui [sede da FEMOCOPI] ficava lotado. (...) A discussão era muito acirrada (E1).

Uma das fragilidades percebidas diz respeito à representatividade das lideranças. Quase todos os entrevistados identificam uma dificuldade na relação entre as lideranças e suas bases. Alguns afirmam que, atualmente, as lideranças são ‘lideranças de si mesmas’,

referindo-se à fragilidade da representatividade das lideranças das associações frente a um contexto de desânimo e descrença dos moradores na política e nas formas institucionais de organização e participação popular.

Observando essa questão por outro ângulo, pode-se dizer que, apesar do contexto de dificuldade na relação com as bases, as lideranças comunitárias do Grande Pirambu resistem e continuam a atuar na mobilização dos moradores em torno das demandas dos bairros, a exemplo do que se percebeu nas atividades do PIRF.

O entrevistado E2 reforça a compreensão de que em algum momento houve uma quebra da relação entre as lideranças e suas bases, até porque, historicamente, o Pirambu vivenciou a representatividade do movimento comunitário, desde a experiência do Conselho Geral do Lar de Todos, que funcionava na época do Padre Hélio. O Conselho compreendia seis zonais (João XXIII, Japão, Cacimba dos Pombos, Arpoador, Lagoa Funda e Colônia) e funcionava por meio de três representantes de cada Conselho Zonal, que se encontravam no Conselho Geral, uma vez por mês.

O mesmo entrevistado complementa com preocupação sobre o modo como a democracia está sendo vivenciada, atualmente, ao afirmar que “a democracia é complicada porque a gente cria um espaço pra se comunicar [diálogos com os governos], (...) mas a resposta daquela fala da gente é um faz de conta, (...) isso também acontece com as associações, os movimentos, os conselhos, as federações.” (E2). Desse modo, posiciona-se de forma crítica em relação à democracia representativa, defendendo a necessidade de ampliar e fortalecer a participação popular e a articulação entre as mais diferentes organizações da ZEIS.

Quanto aos desafios enfrentados pelas organizações comunitárias, os relatos dos participantes dos Diálogos Comunitários e das lideranças históricas entrevistadas revelam uma percepção de que falta algum componente que venha a fortalecer as organizações e tornar mais efetiva a ação do movimento comunitário na área, de maneira a obterem melhores resultados. Quando os participantes identificam essa lacuna, deixam embutida em sua percepção uma proposta. Ou seja, se tivesse esse componente, o trabalho das lideranças teria mais qualidade.

O PIRF é visto pelas lideranças das associações de moradores como uma conquista e uma oportunidade de suprir essa falta, ao possibilitar rearticulações entre as associações de moradores e as demais organizações representativas dos diversos segmentos da população, podendo contribuir para revitalizar o movimento comunitário da ZEIS.

Além das associações de moradores, outras organizações identificadas pela pesquisa foram **os grupos e coletivos de mulheres** existentes no território das ZEIS Pirambu. As mulheres apresentam potencialidades diversas na ZEIS, pois, além de representarem a maioria da população de todos os bairros, também avançam nos índices de chefia dos domicílios, conforme indicado no Diagnóstico.

No campo da participação social no movimento comunitário, elas estão engajadas seja nas organizações tradicionais, a exemplo das associações de moradores e federações, seja nas novas, como os coletivos de mulheres e de jovens, que se articulam às lutas plurais dos movimentos feministas na cidade.

No Diálogo Comunitário com os grupos e coletivos de mulheres, as participantes identificaram como potencialidades das mulheres das ZEIS a sua capacidade de enfrentar adversidades e o poder de reinvenção da vida, em um contexto de desigualdades, discriminações e violência de gênero.



Diálogo Comunitário com Coletivos de Mulheres

Desse modo, veem-se como mulheres guerreiras e *empoderadas*, engajadas nas lutas da comunidade e nas lutas transversais pela igualdade de gênero. Por isso, reconhecem a autonomia e as liberdades conquistadas pelas mulheres, em suas lutas, que alimentam a esperança em um futuro melhor.



Diálogo Comunitário com Coletivos de Mulheres

No campo da organização, as mulheres participantes dos Diálogos reconhecem e valorizam como potencialidades a existência de vários grupos e coletivos de mulheres na ZEIS Pirambu, que se reúnem para tratar de temas de seu interesse, destacando os grupos de mulheres empreendedoras, as artesãs e outros grupos de mulheres de diferentes gerações engajadas em atividades artísticas e culturais, a exemplo dos grupos e coletivos de mulheres jovens.

Com essas potencialidades, as mulheres da ZEIS enfrentam grandes desafios no seu cotidiano, desde a garantia da sua própria existência, em um contexto de desemprego, desigualdades salariais em relação aos homens, tripla jornada de trabalho até a falta de creches que atendam às demandas das trabalhadoras que não têm com quem deixar seus filhos. Ademais, elas enfrentam no cotidiano a violência de gênero, o racismo e o risco de perderem seus filhos e filhas jovens para as facções.

Já nos **Diálogos Comunitários com grupos e coletivos de jovens** foram identificadas diversas potencialidades das juventudes da ZEIS.



**Diálogo Comunitário com Coletivos de Jovens –
Cristo Redentor**



**Diálogo Comunitário com Coletivos de Jovens –
Barra do Ceará**

A juventude periférica está imersa em um território de violência e violações de direitos, e é diante desse complexo cenário que as potencialidades das organizações juvenis foram reconhecidas. No cenário atual, os jovens buscam outros modelos de existência e organização. Essas organizações juvenis se apresentam como forma de resiliência e resistência, diante das dificuldades impostas aos jovens nos territórios, tendo como principais pautas a preservação e a garantia do direito à vida.

Em meio ao grave contexto de violência urbana, para ter acesso a esse direito, os jovens também reconhecem como fundamental o potencial histórico de mobilização política da comunidade, através do trabalho das organizações e lideranças comunitárias, mas também percebem as fragilidades do cenário atual. Uma das entrevistadas relata suas memórias de quando era criança, levando em consideração a situação atual:

(...) quando eu era menor eu via os líderes comunitários daqui, e agora está faltando, e os que têm na verdade eles esquecem a raiz. Tudo tem uma raiz e tudo se modifica com interesses né, como a gente fala, com interesses políticos, com interesses monetários dentro da comunidade, que na verdade é uma mina de ouro (...) o que acontece agora conosco é falta de encabeçar líderes. Antes era assim, nós tínhamos pequenas líderes por ruas, em três ou quatro ruas nós tínhamos uma liderança comunitária, depois essas lideranças se reuniam com outras lideranças e fizeram os centros comunitários. Depois disso, a maior parte se uniram e formaram a grande comunidade, entendeu, a grande entidade²³, que existia aqui há um tempão atrás. Isso aí morreu, agora é fragmentado (...). Então, nós tínhamos aqui essa consciência e essa consciência morreu. Morreu porque os velhos morreram, e os que ficaram só veem seus próprios interesses.

Sobre as potencialidades das organizações juvenis, os participantes dos Diálogos reconhecem que, embora a experiência dos coletivos de juventudes não seja focada nos adolescentes e jovens envolvidos com as facções, é importante que sua ação seja ampla, abrangendo todos os jovens do território. Desse modo, quanto mais possibilidades essas ações tiverem, mais distância do crime eles podem criar. Trata-se da preservação da vida, conforme um deles narra abaixo:

(...) a gente que tem um trabalho social nos bairros, assim, nos mais periféricos, muita gente nem pensa assim nesses assuntos sabe, só visa mesmo essa parada de facção e tal, que a gente não pode andar em tal canto, não dando uma atenção maior a uma coisa mais humana, assim, andar em outro canto, viver. A galera não vive porque sente medo. Como assim, cara? Acredito que você fazendo uma coisa pequena, tem gente que tem planos maiores e pode se inspirar em você, mas para isso acontecer, a gente tem que ter muito mais conversa.

²³ Grande entidade é a FEMOCOPI – Federação dos Movimentos Comunitários do Pirambu.

Desse modo, uma das principais potências identificadas pelos jovens nos Diálogos Comunitários é sua nova forma de organização em coletivos, cujas pautas e ações desenvolvidas nos territórios reverberam no hoje e no futuro. Sobre essa questão, um dos jovens participantes dos Diálogos relata:

(...) porque não adianta você querer salvar o bairro e não abraçar os caras que estão no corre, porque eles são os que mais precisam. Se eles não tiveram oportunidade, a gente tem que ter mais alguma coisa para eles não pensarem mais no crime. E se a gente não fizer nada por eles, vai voltar tudo de novo. Porque eles vão virar referência, eles vão virar referência para as crianças.

Em vista disso, os jovens que participaram dos Diálogos apresentaram que o contexto de violência é o maior desafio que a juventude enfrenta na atualidade. Eles identificam três expressões dessa violência, quais sejam: **i) as disputas territoriais entre as facções; ii) a política de “guerra às drogas”; iii) e a violência policial.**

O cenário de violência gera inúmeras restrições ao cotidiano dos jovens, afetando o direito mais elementar de ir e vir, que traz como consequência um quadro de muitos desafios, como a dificuldade de alguns em transitar nos territórios, por causa das facções, da polícia e da desesperança no Estado. Esse cenário mostra que até a permanência dos jovens na escola e o acesso a outros direitos, como lazer e cultura, tornaram-se um grande desafio, como revela o depoimento de um dos jovens nos Diálogos:

Às vezes as vidas são interrompidas, mas os sonhos eles são interrompidos justamente pela frustração e eles conseguiram captar bem ali o lance da frustração como máquina de fazer vilão. Porque quando você pega assim e bate papo com essa galera que tá nos ‘corre’, louco e tal. Você vê como a galera é cheia de frustrações, como há um acúmulo de frustração de todo dia está apanhando e todo dia apanha de várias formas, não só fisicamente.

Os jovens identificam a escola como um espaço de proteção, mas esse espaço também está ameaçado, porque muitas escolas estão sem vigilantes, ou, quando têm, não existe um monitoramento das pessoas que entram e saem. Eles relatam que várias pessoas que não são pais, irmãos ou parentes de alunos entram na escola e isso pode ser perigoso para eles.

No campo da saúde mental, os participantes da pesquisa dizem que suas subjetividades e corporeidades são afetadas pela intensa situação de desigualdade social, racial e de gênero que vivenciam. Narram sobre sonhos frustrados, que são interrompidos pela ausência de qualidade de vida e pela violência.

Não tem como falar desses sonhos das pessoas, organizações e coletivos, quando as vidas são constantemente interrompidas. Então, para mim, pensar no bairro, pensar

na comunidade, pensar nos coletivos, é sempre pensar como fazer para reverter essa situação das vidas que são constantemente interrompidas, sabe?

Outro desafio encontrado pela equipe de pesquisadoras foi a resistência dos jovens a participarem das formas tradicionais e institucionalizadas das organizações comunitárias e de participação institucionalizadas, a exemplo das associações e conselhos de moradores. O depoimento a seguir mostra que essa resistência é fortalecida pela violência que restringe a liberdade dos jovens de transitar no território.

Essas frustrações e tudo isso mexe, de como distancia as pessoas de ir para uma luta mais politizada. Às vezes, as pessoas têm resistências naturais de quem sofre uma violência, a resistência natural de uma mulher que sofre a violência, politizada ou não, ela tem a resistência no dia a dia, pelo simples fato de uma provocação natural do contexto em que vive. Então, além dessa resistência mais politizada, existe a resistência natural do cotidiano, e aí às vezes fica: “ah porque a galera não vem?”. É por isso né. Porque essa resistência mais politizada nos espaços requer da nossa saúde que está altamente comprometida.

A juventude, nesse momento, encontra-se fragmentada em vários espaços de sociabilidade, buscando o alcance de seus direitos por outras formas, o que significa dizer que a demanda de organização da juventude se desloca das formas engessadas de conquista de direitos, buscando despertar o poder público de outras maneiras, através da atuação nas redes sociais, ocupação dos espaços públicos e da vida comunitária.

Sobre a organização da juventude nos territórios, um dos jovens participantes dos Diálogos com os grupos e coletivos de jovens relata:

Qual vai ser o fim de todo o esforço que eu tô fazendo para o meu bairro melhorar? Se as pessoas estão se planejando para fazer o mal? Tem sentido eu continuar o meu trabalho? A minha preocupação é essa. E aí, é o que deixa a gente frustrado, deixa a gente sem ar. Às vezes sem fala, porque a gente vive isso. A gente viveu. E as pessoas estão pensando em viver isso de novo. E isso preocupa. Preocupa, porque a galera está mesmo presa numa bolha. As pessoas não estão agindo normalmente mais. Não mais. E isso é desesperador. Desesperador. (silêncio) Por que eu sei tanto? Eu quando criança, andei com esses cara, eu vi os cara morrendo, eu sei o que é aquilo. Então, eu só falo o que eu vi. Da dor, você só pode falar o que você já passou, você não pode falar de uma dor que você nunca sentiu. Sentiu fome? Então, você sabe falar da fome. Sentiu dor de cabeça? Então, você sabe falar da dor de cabeça. Sentiu a dor da violência, então você sabe falar da dor da violência. É isso que não está deixando a gente se organizar: são as preocupações com as guerras que estão sendo planejadas.

As guerras planejadas mencionadas pelo jovem dizem respeito à situação de violência vivenciada nos territórios e ao cenário de perdas e desesperanças que este impõe às experiências dos jovens. A preocupação com a vida, e as vidas dos jovens, as frustrações, as oportunidades não dadas e os sonhos interrompidos são grandes desafios da juventude na ZEIS do Pirambu.

Nesse cenário de convivência com as facções e abordagens policiais, os jovens relatam que não podem transitar por algumas ruas e que a violência tem impedido eles de saírem de casa e viverem a comunidade, ter momentos de lazer e cultura. É como se estivessem numa prisão dentro de suas próprias casas, conforme se pode perceber no relato de outro jovem participante dos Diálogos:

Você pode ver que hoje o mundo tá tão violento que hoje nem todo mundo tem aquela vontade de sair, né. Você pode ver antes as pessoas ia pra pracinha, ficar sentado, hoje as pessoas preferem ficar em casa que tá mais guardado do que tá no meio da rua, eu sou dessa forma, saio daqui vou pra casa e pronto, só no outro dia, saio pra fazer alguma coisa e pronto. Essa é minha rotina, eu não gosto de tá sentado em frente à minha casa porque por mais que você esteja lá sentado sem fazer nada, você apanha, ou apanha ou leva nome de vagabundo, alguma coisa acontece, aí pra evitar eu prefiro tá em casa mesmo, ficar assistindo ou procurando alguma coisa pra fazer.

Mesmo que o jovem acima diga que “escolhe ficar em casa”, essa escolha não é uma condição individual, mas imposta diante das desigualdades, violências e violações que o território está sofrendo. Mesmo que tenham equipamentos públicos que funcionem em determinada área, os jovens são obrigados a não irem a esses espaços por uma questão de vida, pelo território pertencer a alguma facção.

Desse modo, o cenário de violência e medo configura-se como um grande desafio a ser enfrentado no PIRF, pois dificulta o acesso dos jovens às políticas públicas de todas as instâncias, educação, assistência social, saúde, cultura e lazer na ZEIS, conforme sintetizado no relato de um dos jovens participantes dos Diálogos:

Tipo, hoje tá rolando a feira dos fabricantes e a população não sabe. Vai tá rolando um show do padeiro, o evento de resistência pela juventude e a população não está sabendo. Pergunto para o pessoal: “e aí tá sabendo?” E o pessoal: “não”. Aí eu pergunto para o pivete daqui de baixo e ele diz: “não macho, não posso andar lá não”. E aí eu vou mais longe. Teve uma atividade aqui no pôr do sol e o Smith mora lá em cima, os cara de lá não podem vir para cá, mas ele pode porque não tem envolvimento, pois os policial no final do baile deu *baculejo* em todo mundo e perguntaram para ele, onde é que tu mora? Ele disse: eu moro na rua X. Os policiais disseram: E porque tu está andando aqui? Não pode andar aqui não. O policial impondo que o cara não pode andar dizendo que o cara tá limitado a andar só ali e ele não pode ir para outros cantos. Já perpetuando mais ainda o medo do cara.

Quanto ao Diálogo com **artistas e grupos culturais da ZEIS**, pode-se citar como **potencialidades** a existência de diversas expressões e linguagens culturais no território, desde as expressões tradicionais das culturas populares, como o bumba meu boi, os reisados, o coco de praia, as quadrilhas juninas e os blocos de carnaval até as expressões contemporâneas dos saraus, batalhas de poesia (SLAM), grupos de danças de rua, capoeira, hip-hop (rap, grafite, break), teatro, música, poesia e produção audiovisual.



Diálogo Comunitário com Artistas e Grupos Culturais

Assim, dentre as potencialidades destacam-se a existência de grupos culturais e artistas articulados em diversas linguagens, bem como de projetos culturais desenvolvidos por Organizações não governamentais, como a ACARTES (Academia de Ciência e Artes), o Projeto 4 Varas, o CPDOC (Centro Popular de Documentação), o Projeto Memória Viva do Pirambu, a ACEPA (Associação Cultural e Esportiva do Pirambu e Adjacências), o Centro Cultural Chico da Silva, além de equipamentos como CUCA da Barra do Ceará.

Ademais, outra das grandes potencialidades da ZEIS Pirambu é a existência de artistas e grupos culturais que já têm uma trajetória histórica na organização e movimentos culturais, articulados ao movimento comunitário, a exemplo da União dos Compositores do Pirambu, Grupo Pirão e Movimento de Cultura Popular do Pirambu (MOCUPPI). Artistas remanescentes do Grupo Pirão e do MOCUPPI se articulam, atualmente, por meio das redes sociais com outros artistas, além de desenvolverem atividades mensais, como o Sarau na Taipa.



Diálogo Comunitário com Artistas e Grupos Culturais

No cenário atual, os jovens também se articulam em coletivos na área da cultura e buscam desenvolver atividades culturais, como as batalhas de poesia (SLAM) e o reggae nos espaços públicos.



Diálogo Comunitário com Artistas e Grupos Culturais

Para se organizarem e realizarem essas atividades, os artistas e grupos culturais enfrentam inúmeros **desafios**, conforme indicaram nos Diálogos Comunitários. Assim, dentre os **principais desafios que os artistas identificaram** para se organizarem e desenvolverem suas ações na ZEIS destacam-se os seguintes: desenvolver todas as linguagens artísticas e culturais sem apoio do poder público; realizar atividades culturais nos espaços públicos, em razão do cenário de violência, medo e insegurança; mapear, articular e integrar as diversas gerações de artistas locais, conforme as suas diferentes linguagens; adquirir competências e habilidades para elaborar projetos de acordo com os editais de cultura.

Tais desafios são transversais aos identificados pelos demais sujeitos coletivos participantes dos Diálogos Comunitários, conforme se pode perceber nas dificuldades enfrentadas por todos em relação ao cenário de violência e violação dos direitos sociais, nas demandas de apoio do poder público para realização de suas atividades e de formação para desenvolverem projetos culturais na ZEIS.

Em relação ao Diálogo Comunitário com os **profissionais das políticas de educação, saúde e assistência social**, os participantes identificaram **potencialidades** conforme os seus campos de atuação nos bairros da ZEIS Pirambu.

Dessa forma, **no campo da educação**, os profissionais identificaram as seguintes **potencialidades**: a existência de escolas de tempo integral e de educação profissional; a existência de escolas novas e de algumas reformas em antigas escolas; o número satisfatório de escolas de ensino médio. Nos trabalhos do grupo responsável pela educação, observou-se

que os profissionais avaliam a ZEIS do Pirambu como razoavelmente bem servida de escolas de ensino médio, tanto em relação à quantidade quanto à sua distribuição na área.



Diálogo Comunitário com profissionais das políticas públicas

Há onze (11) escolas estaduais de ensino médio, sendo duas de educação profissional (EEEP Marwin e EEEP Paulo Petrola) e duas de tempo integral (Lions Jangada e Waldemar Falcão); as demais são escolas estaduais de ensino regular. Em relação às escolas de ensino fundamental e educação infantil, o território também conta com 11 unidades, sendo que algumas congregam escolas de ensino fundamental e creches.

Assim, os participantes consideraram a educação como uma potencialidade, especialmente quanto ao ensino médio. Reconhecem que está havendo no momento reformas em prédios escolares que certamente irão garantir uma melhoria do serviço.

Quanto à **área da saúde**, os profissionais indicaram como **potencialidades**: a existência de equipamentos de saúde na ZEIS; a existência do Movimento Integrado de Saúde Comunitária 4 Varas (MISMEC); o protagonismo dos usuários e a participação das associações nas lutas pelos seus direitos; a atuação dos conselhos locais e regionais de saúde no controle social da política de saúde; a articulação intersetorial entre as políticas.

Desse modo, no campo da saúde, além da existência dos equipamentos, as potencialidades se direcionaram mais para a política de participação do que para os serviços prestados, reconhecendo-se a participação tanto dos usuários quanto das associações, e a atuação dos conselhos setoriais locais e regionais.

No campo da assistência social, os profissionais identificaram como potencialidade o fato de que mesmo em meio aos cortes orçamentários, sucateamentos e dificuldades, os serviços não pararam de funcionar. Ademais, citam como potencialidade a disponibilidade dos equipamentos de outras políticas para a realização de atividades coletivas da assistência social.

Na política de assistência social, os profissionais identificaram potencialidades mais frágeis ainda, realçando apenas o fato de esse serviço não ter parado e estar funcionando em locais de outras políticas. Desse modo, os profissionais reconhecem que há um grande desafio para o atendimento à população do Pirambu e Cristo Redentor, bairros mais adensados da ZEIS do Pirambu, uma vez que o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), que antes era sediado no Pirambu, foi transferido para o bairro de Jacarecanga, quase no Centro, fora da área da ZEIS. Seguramente essa transferência dificultou muito o atendimento à população no campo da assistência social.

Dentre os principais **desafios** identificados pelos **profissionais das políticas públicas** que participaram do Diálogo Comunitário, os grupos indicaram, conforme os seus campos de atuação. Desse modo, no **campo da educação, foram destacados os seguintes desafios:** atuar nas escolas em um contexto da violência e conflitos entre as facções; a falta de segurança nas escolas; a má distribuição dos alunos por escolas; a falta de creches e escolas de ensino fundamental no território da ZEIS.

Já no campo da saúde, os profissionais identificaram como desafios: a falta de informação sobre os serviços e as políticas de saúde e a interferência das facções nos territórios, dificultando o acesso dos usuários ao atendimento. Quanto à política de assistência, os profissionais destacam como principais desafios o fato de o CRASS não ter um local fixo e funcionar distante da ZEIS, além da violência nos territórios.

Observa-se que as questões da violência por conta da disputa pelos territórios por parte das facções afetam diretamente a atuação dos profissionais nas instituições de educação, saúde e assistência a instituições, sendo considerada como principal desafio pelos representantes das três políticas. A má distribuição dos alunos nas escolas também está ligada a essa questão, pois muitas famílias temem pela segurança de seus filhos em ultrapassar territórios dominados por diferentes facções. Dessa forma, para evitar situações de risco, as famílias ficam sem opção, o que leva ao aumento da evasão e do abandono escolar.

A participação dos representantes do território da ZEIS nos Conselhos de Políticas Públicas de Saúde e de Assistência social é reconhecida por todos os profissionais como uma das principais potencialidades em toda a ZEIS do Pirambu.

3.2 Necessidades e lutas

A metodologia dos Diálogos também apreendeu as necessidades e lutas identificadas pelos sujeitos coletivos. Nesse aspecto, os participantes dos Diálogos realizados com representantes das associações de moradores destacaram como necessidades e lutas:

- Revitalização do movimento comunitário.
- Retorno das reivindicações.
- Apoio para as associações desenvolverem atividades para os moradores.
- Recursos financeiros.
- Formação de novas lideranças para dar continuidade aos trabalhos.
- Capacitação para as lideranças.
- Segurança para atuar no território / Segurança para trabalhar em meio à criminalidade.
- Regularização / legalização das associações junto aos órgãos públicos.

No geral, os entrevistados identificam uma perda de força do movimento comunitário. Porém, mesmo assim se reconhecem como lideranças, atentas às necessidades da comunidade, ocupando espaços de participação popular nos conselhos setoriais e nos projetos locais e capazes de mobilizar a população. Por isso identificam a necessidade de revitalização do movimento comunitário.

A necessidade de retorno das reivindicações diz respeito ao diálogo que deve ser permanente das lideranças tanto com os órgãos públicos quanto com os moradores. É importante que as lideranças tenham respostas às suas reivindicações com vistas a alimentar a relação com as bases e, ainda, estabelecer condições para o controle social.

A esse respeito, um exemplo emblemático se refere à luta por moradia de 40 famílias da Cacimba dos Pombos que tiveram que sair do local para dar lugar ao projeto Vila do Mar e ainda estão sem respostas. A representante da Cacimba dos Pombos relata a sua luta incansável na busca do retorno dessa reivindicação.

Hoje tem 40 famílias pendentes que saíram da beira da praia. Das famílias que saíram da beira da praia, seis foram pro abrigo, e sete receberam indenizações de 5.000 e 4.000 (muito pouco, né?) para comprar uma casa. Para tirar o pessoal da praia inventaram esse Vila do Mar, que não vejo Vila do Mar nenhuma (E4).

No que se refere à necessidade de apoio às organizações comunitárias, os participantes dos Diálogos afirmam que muitas associações não estão legalizadas e essa é sempre uma condição para estabelecer parcerias para execução de projetos junto aos mais diferentes órgãos, governamentais ou não governamentais. Essa necessidade está muito vinculada a outra, que é a de recursos financeiros, uma vez que os registros em cartório e as publicações demandam pagamentos de taxas, além das passagens nos transportes.

Outra necessidade que se apresenta é o espaço para reunião e realização de atividades que é uma demanda dos três bairros. Ainda que com instalações que dificultam a realização de algumas atividades, no Pirambu o SECAI e a FEMOCOPI são espaços muito utilizados. No Cristo Redentor, o CSU (Centro Social Urbano Governador Virgílio Távora), que naturalmente seria um espaço para a comunidade dispor, está sucateado, precisando de reformas e de equipamentos. O CEPID²⁴, na Barra do Ceará, é um equipamento novo e bem equipado, porém, segundo os moradores, com uma gestão que não facilita a cessão do seu espaço para a comunidade e, ainda, encerra suas atividades às 17 horas, tendo todos que se retirarem de suas dependências às 16h30. Isso se constitui num entrave, uma vez que os moradores dispõem de mais tempo à noite.

Também na Barra do Ceará, há o CUCA, um equipamento que funciona bastante, promovendo muitas atividades para os jovens, porém, em função de questões já mencionadas, sua ação se restringe ao território da circunvizinhança. Assim, as lideranças comunitárias reclamam da necessidade de espaços físicos onde possam fazer suas reuniões e desenvolver atividades junto à população.

O surgimento de novas lideranças que possam vir a assumir a continuidade das lutas comunitárias é um desejo que se fez presente em todos os Diálogos Comunitários realizados, assim como nas entrevistas. Até porque se observa na área a predominância de lideranças históricas, já com idade acima dos 50 anos. Há que se perguntar como as atuais lideranças pretendem atrair a juventude em suas atividades. A capacitação das lideranças atuais e das novas também se coloca como uma demanda recorrente.

Desse modo, no contexto atual, as lideranças comunitárias das associações de moradores destacam diversas necessidades e dificuldades na organização e articulação comunitária no território, em parte, decorrentes dessas formas históricas como o Estado (esferas federal, estadual e municipal) institucionalizou as reivindicações dos movimentos comunitários, mediante o desenvolvimento de políticas e projetos sociais em parcerias com as associações de moradores.

Para além de atenderem às demandas das comunidades, tais políticas e projetos passaram a exigir condições para aprovação, o que resultou na necessidade de mais habilidades e competências por parte das associações e lideranças comunitárias, a fim de se habilitarem as associações para o desenvolvimento de projetos e ações sociais nos territórios. Não apenas a legalização dos registros e documentos das associações, mas a aquisição de

²⁴ De acordo com um dos entrevistados, onde hoje é o CEPID, antes era um Centro Comunitário bastante utilizado pelas associações da Barra.

novas habilidades e competências para gestão e execução de projetos, são demandas das associações e lideranças comunitárias.

Tais exigências requerem não apenas recursos financeiros, mas também a aquisição de saberes técnicos e novos aprendizados no sentido da gestão e administração desses projetos, conforme destaca uma das lideranças entrevistadas:

Nós que somos mesmo comunitários temos que ter consciência que uma associação tem que ter um estatuto, tem leis que informam para nós qual é a nossa obrigação e o nosso direito de fazer um trabalho voluntário (...). Dentro da entidade deve ser criado um item de administrar qualquer projeto, se tiver capacidade. Capacidade que eu digo é conhecimento, porque tinha muito presidente de associação que é analfabeto, achava que só precisava de coragem para falar. Hoje como se desenvolveu muito, você tem que ter conhecimento mesmo de letra, de saber ler e escrever (E10).

Desse modo, nos Diálogos Comunitários com Associações de Moradores, as lideranças comunitárias identificaram, além da falta de apoio e de recursos financeiros para legalizarem as associações e para desenvolverem suas ações e lutas, a necessidade de capacitação das lideranças, como desafios à organização comunitária. Isso ocorre em razão de, no contexto atual, as associações comunitárias precisarem ser reconhecidas e legitimadas pela comunidade. Para tanto, precisam estar regularizadas para se habilitarem a concorrer aos editais públicos e desenvolverem projetos sociais que respondam às demandas da população.

É nesse cenário que muitos desafios se apresentam à organização e articulação comunitária, sobretudo quando se considera a atual política de corte de gastos e escassez de recursos materiais e humanos na área social.

A necessidade de segurança, explicitada pelos participantes dos Diálogos, remete à dificuldade, que todos identificam, de atuação das lideranças e das associações frente ao atual contexto de domínio da criminalidade organizada em seus territórios. Um dos entrevistados (E3) afirma que:

as pessoas das facções colocam regras nas comunidades e elas de alguma forma funcionam, porque há muita ausência do estado. (...) A favela hoje é o resultado da ausência das políticas públicas, é o resultado do voto, é o resultado da omissão. (...) Então, o que acontece hoje no território com as facções é a ausência do estado.

Assim, a necessidade de segurança significa, por parte das lideranças, um ponto crucial de atenção, pois compreendem que o fortalecimento das facções é decorrente da ausência do Estado.

O entrevistado E5, representante dos pescadores, relata que uma das dificuldades da atividade da pesca também está relacionada à necessidade de segurança. Como muitos pescadores foram desalojados e reassentados em locais mais distantes da praia, e têm que

encarar caminhadas de casa para a praia muitas vezes à noite ou nas madrugadas, sentem-se amedrontados. Isso significa um problema que certamente afeta o interesse dos jovens pela profissão. De acordo com o entrevistado, os pescadores da Colônia Z-8 na área têm se dedicado à regularização da documentação dos pescadores junto à Capitania dos Portos (inclusive os índios Tapebas), ao ensino da profissão, aconselhamento dos jovens na busca de trajetórias positivas.

Essa questão da falta de segurança afeta também, diretamente, a implementação das políticas públicas, uma vez que os moradores têm o espaço restrito para transitar no território. Em especial, as crianças e jovens de um território não podem frequentar escolas nem projetos sociais em outro território. A mesma coisa ocorre com as políticas de saúde e de assistência social. A esse respeito, uma representante do Núcleo de Mediação Comunitária afirma:

A dificuldade que você tem pra se deslocar de um local pra outro, isso é péssimo. (...) Eu conheço todo mundo, ando por todo buraco, mas tem gente que não vem da Barra do Ceará pra cá, a gente chama pra mediação e a pessoa diz: 'eu não posso andar aí, se eu for eu não volto'. É difícil! Isso é uma das dificuldades que a gente tem sentido muito, assim, não sei se é da área de segurança ou se é problema social, eu não sei onde encaixar isso aí (E1).

Sobre o mesmo tema, outro entrevistado (E2) informa que as pessoas que fazem parte dessas facções são das famílias dos moradores, são filhos, netos, parentes. Assim, acredita que grande parte das famílias dos bairros há parentes nesse meio e sugere que sejam feitas discussões em família em torno da questão.

Foram muitas as necessidades identificadas pelas mulheres reunidas nos Diálogos. Entre elas pode-se citar:

- Formação e capacitação de novas lideranças.
- Maior articulação entre os grupos e coletivos de mulheres.
- Espaço físico para reuniões e desenvolvimento das atividades das organizações de mulheres.
- Maior divulgação e mobilização de suas ações.
- Recursos financeiros para transporte para participarem de eventos.
- Espaço para expressão artística.
- Espaços para exposição e vendas do artesanato produzido na ZEIS.

No cenário atual da ZEIS, as lutas das mulheres são travadas em vários campos. No campo da saúde, faz parte do cotidiano das mulheres à luta por remédios, exames,

médicos especializados, atendimento ginecológico nos postos de saúde, vacinas e maior número de médicos.

No âmbito da família, é muito presente no universo das mulheres a luta, não só por oportunidades de formação profissional e de inserção dos seus filhos no mercado de trabalho, mas também pelo incentivo para que seus filhos construam sua autonomia e conquistem sua realização pessoal e profissional. Ainda no campo da família, vale destacar a luta pelo acolhimento às mães que perdem seus filhos para a violência.

No campo da educação, foram identificadas lutas por creches e escolas de qualidade, que compreende merenda, professores com salários dignos, material nas escolas e computadores para os alunos.

No campo do trabalho, as mulheres lutam por incentivar outras mulheres para o trabalho, motivando-as a terem sua própria renda, como caminho para a conquista de sua autonomia.

No enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres, elas lutam pelo fortalecimento da rede municipal de atendimento às mulheres em situação de violência, pela melhoria dos serviços de acolhimento e abrigamento, por encaminhamentos no CRAS e pelo encorajamento às mulheres para denunciarem os casos de violência, além de segurança pública com garantia de direitos humanos para todos.

Quanto aos jovens, enquanto sujeito coletivo da pesquisa, os que participaram dos Diálogos Comunitários afirmaram que a maior necessidade que a juventude apresenta hoje é de proteção à vida, seja na prevenção ao suicídio, no cuidado com a saúde mental e no distanciamento com o mundo do crime. Como percebem que a rede de proteção está sucateada, os jovens expressam que suas necessidades básicas se encontram ameaçadas, como são exemplos a saúde e a educação.

Esse cenário mostra a necessidade de fomentar a resiliência em meio à juventude, com a formação de novas lideranças, para que se possa continuar o trabalho comunitário.

No campo da organização, indicaram que há a necessidade de formar novas lideranças juvenis, na perspectiva de assegurar a continuidade do trabalho comunitário. Essa perspectiva se depara com muitas dificuldades, a começar pela saúde mental dos jovens, hoje, extremamente abalada. Sobre isso, um dos jovens nos relata:

Então, pensar essas organizações, é pensar como reverter esse quadro de chacinas e mortes e tal e como melhorar a condição de saúde mental dessas populações. Que aí tem toda as camadinhas da população que a gente estava falando: se é da favela, se é preto, se é mulher, se é LGBT, cada vez mais vai se agravando o quadro de violência. Então, pensar estratégias de como esses coletivos e jovens, podem ter

minimamente uma saúde mental resguardada e a sua vida. Isso seria algo extremamente importante para gente pensar em como provocar uma mudança né.

Outro nível de necessidades está relacionado à infraestrutura urbana e à moradia. Os jovens destacam as habitações precárias, o incompleto saneamento básico, pois existem várias ruas com esgoto a céu aberto e pessoas vivendo em péssimas condições de moradia. Outra necessidade que eles relatam diz respeito a um sistema eficiente de mobilidade urbana, tanto para pessoas com deficiência como para ciclistas. Assim, expõem que, para uma sociabilidade digna, é necessário que todos possam ter acesso a direitos básicos, o que não ocorre em suas realidades.

No tocante à fragilidade das políticas públicas existentes nos territórios, eles indicam que há necessidade de serviços especializados no atendimento à juventude, capazes de abranger a totalidade e complexidade dos sujeitos que residem nas diferentes localidades dos três bairros. Nesse sentido, o CUCA da Barra, por exemplo, ainda que se configure como uma estratégia da política de juventude municipal e ofereça serviços relevantes para a juventude, não é considerado um equipamento seguro e protegido para todos os jovens porque tem vagas limitadas e, ainda, situa-se em uma posição geográfica de intensos conflitos entre facções, o que dificulta a plena participação dos jovens.

Assim, em relação às políticas públicas, constata-se a necessidade de intersetorialidade entre elas para o atendimento eficaz dos jovens em sua integralidade, sobretudo nos campos da saúde e educação.

Na política de educação, eles citam como necessidades: a melhoria das estruturas físicas das escolas; profissionais com abordagem inclusiva nas atividades curriculares; assistentes sociais e psicólogos para atender os estudantes e familiares; apoio à participação juvenil, como no caso dos grêmios que necessitam de mais incentivo da gestão escolar. Também citam como necessidade a maior valorização dos professores; a segurança nas escolas, profissionais com abordagens pedagógicas que garantam a igualdade racial e de gênero, e o combate ao *bullying* no ambiente escolar. Sobre alguns desses pontos relata um dos participantes:

Lá na escola onde eu estudo, um menino de tarde, ele sofria muito *bullying*. Ele era muito quieto né e tal e todo mundo ficava fazendo *bullying* com ele, aí teve um certo dia que ele foi pra casa e a mãe dele perguntou o que foi e ele não respondeu, aí quando a mãe dele foi ver ele tava no quarto enforcado.

Sobre o suicídio juvenil, os jovens participantes identificam como algo que necessita de um enfrentamento na busca de soluções emergentes. No momento da realização

dos Diálogos com eles, a equipe de pesquisadoras foi indagada se poderia ir até a escola fazer um debate sobre prevenção ao suicídio. Essa proposta mostra a necessidade sentida por eles de um tratamento como questão urgente e importante.

Dentre as várias necessidades elencadas pelos jovens, a educação e a prevenção ao suicídio são as mais fortes. Desse modo, relatam a urgência no trato com as escolas desde a sua infraestrutura, como a reforma das quadras, até o serviço de apoio psicossocial e combate às condutas de opressões de gênero, raça e outras, conforme os relatos a seguir:

Eu acho que na escola devia ter psicólogo, por que trabalha com vários tipos de pessoas entendeu? Se for parar pra pensar, na escola vai pessoas de várias formas né, e tem criança que é toda arrogante, da criação né, isso é da criação, às vezes o pai é alcoólatra, vive no crack, alguma coisa assim, e não tem aquele amor em casa, aí vai pra escola e não quer nada na vida.

(...) às vezes fala palavras que machucam: “seu inútil! Sua inútil!” A pessoa leva pro psicológico essas coisas. Aí passa isso em casa, vai pra escola e já tem a parte do racismo ou do preconceito, aí fala alguma coisa que machuca e tal tipo “ai, seu negro! seu macaco!”. Então, a pessoa leva mais pro psicológico e acaba acontecendo o suicídio, por isso era bom psicólogo na escola, assim, participação, ou a pessoa faz parte de algum projeto, assim, alguma coisa... Pronto, um projeto poderia ter psicólogo pras crianças pros pais, tipo assim, “como os pais tratarem melhor seus filhos”, entendeu? “como os filhos agirem em casa” pegar cada mãe e cada pai de um aluno e conversar: “você já perguntou pro seu filho como ele tá hoje”, entendeu?

Considerando a Lei federal N° 13.935/2019, que promulga que as redes públicas de educação básica deverão contar com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais, essa equipe deve trabalhar para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, contando com a participação da comunidade escolar e externa. Os jovens das comunidades do Pirambu, Barra do Ceará e Cristo Redentor que compõem a ZEIS Pirambu identificam esse serviço como fundamental para o desenvolvimento da juventude nos territórios.

A segurança nas escolas é outro ponto de necessidade identificado pelos jovens, conforme o relato a seguir:

A parte da segurança da escola também não tá boa, qualquer um entra na escola, qualquer um sai da escola na hora que quiser, porque é muito perigoso, qualquer um entra se passando por pai e tal, que nem aconteceu naquela escola lá de São Paulo, pode acontecer coisas inesperadas e nem vai poder fazer nada porque é como se você tivesse trancado dentro de uma sala. Era pra ter alguma coisa assim, um vigia, um segurança... Porque lá tem o porteiro, e todo dia entra várias pessoas na hora que quiser.

Outro aspecto importante trazido nos Diálogos é sobre as necessidades das famílias nos territórios, que vivem em condição de pobreza e em meio a um ambiente sem oportunidades. Significa dizer que as necessidades geradas pela condição de pobreza, a falta de oportunidades e ausência do Estado são fatores que contribuem para a cooptação de crianças e jovens para o mundo do crime, e essa é uma grande dificuldade da juventude periférica.

Outra necessidade que os jovens identificam é a de qualificar o trabalho do policial militar e outros dispositivos de segurança, uma vez que a juventude tem sido alvo de abordagens brutais e indiscriminadas. Assim, há vários relatos de corrupção e ameaças de policiais que atuam nos territórios da ZEIS Pirambu, conforme os depoimentos a seguir:

Meus amigos cansaram de me falar assim ah eu num vou pra tal canto porque lá é muito perigoso, lá passa polícia direto, vão botar um flagrante em mim... Porque meu amigo disse que já aconteceu com ele, eles botaram droga no meu amigo e levaram meu amigo dizendo que ele tava em canto tal vendendo isso e aquilo, então isso acontece.

Quando eu tava aqui perto, aí chegou um cara e falou, “aí o que é tu tá fazendo aqui cara, tu num é nem da família!” Aí ele começou a rebater o policial, aí o outro policial foi na viatura, pegou a doze e deu pro que tava debatendo com ele, aí ele deu um tiro de doze, de bala de borracha nas costas do homem. Aí ele saiu, e o policial disse que perdia a farda dele, mas de noite vinha atrás de matar ele.

São depoimentos fortes que perpassam o cotidiano dos jovens não só na ZEIS Pirambu, mas em todo território extenso do lado oeste da cidade e outras periferias, um cenário de guerra que precisa ser modificado e é identificado pelos jovens como uma das maiores necessidades de solução.

Continuando esse ponto da segurança, os jovens que participaram dos Diálogos relataram sobre as abordagens violentas da polícia: “Eles já deviam ter mais aquela assim, saber ser mais educado né, chegar na periferia e saber tratar os outros e parar de fazer o que eles fazem né, bater na pessoa de graça, coisa que não é certo”, e foram mais além:

Eu acho que esses policiais que trabalham o dia, eles deviam trabalhar honestamente, ser mais honestos no trabalho deles, e passar a tratar as pessoas direito ainda mais a gente que mora na periferia, que o modo deles abordarem as pessoas não é certo. Muitos deles sabe, diz logo que a pessoa é vagabundo, é negro, esculhamba logo a pessoa, coisa que eu não acho certo, só porque a pessoa mora naquele canto ali ser discriminado, entendeu? A coisa é que eles deviam passar a tratar a gente como se fosse aquele pessoal, uma coisa que eles falam é muito “tu num quer levar busca de arma vai morar na Aldeota”, é uma coisa que eu não acho certo, aí só pelo canto que eu moro o cara vem querer comparar uma coisa com a outra, coisa que não existe, entendeu? Ser mais honesto e qualificar mais o trabalho deles.

Quanto às lutas e reivindicações dos jovens, mesmo com toda adversidade, a juventude acende em chamas e teima em não renunciar ao seu direito de existir e resistir, caminhando na luta por qualidade de vida e oportunidades. Entre as desigualdades e resistências: “A juventude quer viver” (Jovem participante do Diálogo).

Considerando essas necessidades vivenciadas pela juventude, a seguir serão elencadas, a partir da visão dos jovens, as lutas e reivindicações que podem fazer a diferença no contexto da ZEIS. A percepção da palavra “lutas” não significa somente as lutas que vêm sendo desenvolvidas com ações sistemáticas planejadas e organizadas, mas também reivindicações amplas e/ou pontuais percebidas pelos jovens.

Dentre essas lutas, os jovens citaram como as mais importantes: **i) direito à vida; ii) segurança pública sem violência policial; iii) direito à cultura e ao lazer; iv) garantia de saúde mental; v) melhoria da estrutura interna e externa das escolas.**

Já os **artistas e ativistas de grupos culturais** também foram reconhecidos pela pesquisa como um sujeito de destacada importância na realidade da ZEIS do Pirambu. Reunidos no Diálogo Comunitário realizado para esse segmento, os participantes identificaram a necessidade de investimento público para equipamentos e realização de atividades artísticas e culturais na ZEIS, assim como para a promoção de oficinas e cursos de formação para os artistas locais.

Eles afirmaram também que os artistas da ZEIS não têm representantes junto aos conselhos de cultura, o que reduz sua participação nas políticas públicas de cultura, tanto do estado, quanto do município. Por isso, identificam também a necessidade de realização de cursos de elaboração de projetos culturais para participarem dos editais.

Os participantes também identificam como necessidade a construção de equipamentos culturais na ZEIS. Apesar de ser considerado um celeiro de artistas, o território não conta com um centro cultural ou espaço que possa realizar cursos, festivais, mostras, feiras culturais, ou mesmo espetáculos de teatro ou música, dentre outros. Essa necessidade de espaço vem atrelada a outra de participação, pois os participantes mostraram sua disposição de participar das definições acerca dos equipamentos culturais que forem implantados no território, como tipo, tamanho, localização, dependências etc.

O desejo expresso é o de participar com opiniões e sugestões de melhorias e de adequações às atividades culturais e artísticas produzidas no território. Por fim, os participantes apontam também a necessidade de maior organização e mobilização dos artistas e grupos culturais da ZEIS, o que certamente fortalecerá suas lutas e conquistas.

Em relação às lutas, os participantes do Diálogo com artistas e grupos culturais apontam como a mais importante a luta por espaço de participação nas políticas de cultura e como uma luta que precisa do engajamento de todos.

Também considerados como sujeitos importantes pelo conhecimento dos serviços públicos que são prestados à população e, ao mesmo tempo, das necessidades dos usuários desses serviços, **os profissionais de políticas públicas** foram ouvidos em um encontro específico, para o qual foram convidados gestores e trabalhadores dos equipamentos de saúde, educação e assistência social do território da ZEIS. Nos Diálogos Comunitários com profissionais das políticas públicas, os participantes foram divididos em grupos para tratar das áreas de saúde, educação e assistência social.

Quanto às necessidades no campo da educação, os participantes identificaram a insuficiência de creches e de escolas de ensino fundamental; consideram que as crianças estão desassistidas, necessitando de escolas próximas às suas casas. Apontam também que, apesar de as escolas lidarem com a questão da dependência química, não há nenhum trabalho educativo focado nos alunos dependentes químicos.

No campo da saúde, os participantes identificaram como necessidade a ampliação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, uma vez que sua cobertura se encontra insuficiente. Também apontaram a necessidade de aumento do número de médicos nos postos de saúde. Essas duas primeiras necessidades indicadas mostram a insuficiência do atendimento à população no que se refere às ações da atenção primária, ficando boa parte da população desassistida. Os participantes indicaram também a necessidade de uma maior participação dos usuários no sistema de saúde.

No campo da assistência social, os participantes indicaram a necessidade de mais equipamentos de assistência social. No território da ZEIS há somente um CRAS, localizado na Barra do Ceará. O CRAS que funcionava, no passado, no Pirambu, e posteriormente no Cristo Redentor, foi deslocado para o bairro do Jacarecanga, próximo ao Pirambu e ao centro da cidade. Embora continue atendendo às populações da ZEIS a distância, seguramente, acarretou uma maior dificuldade de deslocamento dos usuários. Indicam também o completo sucateamento do CSU Gov. Virgílio Távora, como espaço voltado para assistência social. A ausência e a precarização dos equipamentos demonstram insuficiências na assistência e proteção social às famílias da ZEIS. Por fim, concordando com os profissionais da saúde, os da assistência também apontam a necessidade de mais médicos nos postos de saúde.

A insuficiência na oferta dos serviços, tanto de equipamentos quanto de profissionais, é uma tônica nas falas dos participantes, revelando um campo de necessidades e

lutas em todas as três políticas. Assim, as lutas dos profissionais das políticas públicas vêm a se somar às lutas dos demais segmentos da comunidade pela melhoria dos serviços públicos, tanto em quantidade quanto em qualidade, pela suficiência e cobertura do atendimento à população, pelo atendimento prioritário às populações mais vulneráveis, pela valorização dos profissionais que trabalham nesses equipamentos e por melhores condições de trabalho.

Após a identificação e discussão das potencialidades e desafios dos bairros e organizações comunitárias da ZEIS Pirambu, bem como de suas necessidades e lutas pelos participantes de todos os Diálogos Comunitários, foi criado um ambiente favorável para a construção coletiva das propostas para o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social. Desse modo, no próximo item destacam-se as propostas elaboradas pela comunidade e condensadas pela equipe técnica da UECE, conforme os eixos do Plano: i) fortalecimento das organizações comunitárias e dos canais de participação e controle social; ii) formação continuada das lideranças e sujeitos sociais; iii) articulação comunitária e parcerias; iv) e outras propostas.

4 PROPOSTAS PARA O PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

As propostas para o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS do Pirambu foram sistematizadas e compiladas pela equipe técnica da UECE, tendo como base: i) as propostas elaboradas coletivamente pelos participantes dos sete encontros realizados na comunidade, aqui denominados de Diálogos Comunitários das ZEIS; ii) as propostas sugeridas pelas lideranças históricas entrevistadas. A descrição dos Diálogos Comunitários e das entrevistas está detalhada no item metodologia do Diagnóstico.

Conforme já explicitado na metodologia, tais Diálogos e entrevistas foram realizados com os seguintes sujeitos coletivos: i) associações de moradores; ii) grupos e coletivos de mulheres; iii) artistas e grupos culturais; iv) grupos e coletivos de jovens; v) profissionais das políticas públicas de educação, saúde e assistência que atuam na ZEIS. As propostas para o Plano também foram referendadas e/ou complementadas pelas lideranças históricas entrevistadas.

As ferramentas metodológicas usadas para construção coletiva do Diagnóstico e das propostas para o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS do Pirambu, tanto nos Diálogos quanto nas entrevistas, tiveram como base os eixos definidos no Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Conselho Gestor da ZEIS e pelo IPLANFOR. Assim, a partir do debate sobre as necessidades e lutas identificadas no Diagnóstico, foi criada uma ambiência favorável para a elaboração conjunta das propostas pelos sujeitos coletivos participantes dos Diálogos Comunitários da ZEIS.

Dentre os aspectos revelados pelo Diagnóstico, destacam-se, quanto à situação atual das organizações comunitárias da ZEIS Pirambu, a coexistência de formas tradicionais de organização, como as associações de moradores, de estrutura vertical, com formas contemporâneas de organização, a exemplo dos coletivos de jovens, mulheres e artistas. Esses coletivos tendem a se contrapor aos modelos tradicionais de organização hierarquizados e verticais, funcionando de modo horizontal. A convivência entre essas diferentes formas organizativas revela a riqueza e a heterogeneidade dos grupos e movimentos que atuam no território da ZEIS Pirambu, com pautas diversas e lutas plurais.

No que se refere às organizações tradicionais, é recorrente o reconhecimento de que, no cenário atual, as associações de moradores, em geral, vêm perdendo força, encontrando dificuldades na mobilização da comunidade para suas lutas. A crise de representação nos modelos tradicionais de organização, a descrença na política, somadas às dificuldades de regularização da documentação das associações, contribuem para o

agravamento desse quadro. Ademais, para se legitimarem junto aos moradores, atualmente, as associações precisam desenvolver projetos sociais nos territórios. Para tanto, a política de editais costuma exigir que as associações estejam com suas documentações em dia, resultando em grande obstáculo burocrático a ser enfrentado.

Entretanto, se por um lado existe esta fragilidade, por outro, lideranças comunitárias históricas têm credibilidade e resistem, demonstrando poder de articulação e mobilização no território, conforme se vivenciou nas atividades de elaboração do PIRF na ZEIS Pirambu. Nesse sentido, o pioneirismo da organização comunitária, das lutas e conquistas populares ainda está vivo na memória coletiva dos sujeitos sociais, sendo motivo de orgulho e incentivo à participação das lideranças comunitárias em projetos sociais que atendam às reivindicações da comunidade.

Quanto às novas formas de organização, em particular, os coletivos de jovens, verificou-se certa resistência em participarem de espaços institucionalizados, a exemplo das associações de moradores e dos conselhos das políticas públicas. Tal resistência decorre da crítica que os coletivos fazem às formas hierarquizadas de organização política, que tendem a reproduzir desigualdades e conflitos geracionais.

Contribuem para agravar esse cenário a disputa de territórios pelas facções e a violência policial, que afetam sobremaneira os jovens, restringindo a liberdade de transitarem no território. As juventudes, nesse momento, encontram-se fragmentadas em vários espaços de sociabilidade, buscando reconhecimento e afirmação nas lutas por seus direitos, de diversas formas, seja por meio dos ativismos nas redes sociais e nas artes, seja através das ocupações dos espaços públicos e da vida comunitária.

As propostas construídas coletivamente para o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS Pirambu, aqui apresentadas, consideraram as diversidades dessas formas organizativas e de suas pautas, tendo como base os eixos propostos no Plano de Trabalho, a saber: i) fortalecimento das organizações comunitárias e dos canais de participação e controle social; ii) formação continuada das lideranças e sujeitos sociais; iii) articulação comunitária e parcerias; iv) e outras propostas.

4.1 Fortalecimento das organizações comunitárias e dos canais de participação e controle social

De acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Gestor da ZEIS do Pirambu e pelo IPLANFOR, no eixo fortalecimento das organizações comunitárias e dos canais de participação e controle social estão condensadas, entre outras, as propostas da comunidade, que se referem à:

- Inserção das organizações comunitárias da área em movimentos sociais mais amplos e em instâncias de controle e gestão social.
- Criação de organismos representativos da população em grupos sociais e/ou comissões de interesses (tais como comissão de acompanhamento de obras, comissões de jovens, de mulheres e de outros interesses despertados pelo projeto).
- Consolidação de Fóruns Permanentes de Participação das Comunidades juntamente com o Conselho Gestor.
- Definição de ações de participação social nas etapas de pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras, conforme a Instrução Normativa nº 8 do Ministério das Cidades, de 26 de março de 2009, e a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, do mesmo Ministério, ou legislação mais recente, se houver.

Desse modo, os representantes das associações de moradores que participaram dos *Diálogos Comunitários* e as *lideranças históricas entrevistadas* apresentaram a demanda de fortalecimento das organizações comunitárias, compreendendo o PIRF como uma oportunidade de revitalizar, reciclar e qualificar as lideranças e o movimento comunitário da ZEIS. Nesse sentido, consideram como estratégias para esse fortalecimento as seguintes propostas, sistematizadas e condensadas pela equipe técnica da UECE no quadro abaixo:

Quadro 12 – Propostas das Associações de Moradores para o Fortalecimento das Organizações Comunitárias

EIXO	PROPOSTAS DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Fórum Geral da ZEIS do Pirambu, juntamente com o Conselho Gestor da ZEIS, assegurando as representações de todos os segmentos organizados, sob a coordenação da FEMOCOPI²⁵, com o objetivo de promover o acompanhamento e o controle social de todas as obras do PIRF (nas etapas de pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras) e das demais políticas para a ZEIS.

²⁵Federação do Movimento Comunitário do Pirambu.

Quadro 12 – Propostas das Associações de Moradores para o Fortalecimento das Organizações Comunitárias (Cont.)

EIXO	PROPOSTAS DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Criação pelo Fórum Geral da ZEIS de Comissões de Acompanhamento das obras do PIRF. • Criação de organizações representativas dos moradores dos condomínios verticais da ZEIS, visando a assegurar o seu funcionamento, conforme os objetivos, legislação e normas de convivência coletiva. • Realização de consultas e audiências públicas para acompanhamento das obras do PIRF na ZEIS²⁶. • Realização de mutirões com participação das associações comunitárias e apoio do poder público, para regularização da documentação das associações. • Elaboração e divulgação de um mapeamento dos projetos sociais desenvolvidos pelas organizações comunitárias da ZEIS. • Abertura do CEPID para reuniões e eventos da comunidade. • Fortalecimento dos movimentos comunitários da ZEIS nas redes sociais.

A proposta principal deste eixo é a criação do Fórum Geral da ZEIS, de caráter permanente, sendo organizado por iniciativa do Conselho Gestor, juntamente com a FEMOCOPI, constituindo-se no primeiro passo para a etapa de execução do PIRF. O Fórum tem o objetivo geral de promover o acompanhamento e o controle social de todas as ações do PIRF. Para assegurar o seu objetivo geral, o Fórum deve contar, em sua composição, com representações de todos os segmentos organizados da ZEIS. Sua estrutura deve ser leve e ágil, a fim de garantir a participação dos diversos segmentos organizados.

Quanto ao funcionamento do Fórum Geral da ZEIS, o Conselho Gestor, em articulação com a FEMOCOPI, poderá optar pela elaboração de um regimento interno, que definirá a coordenação, relatoria e frequência das reuniões, conforme as necessidades organizativas da ZEIS. Sugere-se que a cada reunião sejam escolhidas uma coordenação e uma relatoria, que encaminhará ao Conselho Gestor da ZEIS os relatórios de suas atividades de acompanhamento e controle social às obras do PIRF.

Entre as atribuições do Fórum destaca-se a criação de comissões de acompanhamento às obras do PIRF, nas etapas de pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras. A proposta é que as Comissões sejam formadas por grupos menores, compostas por segmentos organizados, podendo acompanhar mais de perto as obras do PIRF e levar as questões para o Fórum Geral da ZEIS, contribuindo com o trabalho de controle social. Deste

²⁶As consultas e as audiências públicas podem ser sugeridas pelo Fórum Geral ao poder público a fim de mediar o contato deste com a população da ZEIS em geral. Elas podem esclarecer e tirar dúvidas sobre projetos e obras, além de assegurar a transparência pública e a ampla participação democrática de todos que vivem na região da ZEIS nas discussões do PIRF.

modo, as comissões serão formadas por segmentos, como, por exemplo, lideranças comunitárias, mulheres, jovens, artistas, dentre outros.

Ademais, para assegurar a efetividade do trabalho de acompanhamento às obras, em todas as suas etapas (pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras), o Fórum e as comissões de acompanhamento às obras deverão se reger por cláusulas contratuais, a serem estabelecidas entre as instituições públicas e as empresas executoras, responsáveis pelas obras do PIRF, a fim de garantir a participação da comunidade no controle social.

Outra proposta que se destaca nesse eixo é a realização de mutirões, com participação das associações comunitárias e o apoio do poder público, para regularização da documentação das associações. A proposta é de que esses mutirões possam ser realizados, mediante parcerias entre a FEMOCOPI e o poder público, com a participação das entidades interessadas. O objetivo desses mutirões é desburocratizar e facilitar a regularização das associações, visando habilitá-las para concorrerem aos editais de financiamento de projetos sociais. Para assessorar os mutirões sugere-se, também, a busca de parcerias com as Universidades e/ou de ONGs, a fim de atualizar a documentação de todas as associações da ZEIS (assembleias, eleições, atas, estatutos, registros e demais documentações).

Além das associações de moradores, foram sistematizadas e compiladas, pela equipe de pesquisadoras da UECE, as **propostas elaboradas pelas mulheres**, como sujeitos coletivos da pesquisa, e que participaram dos *Diálogos Comunitários* e das *entrevistas*.

Considerando que as **mulheres** constituem a maioria da população da ZEIS do Pirambu, participando ativamente tanto das formas tradicionais de organização comunitária quanto de novas formas organizativas emergentes no cenário contemporâneo, no *Diálogo Comunitário com os grupos e coletivos de mulheres da ZEIS*, as participantes destacaram as seguintes propostas para o fortalecimento das organizações e dos canais de participação das mulheres:

Quadro 13 – Propostas dos Grupos e Coletivos de Mulheres para o Fortalecimento de suas Organizações

EIXO	PROPOSTAS DOS GRUPOS E COLETIVOS DE MULHERES
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Representação dos grupos e coletivos de mulheres no Fórum Geral da ZEIS do Pirambu, por meio da Rede de Mulheres da ZEIS. • Criação da Rede de Mulheres da ZEIS, que articule todas as organizações de mulheres na ZEIS, com o objetivo de facilitar a discussão e o acompanhamento das políticas e dos projetos específicos para as mulheres no PIRF. • Criação de uma Comissão de Mulheres para acompanhamento das obras e das propostas das mulheres no PIRF.

Quadro 13 – Propostas dos Grupos e Coletivos de Mulheres para o Fortalecimento de suas Organizações (Cont.)

EIXO	PROPOSTAS DOS GRUPOS E COLETIVOS DE MULHERES
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação de audiências públicas com os órgãos municipais e estaduais para discutir as políticas para as mulheres na ZEIS. • Garantia de espaços físicos para a realização de atividades dos grupos e coletivos de mulheres²⁷. • Uso de sites e redes sociais para informar sobre os direitos das mulheres na ZEIS.

Destaca-se, neste eixo, a proposta de criação de uma Rede de Mulheres, por iniciativa dos próprios grupos e coletivos de mulheres, a fim de articular todas as organizações de mulheres na ZEIS. A Rede visa a fortalecer a articulação entre essas organizações, aprofundar as discussões sobre suas demandas, além de realizar ações de controle social das políticas e projetos específicos para as mulheres no PIRF. Para tanto, a Rede deve se articular ao Fórum Geral da ZEIS, a fim de assegurar a representação das mulheres nessa instância de participação e controle social do PIRF.

O Fórum Geral da ZEIS, a exemplo das comissões de acompanhamento às obras com representação das associações comunitárias, também deverá criar uma Comissão de Mulheres para acompanhar mais de perto a execução das obras de interesse delas no PIRF, em todas as etapas (pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras). Essa comissão poderá ser formada por um grupo menor de representantes das organizações de mulheres para facilitar o trabalho de controle social realizado pelo Fórum Geral da ZEIS.

Além das associações de moradores e das mulheres, foram sistematizadas e compiladas, pela equipe de pesquisadoras da UECE, as **propostas elaboradas pelos artistas**, como sujeitos coletivos da pesquisa, e que participaram dos *Diálogos Comunitários* e das *entrevistas*. A ZEIS do Pirambu é historicamente reconhecida como celeiro de artistas, criando, ao longo do tempo, diversas formas de organizações e movimentos culturais nas diferentes linguagens artísticas.

²⁷Destaca-se aqui que as mulheres precisam de lugares onde a sua participação comunitária e o empreendedorismo social possam se efetivar, a exemplo do calçadão na orla, com a implantação de quiosques, de centros comunitários revitalizados, de quadras esportivas qualificadas, da abertura do CEPID para realização de reuniões no horário da noite etc.

Desse modo, no Diálogo Comunitário com **artistas e grupos culturais** da ZEIS, os participantes construíram, como estratégias para o fortalecimento das organizações culturais e dos canais de participação dos artistas, as seguintes propostas:

Quadro 14- Propostas dos Artistas e Grupos Culturais para o Fortalecimento de suas Organizações

EIXO	PROPOSTAS DOS ARTISTAS E GRUPOS CULTURAIS
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Representação dos artistas e grupos culturais no Fórum Geral da ZEIS do Pirambu. • Realização de um Encontro Anual de Cultura para a discussão das políticas e dos projetos culturais na ZEIS. • Realização anual do Festival das Artes da ZEIS. • Revitalização do CIP (Centro de Iniciação Profissional) como espaço de formação profissional no campo das artes e da cultura. • Elaboração de um inventário dos artistas e grupos culturais da ZEIS, com a participação dos artistas locais. • Realização de Gincanas Culturais nas escolas com tarefas voltadas para a identificação das diversas linguagens artísticas produzidas na ZEIS. • Reforma e revitalização do Centro Social Urbano (CSU) Governador Virgílio Távora, do Cristo Redentor, como espaço para realização de atividades socioculturais. • Criação do Grupo de Agentes Culturais nas diversas linguagens para articular os artistas locais com o poder público e facilitar a sua participação em editais na ZEIS. • Revitalização do Centro Popular de Documentação do Pirambu – CPDOC. • Criação de um Grupo de mídia social dos artistas e grupos culturais da ZEIS. • Valorização dos “Points Culturais” da ZEIS²⁸.

Os artistas da ZEIS do Pirambu, nas suas mais diferentes linguagens (poesia, música, teatro, artes plásticas, dança, artes eletrônicas etc.), têm uma articulação histórica, que permanece com muita vitalidade no contexto atual, seja por meio das redes sociais, seja em diferentes espaços culturais da comunidade e da cidade, conforme descrito no Diagnóstico. Desse modo, uma das propostas mais relevantes aqui destacadas é a participação dos artistas no Fórum Geral da ZEIS. Essa participação visa a assegurar a efetivação das propostas aqui apresentadas, a exemplo da revitalização do CIP, do Centro Social Urbano Governador Virgílio Távora e do Centro Popular de Documentação do Pirambu, como espaços de fomento e realização de atividades culturais.

Além das associações de moradores, mulheres e artistas, também foram sistematizadas e compiladas, pela equipe de pesquisadoras da UECE, as **propostas**

²⁸ Dentre os *Points* Culturais da ZEIS, os artistas destacam equipamentos culturais públicos e privados que podem ser mais valorizados como espaços para realização de shows, ensaios de quadrilhas e outras atividades artísticas e culturais, a saber: Areninha do Pirambu, SECAI, CIP, FEMOCOPI, Centro Cultural Chico da Silva, CSU Virgílio Távora, Açai na Taipa, Restaurante e Espaço Cultural Albertu's, Calçadão do Vila do Mar, dentre outros.

elaboradas pelos jovens, como sujeitos coletivos da pesquisa, e que participaram dos *Diálogos Comunitários*.

Atualmente, os jovens se organizam de diversas maneiras na ZEIS, participando de grupos e coletivos nas redes sociais e na comunidade, com pautas plurais, que se articulam às lutas pelo direito à vida. Suas formas organizativas se diferenciam dos modelos tradicionais de organização comunitária e participação institucional. Além disso, os jovens enfrentam dificuldades de circulação e atuação no espaço público da ZEIS, por estarem vulneráveis ao cenário atual de extermínio das juventudes periféricas, em razão das disputas territoriais entre as facções e da violência policial.

Desse modo, os jovens participantes dos Diálogos Comunitários construíram as seguintes propostas para o fortalecimento de suas organizações coletivas e dos canais de participação dos jovens na ZEIS:

Quadro 15 – Propostas dos Grupos e Coletivos de Jovens para o Fortalecimento de suas Organizações

EIXO	PROPOSTAS DOS GRUPOS E COLETIVOS DE JOVENS
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Representação dos grupos e coletivos de jovens no Fórum Geral da ZEIS do Pirambu. • Criação de editais específicos para financiar as organizações de jovens das ZEIS, nas áreas de esporte, cultura e lazer²⁹. • Criação e manutenção de sites e redes sociais pelos próprios jovens para informar sobre o PIRF. • Criação de aplicativos sobre os direitos de crianças, jovens, mulheres e trabalhadores da ZEIS³⁰. • Garantia do direito à vida dos jovens, para que possam circular nos espaços públicos dos territórios da ZEIS. • Contratação de profissionais, com capacitação em redução de danos, mediação de conflitos e socioeducação para atuarem nos espaços de maior tensão social identificados pelos jovens. • Fortalecimento da intersetorialidade das políticas públicas voltadas para os jovens na ZEIS.

Uma das principais propostas deste eixo diz respeito à garantia da participação dos jovens no Fórum Geral da ZEIS. Essa proposta requer o diálogo do Conselho Gestor da ZEIS e das lideranças comunitárias com os jovens, respeitando as especificidades das suas formas organizativas, a fim de promover o engajamento das juventudes no Fórum Geral da

²⁹ Na área do esporte, os jovens da ZEIS têm grupos que praticam futebol, skate, surf, vôlei. No tocante à cultura, é preciso observar os gêneros musicais (reggae, funk, rock, forró, samba), teatrais, as artes de rua (grafite, break, entre outros), artes plásticas, danças (de rua, contemporânea, clássica), o audiovisual (fotografia, DJs, filmes).

³⁰ A proposta é a criação de aplicativos para a divulgação sobre os direitos sociais desses segmentos, informando em linguagem acessível sobre como podem acessar os serviços de cuidado e proteção na ZEIS, dispoindo os números de telefone, endereços e sites que possam procurar.

ZEIS. Assim, assegurar a participação dos jovens no Fórum Geral é condição fundamental para a efetivação de suas propostas no PIRF.

Não menos importante, a proposta de garantia do direito à vida dos/as jovens, para que possam circular nos espaços públicos dos territórios da ZEIS, é transversal a todas as demais propostas deste e de outros eixos do PIRF. Essa proposta requer a construção de protocolos de segurança cidadã, na perspectiva dos direitos humanos, em parceria com os coletivos de jovens que irão compor o Fórum Geral da ZEIS. Nesses protocolos, os/as jovens poderão dialogar com o poder público e indicar melhores estratégias para enfrentamento de algumas situações que eles/as vivem nos territórios.

Outra proposta que se destaca nesse eixo é o fortalecimento da intersetorialidade das políticas voltadas para os/as jovens na ZEIS. Essa proposta requer: i) melhoria da comunicação entre as secretarias municipais e estaduais; ii) uniformização de sistemas de dados que podem ser usados em parceria pelas equipes das diferentes secretarias; iii) construção e efetivação de protocolos de atuação em conjunto nos territórios; iv) capilaridade dos serviços e ampliação da escala e quantidade de trabalhadores nos territórios mais vulneráveis; v) reuniões sistemáticas para monitoramento e avaliação dos trabalhos, envolvendo gestores e os profissionais das políticas, de modo a integrar o máximo de profissionais, independente do cargo que ocupem, para que seja possível escutar quem trabalha na ponta.

Do mesmo modo que com os demais sujeitos coletivos, também foram sistematizadas e compiladas, pela equipe de pesquisadoras da UECE, as **propostas elaboradas pelos profissionais das políticas públicas que atuam na ZEIS**, como sujeitos coletivos da pesquisa, que participaram dos *Diálogos Comunitários*. Os profissionais da educação, saúde e assistência social, na prestação dos seus respectivos serviços na ZEIS, vivenciam experiências que possibilitam o conhecimento tanto da situação da população e de suas demandas, quanto da qualidade e das condições dos serviços públicos ofertados no território.

Considerando essas experiências, no Diálogo Comunitário realizado com esses profissionais, foram construídas as seguintes propostas, para o fortalecimento das organizações comunitárias e dos canais de participação da população nas políticas públicas da ZEIS:

Quadro 16 – Propostas dos Profissionais das Políticas Públicas para o Fortalecimento das Organizações Comunitárias

EIXO	PROFISSIONAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
------	--------------------------------------

FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Encontros de integração entre as políticas públicas de educação, saúde e assistência com a comunidade. • Garantia da equidade na distribuição dos equipamentos educacionais na ZEIS. • Fortalecimento da participação da comunidade nos conselhos de políticas públicas de educação, saúde e assistência social da ZEIS.
--	--

Quadro 16 – Propostas dos Profissionais das Políticas Públicas para o Fortalecimento das Organizações Comunitárias(Cont.)

EIXO	PROFISSIONAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Integração dos conselheiros de políticas públicas da ZEIS (educação, saúde e assistência social) com os movimentos sociais da cidade. • Divulgação ampliada do edital e do período de eleição dos conselheiros de saúde na ZEIS. • Socialização de informações sobre as políticas e os serviços de saúde e assistência social para a população.

As propostas de fortalecimento das organizações comunitárias e dos canais de participação e controle social das políticas públicas, construídas coletivamente nos Diálogos Comunitários com diferentes sujeitos, pressupõem a formação continuada das lideranças e dos grupos representativos dos diversos segmentos da população da ZEIS. Desse modo, no próximo subitem são apresentadas as propostas referentes à formação continuada das lideranças e sujeitos sociais.

4.2 Formação continuada das lideranças e sujeitos sociais

Conforme o Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Conselho Gestor da ZEIS do Pirambu e pelo IPLANFOR, no eixo da *Formação Continuada das Lideranças e Sujeitos Sociais*, estão contidas, entre outras, as propostas de capacitações para as lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária, compreendendo:

- O papel das associações e dos grupos representativos de segmentos da população no controle social das políticas públicas.
- As questões de formalização e legalização das entidades representativas e sobre organização dos condomínios nos empreendimentos verticalizados (legislação, objetivos, organização e funcionamento).
- Esclarecimento sobre as responsabilidades individuais e coletivas dos beneficiários dos serviços e dos equipamentos implantados na correta utilização e preservação dos serviços implantados.

- Estabelecimento de programas educativos (oficinas, campanhas, seminários, fóruns, rodas de conversa e outros) para formação de lideranças e demais pessoas da comunidade sobre a infraestrutura a ser implantada nos empreendimentos.

Desse modo, no eixo *Formação Continuada das Lideranças e Sujeitos Sociais*, a equipe técnica da UECE sistematizou e compilou as propostas elaboradas pelos participantes dos Diálogos Comunitários com **Associações de Moradores** da ZEIS e pelas lideranças históricas entrevistadas, conforme o quadro a seguir:

Quadro 17 – Propostas das Associações de Moradores para a Formação Continuada das Lideranças

EIXO	PROPOSTAS DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
FORMAÇÃO CONTINUADA DAS LIDERANÇAS ESUJEITOS SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um Programa de Educação, com o objetivo de capacitar as lideranças e organizações comunitárias da ZEIS para o exercício do controle social das políticas públicas, contemplando os seguintes cursos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Formação política de lideranças jovens e adultas. ○ Elaboração de projetos sociais e captação de recursos. ○ Gestão financeira de projetos sociais. ○ Secretaria, tesouraria, contabilidade e documentação. ○ Usos e acessos de mídias e redes sociais. • Promoção de debates, palestras e rodas de conversas nas escolas públicas e comunidade para incentivar a formação de novas lideranças. • Criação de um Projeto de Formação de Pesquisadores Populares para o resgate da história dos bairros da ZEIS. • Criação de um Componente de Educação Ambiental e Sanitária do PIRF, com o objetivo de incentivar práticas de cuidado com o meio ambiente e com as obras e os equipamentos de uso coletivo implantados pelo PIRF. • Realização de capacitação das lideranças representativas dos condomínios verticalizados sobre a organização, o funcionamento, a legislação e as normas de convivência coletiva.

Dentre as propostas das lideranças comunitárias consolidadas neste eixo, destaca-se a criação de um Programa de Educação, com o objetivo de capacitar as lideranças das organizações comunitárias da ZEIS para o exercício do controle social das políticas públicas. Essa proposta atende a uma demanda das lideranças comunitárias, a fim de qualificar a sua atuação, tanto nas ações de controle social do PIRF, quanto em sentido mais amplo.

Outra proposta que merece destaque é a que se refere à criação de um Componente de Educação Ambiental e Sanitária do PIRF, em particular, na sua etapa pós-obras. Essa proposta se justifica, por um lado, em razão de se reconhecer a importância da comunidade na construção e manutenção de um ambiente saudável e equilibrado; e por outro,

pela necessidade de orientação aos usuários dos equipamentos implantados pelo PIRF acerca dos usos e conservação dos sistemas de tratamento da água, do esgoto e do lixo.

Sugere-se que sejam capacitadas as lideranças e ativistas da ZEIS para que possam dialogar com a comunidade sobre essas questões, por meio das mais diversas ações (rodas de conversa, reuniões, minicursos, palestras etc.). Essa proposta se articula, também, às proposições do Caderno de Trabalho e Renda, em particular, às capacitações relacionadas aos modelos de gestão dos resíduos sólidos.

Indica-se que todas as propostas de capacitação, aqui elencadas, sejam efetivadas por meio de parcerias entre o Conselho Gestor da ZEIS, a FEMOCOPI, a UECE, a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, as Secretarias Estaduais e Municipais que atuam nas áreas de assistência social, educação, meio ambiente, direitos e desenvolvimento social, além de Organizações Não Governamentais que desenvolvem projetos sociais nessas áreas.

Do mesmo modo que com as associações de moradores, também foram sistematizadas e compiladas, pela equipe técnica da UECE, as propostas elaboradas pelas mulheres participantes do *Diálogo Comunitário com Grupos e Coletivos de Mulheres* e das entrevistas. Considerando as desigualdades de gênero, raça e classe social vivenciadas pelas mulheres nos territórios da ZEIS do Pirambu, e que impõem limites e desafios à sua participação social e política, no eixo da formação continuada das mulheres e de suas organizações coletivas na ZEIS, foram construídas as seguintes propostas:

Quadro 18 – Propostas dos Grupos e Coletivos de Mulheres para a Formação Continuada das Lideranças

EIXO	PROPOSTAS DOS GRUPOS E COLETIVOS DE MULHERES
FORMAÇÃO CONTINUADA DAS LIDERANÇAS ESUJEITOS SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um Programa Educativo de formação política para os grupos e coletivos de mulheres sobre os direitos das mulheres e a política de enfrentamento à violência contra as mulheres na ZEIS, contemplando os seguintes cursos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Organização política das mulheres. ○ Violência contra a mulher, segurança e direitos humanos. ○ Preconceito e discriminação racial e de gênero. ○ Saúde e assistência social para as mulheres. ○ Educação ambiental e saneamento. • Promoção de oficinas e rodas de conversa pelos grupos e coletivos de mulheres para discussão sobre os direitos humanos das mulheres, a violência urbana, a violência contra as mulheres, o racismo e a discriminação de gênero, nas associações de moradores, escolas, igrejas e outros espaços.

	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de capacitações sobre empreendedorismo, gestão financeira e recursos humanos para os grupos e coletivos de mulheres empreendedoras; • Promoção de cursos profissionalizantes, com o objetivo de assegurar a autonomia econômica das mulheres da ZEIS.
--	---

Neste eixo, destaca-se a proposta de criação de um Programa Educativo de formação política para os grupos e coletivos de mulheres sobre os direitos das mulheres e a política de enfrentamento à violência contra as mulheres na ZEIS. Trata-se de uma proposta que reconhece a importância de qualificar as organizações de mulheres para sua participação no controle social das políticas públicas e para o enfrentamento à violência de gênero. Para tanto, sugere-se a parceria entre as organizações de mulheres da ZEIS com a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania e Mulheres do Estado e com a Casa da Mulher Brasileira-CE.

Como desdobramento desse Programa Educativo, propõe-se que as rodas de conversa e oficinas indicadas no quadro possam ser realizadas pelos grupos e coletivos de mulheres participantes dos cursos a fim de contribuir para o desenvolvimento pessoal e social das mulheres da ZEIS.

Ademais, as propostas de realização de capacitações sobre empreendedorismo e promoção de cursos profissionalizantes para as mulheres, a fim de assegurar a sua autonomia econômica, devem se articular às proposições elaboradas pelo Caderno de Trabalho e Renda, com foco no empreendedorismo, a fim de se evitar sobreposições de ações.

Além das associações de moradores e dos grupos e coletivos de mulheres, também foram sistematizadas e compiladas, pela equipe técnica da UECE, as propostas elaboradas pelos participantes dos *Diálogos Comunitários com Grupos e Coletivos de Jovens da ZEIS*. Considerando as necessidades de se criar oportunidades para as juventudes, articuladas às demandas de formação continuada dos jovens e de suas organizações, destacam-se as seguintes propostas, conforme o quadro abaixo:

Quadro 19 – Propostas dos Grupos e Coletivos de Jovens para a Formação Continuada das Lideranças

EIXO	PROPOSTAS DOS GRUPOS E COLETIVOS DE JOVENS
------	--

<p>FORMAÇÃO CONTINUADA DAS LIDERANÇAS ESUJEITOS SOCIAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de capacitações em direitos humanos para os profissionais das políticas de segurança pública que atuam nos territórios da ZEIS, visando assegurar abordagens policiais não violentas aos jovens. • Realização de formações em comunicação popular para os grupos e coletivos de jovens, com vistas à criação de novos comunicadores sociais, na perspectiva dos direitos humanos. • Promoção de cursos profissionalizantes em produção de eventos, turismo, esporte, cultura e lazer para os jovens. • Realização de oficinas de formação de jovens protagonistas para o fortalecimento dos grupos e coletivos de jovens da ZEIS.
---	---

Ressalta-se, neste eixo, a proposta de realização de capacitações em direitos humanos para os profissionais das políticas de segurança pública que atuam nos territórios da ZEIS, em razão da vulnerabilidade dos jovens à violência por parte da polícia e das facções criminosas. Ademais, essa proposta articula-se à principal demanda dos jovens: garantia do direito à vida e à livre circulação no espaço público.

Também se destaca aqui a proposta de promoção de cursos profissionalizantes nas áreas de produção de eventos, turismo, esporte, cultura e lazer para os jovens. Essa proposta contempla a demanda por profissionalização em áreas com potencial estratégico de inserção dos jovens e desenvolvimento social da ZEIS Pirambu. Por se tratar de uma proposta voltada para a inserção de jovens no mercado de trabalho, sua elaboração articula-se às proposições do Caderno de Trabalho e Renda.

Indica-se que as propostas de capacitação, aqui elencadas, sejam efetivadas por meio de parcerias entre o Conselho Gestor da ZEIS, a FEMOCOPI, as Secretarias Estadual e Municipal que atuam na área dos direitos humanos e da cultura, as Coordenadorias de Políticas de Juventudes, além de Organizações Não Governamentais que desenvolvem projetos sociais com jovens.

Além das propostas das associações de moradores, dos grupos e coletivos de mulheres e de jovens, neste eixo, também foram sistematizadas e compiladas, pela equipe técnica da UECE, as propostas elaboradas pelos participantes dos *Diálogos Comunitários* com **artistas e grupos culturais** da ZEIS. Considerando a necessidade de assegurar a formação continuada dos artistas e grupos culturais, os participantes do Diálogo Comunitário construíram as seguintes propostas:

Quadro 20 – Propostas dos Artistas e Grupos Culturais para a Formação Continuada de Lideranças

EIXO	PROPOSTAS DOS ARTISTAS E GRUPOS CULTURAIS
-------------	--

<p>FORMAÇÃO CONTINUADA DAS LIDERANÇAS ESUJEITOS SOCIAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de cursos para os artistas e grupos culturais da ZEIS sobre elaboração de projetos culturais e captação de financiamentos com base na política de editais. • Realização de oficinas de formação cultural para a comunidade, ministradas por artistas locais, nas seguintes linguagens: teatro, música, poesia, cinema, literatura e audiovisual. • Realização de cursos profissionalizantes sobre as diversas linguagens artísticas na ZEIS.
---	---

Ressaltam-se, aqui, as propostas de promoção de cursos direcionados aos artistas da ZEIS, nas suas mais diferentes linguagens, a fim de qualificá-los para elaboração de projetos culturais e captação de financiamentos. Tais propostas visam possibilitar a autonomia econômica dos artistas locais. Para a efetivação dessas propostas, indica-se a realização de parcerias entre o Conselho Gestor da ZEIS, a FEMOCOPI, os coletivos de artistas, parceiros locais³¹, Secretarias Estadual e Municipal de Cultura, além de Organizações Não Governamentais, que desenvolvem projetos culturais.

Além das propostas das associações de moradores, dos grupos e coletivos de mulheres, jovens e artistas, neste eixo, também foram sistematizadas e compiladas, pela equipe técnica da UECE, as propostas elaboradas pelos participantes do *Diálogo Comunitário* com **profissionais das políticas de educação, saúde e assistência social** da ZEIS. Os participantes dos Diálogos destacaram as seguintes propostas para a formação continuada de lideranças e conselheiros das políticas públicas, a fim de assegurar o exercício do controle social às políticas públicas no território da ZEIS:

Quadro 21 – Propostas dos Profissionais de Políticas Públicas para a Formação Continuada das Lideranças

EIXO	PROPOSTAS DOS PROFISSIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
<p>FORMAÇÃO CONTINUADA DAS LIDERANÇAS ESUJEITOS SOCIAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de formação qualificada em políticas públicas de educação, saúde e assistência social para conselheiros das políticas e lideranças comunitárias. • Realização de capacitação para as comissões eleitorais dos conselhos de políticas públicas (educação, saúde e assistência social) sobre o processo democrático das eleições.

As propostas aqui elencadas deverão ser efetivadas por meio de parcerias entre o Conselho Gestor da ZEIS, a FEMOCOPI e as Secretarias Estaduais e Municipais das respectivas Políticas Públicas de Educação, Saúde e Assistência Social.

³¹Destacam-se entre os parceiros locais: CIP, CUCA da Barra do Ceará, CEPID, SECAI, além de escolas e outros espaços comunitários.

Conforme já mencionado, neste eixo, foram apresentadas as propostas de formação continuada das lideranças comunitárias, indicando as respectivas parcerias internas e externas, de caráter técnico, financeiro ou logístico, conforme as especificidades dos sujeitos coletivos e das propostas. No próximo subitem, serão apresentadas as demais propostas de articulações e parcerias.

4.3 Articulação comunitária e parcerias

De acordo com o Plano de Trabalho, no eixo da **Articulação Comunitária e Parcerias**, estão contidas, entre outras, as propostas de articulações e parcerias entre os grupos e organizações comunitárias da ZEIS do Pirambu com instituições governamentais e não governamentais, compreendendo:

- O estímulo aos grupos e às organizações comunitárias para buscarem parcerias com as instituições sociais, cujo objetivo será desenvolver ações permanentes de educação ambiental, que possibilitem atividades relacionadas à separação e reciclagem de resíduos sólidos, bem como a correta utilização das unidades sanitárias e da rede de esgoto.

Assim, foram sistematizadas e compiladas pela equipe técnica da UECE as propostas de articulações e parcerias construídas pelos participantes dos *Diálogos Comunitários* com as **associações de moradores** e pelas **lideranças históricas entrevistadas**. Os participantes dos Diálogos ressaltaram que o PIRF, para sair do papel e se tornar realidade, requer um compromisso do poder público estadual e municipal com a comunidade, a fim de assegurar a sua efetivação. Assim, apresentam-se as seguintes propostas de articulações e parcerias:

Quadro 22 – Propostas das Associações de Moradores para a Articulação Comunitária e Parcerias

EIXO	PROPOSTAS DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação entre os governos municipal, estadual e o Conselho Gestor da ZEIS do Pirambu, para o cumprimento e a prestação de contas do PIRF, assegurando as respostas às reivindicações da comunidade. • Parceria entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e a SOCRELP, com a Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos, e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, para criação do Centro de Referência em Reciclagem de Resíduos Sólidos, vinculado à SOCRELP, para promoção de cursos, produção e venda de papéis, envelopes e pastas reciclados. • Parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e as Universidades para

	<p>assessoria técnica à gestão das associações de moradores.</p> <ul style="list-style-type: none">• Parcerias entre o Conselho Gestor, a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) e as Universidades para fomentar o desenvolvimento social da comunidade, por meio de projetos de geração de emprego e renda.• Parceria entre o Conselho Gestor, a Secretaria das Cidades e o IPLANFOR para o apoio financeiro aos representantes das comunidades no Conselho Gestor da ZEIS, assegurando a cobertura das despesas de deslocamento para participação nas reuniões e mobilizações.• Parceria entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI, Secretaria Estadual de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) para a criação de editais específicos de financiamento da infraestrutura e legalização das associações na ZEIS.• Fortalecimento das parcerias entre as instituições, associações e grupos que desenvolvem projetos sociais na ZEIS.
--	--

Quadro 22 – Propostas das Associações de Moradores para a Articulação Comunitária e Parcerias (Cont.)

EIXO	PROPOSTAS DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e o CUCA da Barra do Ceará para a criação de artes eletrônicas sobre o PIRF. • Parcerias entre o Conselho Gestor, as organizações de pescadores (Associações de pescadores e Colônia de Pescadores Z-8), a Secretaria Estadual de Agricultura, Pesca e Aquicultura, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Turismo e a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer, para a promoção de Torneios de Pesca Artesanal na ZEIS. • Parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e as Secretarias Municipal e Estadual de Cultura para a Revitalização do CIP (Centro de Iniciação Profissional) no Pirambu, como espaço de formação profissional para jovens nas diversas linguagens artísticas. • Parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e as Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, as Secretarias Estaduais e Municipais de Infraestrutura para a Reforma e Revitalização do CSU (Centro Social Urbano Governador Virgílio Távora), como espaço para funcionamento do CRAS e para o desenvolvimento de atividades socioculturais da comunidade.

Em geral, as propostas indicadas neste eixo contam com parceiros internos da ZEIS, como o Conselho Gestor, a FEMOCOPI, a SOCRELP e outras organizações comunitárias, que serão responsáveis pela mobilização e articulação da comunidade, e parceiros externos, como as Secretarias municipais e estaduais que serão responsáveis pela viabilização das propostas, em suas dimensões técnica, financeira e logística. Também são indicadas parcerias com as Universidades e Organizações Não Governamentais, para contribuições de caráter técnico e logístico.

Destacam-se, também, as parcerias para a criação do Centro de Referência em Reciclagem de Resíduos Sólidos da ZEIS, vinculado à SOCRELP, com os objetivos de promoção de cursos, produção e venda de papéis, envelopes e pastas reciclados. Essa proposta considera a importância de se fortalecer e ampliar a SOCRELP, como uma iniciativa comunitária que atua no campo da coleta e reciclagem dos resíduos sólidos. Além da relevância para o meio ambiente, essa proposta articula-se às proposições do Caderno de Trabalho e Renda, na medida em que cria oportunidades de trabalho e renda para a comunidade.

Nesse eixo, ressaltam-se, também, as parcerias para a Revitalização do CIP e para Reforma do CSU do Cristo Redentor, como equipamentos fundamentais para assegurar o desenvolvimento social da ZEIS, articulando-se às proposições do Caderno Urbanístico. A revitalização do CIP visa a criar oportunidades de profissionalização de jovens no campo

das artes. Já a reforma do CSU, que se encontra sucateado, objetiva assegurar um espaço para atender à comunidade, mediante o desenvolvimento de diversas atividades socioculturais, além de funcionar como espaço para abrigar o CRAS, retomando as atividades da rede de proteção social básica no território.

Também foram sistematizadas e compiladas, pela equipe técnica da UECE, as propostas de articulações e parcerias construídas pelas participantes dos *Diálogos Comunitários* com os **grupos e coletivos de mulheres da ZEIS**. Desse modo, as participantes destacaram as seguintes propostas de articulações e parcerias, a fim de assegurar a efetivação de suas demandas no PIRF, conforme o quadro:

Quadro 23 – Propostas dos Grupos e Coletivos de Mulheres para a Articulação Comunitária e Parcerias

EIXO	PROPOSTAS DOS GRUPOS E COLETIVOS DE MULHERES
ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Articulações entre a FEMOCOPI, os grupos e coletivos de mulheres, a Casa da Mulher Brasileira e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social para a melhoria dos serviços da Rede Municipal de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência na ZEIS. • Articulações entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI, as associações comunitárias da ZEIS e a Secretaria Municipal de Educação para a construção de creches, conforme as demandas das mulheres do Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará. • Articulações entre o Conselho Gestor, a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) para o apoio técnico e financeiro aos grupos de mulheres empreendedoras na ZEIS. • Articulações entre o Conselho Gestor, os Conselhos de Saúde da Região I e locais, e as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde para assegurar o atendimento especializado às mulheres nos postos de saúde da ZEIS (ginecologistas, obstetras, remédios, exames e vacinas). • Parceria entre o Projeto 4 Varas e a Rede de Saúde Mental (CAPS) para o acolhimento humanizado às mães que perderam seus filhos para a violência. • Reinstalação do CAPS no Pirambu.

As principais propostas de parcerias para atender às demandas das mulheres ao PIRF já foram detalhadas no eixo dois, referente à formação continuada das lideranças. Neste eixo, destacam-se as articulações dos grupos e coletivos de mulheres da ZEIS com outras organizações comunitárias e Secretarias Municipais e Estaduais para atender demandas específicas: melhoria na rede de serviços para o atendimento às mulheres em situação de

violência; atendimento especializado nos postos de saúde; construção de creches; e apoio técnico e financeiro aos grupos de mulheres empreendedoras da ZEIS.

Destaca-se, também, a proposta de retorno do CAPS para o Pirambu, tendo em vista que esse equipamento foi deslocado para outra área distante da ZEIS. Tal proposição articula-se à proposta seguinte, de parceria entre o Projeto 4 Varas e a Rede de Saúde Mental, a fim de assegurar o acolhimento humanizado às mulheres em situação de sofrimento psíquico no território, em especial, aquelas que perderam seus filhos para a violência.

Também foram sistematizadas e compiladas, pela equipe técnica da UECE, as propostas de articulações e parcerias construídas pelos participantes dos Diálogos Comunitários com **grupos e coletivos de jovens** da ZEIS do Pirambu. Desse modo, os jovens destacaram as seguintes propostas de articulações e parcerias, a fim de assegurar a efetivação de suas demandas no PIRF, conforme o quadro:

Quadro 24 – Propostas dos Grupos e Coletivos de Jovens para a Articulação Comunitária e Parcerias

EIXO	PROPOSTAS DOS GRUPOS E COLETIVOS DE JOVENS
ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e o CUCA da Barra para a promoção de oficinas de criação de materiais educativos e artes eletrônicas sobre os usos dos novos empreendimentos do PIRF. • Articulação de parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI, a Rede de Atendimento em Saúde Mental e as instituições de assistência social, que atuam no território da ZEIS, para criação de espaços de cuidado e acolhimento psicossocial aos jovens. • Parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e as Secretarias Estaduais e Municipais de Segurança Pública e de Direitos Humanos para a garantia de segurança pública com foco nos direitos humanos em todas as atividades organizadas pelos coletivos de jovens nos territórios da ZEIS.

A primeira proposta deste eixo conta com a potencialidade do CUCA da Barra, como equipamento cultural da política de juventude na ZEIS, a fim de contribuir para a criação de materiais educativos e artes eletrônicas sobre o PIRF, com uma linguagem mais adequada às juventudes.

A segunda proposta diz respeito à criação de espaços de cuidado e acolhimento psicossocial para os jovens. Desse modo, propõe-se a presença de equipes itinerantes de profissionais da rede de saúde mental e assistência social, que possam atender de forma rotativa em diferentes espaços potencialmente frequentados pelos jovens da ZEIS. Para tanto, sugerem-se parcerias do Conselho Gestor e FEMOCOPI não só com o CAPS, mas com

instituições sociais de maior capilaridade no território da ZEIS, como o Projeto Quatro Varas, o CSU do Cristo Redentor, as Areninhas e outros espaços de acesso para jovens que não podem transitar no território, porque as facções impedem.

Além do acolhimento psicossocial, os jovens sentem a necessidade de que as abordagens dos profissionais de segurança pública sejam compatíveis com os princípios dos direitos humanos a fim de que possam circular nos diversos espaços da ZEIS, sem correrem o risco de sofrer violência policial.

Também foram sistematizadas e compiladas pela equipe técnica da UECE as propostas de articulações e parcerias construídas pelos participantes do Diálogo Comunitário com **artistas e grupos culturais** da ZEIS do Pirambu. Desse modo, os artistas destacaram as seguintes propostas de articulações e parcerias para assegurar a efetivação de suas demandas no PIRF.

Quadro 25 – Propostas dos Artistas e Grupos Culturais para a Articulação Comunitária e Parcerias

EIXO	PROPOSTAS DOS ARTISTAS E GRUPOS CULTURAIS
ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e as Secretarias Estadual e Municipal de Cultura para a criação de editais diferenciados, contemplando as produções artísticas e culturais da ZEIS. • Parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI, os grupos de artistas locais, o CUCA da Barra e as Secretarias Estadual e Municipal de Cultura, para a realização de oficinas de formação artística para a comunidade nas diferentes linguagens. • Parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e a UECE para a viabilização de projetos de extensão artística na ZEIS. • Articulação dos artistas e grupos culturais por meio das redes sociais; • Articulação dos artistas da ZEIS Pirambu com artistas e grupos culturais das demais ZEIS. • Parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI, o SECAI e as Secretarias Estadual e Municipal de Cultura para o apoio financeiro às quadrilhas juninas e aos blocos carnavalescos da ZEIS.

A maioria das propostas indicadas neste eixo considera as Secretarias (Estadual e Municipal) de Cultura como principais parceiras das organizações comunitárias e dos artistas da ZEIS, por se compreender que tais Secretarias têm, potencialmente, suporte técnico e financeiro para viabilizar as propostas. Ademais, destacam-se outras instituições e equipamentos culturais existentes no território, a exemplo do Cuca da Barra do Ceará e do SECAI, que podem acolher a realização das atividades culturais.

A equipe técnica da UECE também sistematizou e compilou as propostas de articulações e parcerias construídas pelos participantes do **Diálogo Comunitário com os profissionais das políticas públicas de educação, saúde e assistência** da ZEIS do Pirambu. No Diálogo com esses profissionais, foram compiladas as seguintes propostas de articulação e parcerias, a fim de garantir a efetividade do PIRF, conforme indicadas no quadro a seguir:

Quadro 26 – Propostas dos Profissionais das Políticas Públicas para Articulação Comunitária e Parcerias

EIXO	PROPOSTAS DOS PROFISSIONAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias entre o Conselho Gestor e os conselheiros de saúde, representantes dos usuários e do poder público, para o acompanhamento das propostas da área de saúde e saneamento no PIRF. • Articulação entre o Conselho Gestor, a Secretaria Estadual de Educação e as escolas de ensino médio da ZEIS para facilitar o acesso dos alunos aos programas de jovens aprendizes e primeiro emprego. • Articulações entre as escolas públicas e os artistas da ZEIS, para a promoção de saraus e atividades culturais. • Articulações entre as associações comunitárias, os CRAS, CREAS, Ministério Público, Conselhos Tutelares, Conselhos das políticas públicas (educação, saúde e assistência social) para promover debates e encaminhar demandas sobre os direitos das crianças e adolescentes na ZEIS. • Parceria entre o Conselho Gestor, a Associação das Pessoas com Deficiência do Pirambu, a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania e Mulheres do Estado, o CRAS e o CEPID, para a realização de um censo das pessoas com deficiência da ZEIS, a fim de subsidiar a elaboração de políticas públicas específicas para a inclusão social desse segmento.

Para a viabilização técnica, financeira e logística das propostas condensadas neste quadro, indicam-se como principais parceiros, no âmbito do poder público, a Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania e Mulheres do Estado, CRAS, CREAS, Ministério Público, dentre outras instituições, que podem viabilizar a efetivação das propostas. Representando as organizações da comunidade, destacam-se o Conselho Gestor da ZEIS, os Conselheiros de Políticas Públicas, gestores das Escolas Públicas e a Associação das Pessoas com Deficiência do Pirambu, como principais articuladores e mobilizadores.

Além das propostas aqui elencadas, os participantes de todos os Diálogos Comunitários e as lideranças entrevistadas também formularam outras propostas que não se enquadram de modo direto nos eixos anteriores, mas os complementam e revelam demandas específicas da comunidade ao PIRF. Tais propostas serão explicitadas no próximo subitem.

4.4 Outras propostas

Considerando que o PIRF é fruto das lutas históricas da comunidade pelo direito à cidade, representando uma conquista e uma oportunidade de potencializar o desenvolvimento social da ZEIS do Pirambu, nos Diálogos Comunitários também foram apresentadas outras

propostas que transbordaram os eixos anteriores. Tais propostas foram condensadas e agrupadas pela equipe técnica da UECE nos seguintes eixos temáticos: **comunicação, planejamento, organização e funcionamento dos serviços públicos; meio ambiente; emprego e renda; habitação; e segurança pública.**

Compreendendo que a **comunicação** é transversal a todos os demais eixos do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, bem como a existência de Projetos, grupos e coletivos que atuam nesse campo nos bairros da ZEIS Pirambu, nos Diálogos Comunitários com os diversos sujeitos coletivos, os participantes formularam as seguintes propostas, condensadas pela equipe técnica da UECE no quadro a seguir:

Quadro 27 – Outras Propostas / Comunicação

EIXO	COMUNICAÇÃO
OUTRAS PROPOSTAS	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria entre o Conselho Gestor e a FEMOCOPI, para a divulgação das ações do PIRF na comunidade, por meio de: <ul style="list-style-type: none"> ○ Criação do site com informações sobre a ZEIS/PIRF (Site “Pôr do Sol”). ○ Criação do jornal Comunitário da ZEIS. ○ Articulação com as rádios comunitárias. ○ Confecção de panfletos e cartazes para a distribuição nos pontos comerciais da ZEIS. • Parceria entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI, a Secretaria das Cidades e as Secretarias Estadual e Municipal de Cultura para: <ul style="list-style-type: none"> ○ Fortalecimento do Projeto <i>Pirambu News</i>, com a criação do Jornal impresso e da Web TV. ○ Fortalecimento do <i>Jornal da Barra do Ceará</i>. ○ Criação de um Jornal sobre os direitos das mulheres e dos jovens.

Neste quadro destacam-se várias propostas de comunicação, com foco em ações de divulgação do PIRF para a comunidade. Para a viabilização técnica e financeira dessas propostas, indica-se aqui a realização de parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e as Secretarias Estaduais de Cidades, Ciência e Tecnologia, além das Secretarias Estadual e Municipal de Cultura.

Nos Diálogos Comunitários da ZEIS, os participantes também formularam outras propostas relativas ao **planejamento, organização e funcionamento dos serviços públicos**, correspondendo às demandas de melhorias em equipamentos e serviços, nas áreas da saúde, assistência social e educação. Assim, compreendem o PIRF como oportunidade de garantir a melhoria nos equipamentos e serviços públicos prestados à população. A equipe técnica da UECE sistematizou e condensou as seguintes propostas:

Quadro 28 – Outras Propostas /Planejamento/Organização/Funcionamento dos Serviços Públicos

EIXO	PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NA ZEIS
OUTRAS PROPOSTAS	<p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Conclusão da reforma do Centro de Saúde Guiomar Arruda. ○ Ampliação do número de agentes de saúde na ZEIS e equidade na sua distribuição. <p>Assistência Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Reabertura do espaço <i>Nosso Chão</i>, na ZEIS, pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Prefeitura de Fortaleza. ○ Retorno do CRAS para o Cristo Redentor. ○ Contratação de mais profissionais para os CRAS da ZEIS. ○ Melhoria da assistência especializada para os idosos e pessoas com deficiência nos CRAS. ○ Retorno do serviço de lanche para os usuários nos CRAS. <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Municipalização da Escola Fernando Cavalcante Mota. ○ Construção de uma Creche na Cacimba dos Pombos. ○ Reforma das quadras nas escolas.

Para a viabilização técnica e financeira dessas propostas, que se articulam às demandas de reforma em equipamentos, melhoria e ampliação dos serviços públicos na ZEIS, indica-se, aqui, a realização de parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e as Secretarias Estaduais e Municipais das áreas da Infraestrutura, Saúde, Proteção Social e Educação.

Considerando ainda a existência de projetos e obras em andamento nos bairros que integram a ZEIS do Pirambu, também foram construídas pelos participantes dos Diálogos Comunitários, e condensadas pela equipe técnica da UECE, outras propostas de melhoria das condições ambientais e de acesso ao saneamento básico, conforme indicadas no quadro a seguir:

Quadro 29 – Outras Propostas/Meio Ambiente

EIXO	MEIO AMBIENTE
OUTRAS PROPOSTAS	<ul style="list-style-type: none"> • Arborização do Calçadão do Vila do Mar. • Revisão e manutenção do Sistema de Saneamento básico da ZEIS, assegurando a ligação de todos os imóveis. • Ampliação do Sistema de Saneamento Básico, contemplando as demandas das famílias não beneficiadas, como é o caso da Travessa dos Pombos com Rua da República.

As propostas indicadas no quadro acima estão alinhadas com as proposições do Caderno Plano Urbanístico, demandando parcerias do Conselho Gestor da ZEIS e FEMOCOPI com as Secretarias de Infraestrutura do Estado e Município, e a CAGECE.

Nos Diálogos Comunitários também foram recorrentes propostas relacionadas à habitação, considerando tanto demandas decorrentes de grandes projetos anteriores, que não contemplaram famílias que perderam suas casas, quanto demandas atuais por reformas e melhorias habitacionais. Neste sentido, foram sistematizadas e compiladas, pela equipe técnica da UECE, as propostas indicadas no quadro abaixo:

Quadro 30 – Outras Propostas/Habitação

EIXO	HABITAÇÃO
OUTRAS PROPOSTAS	<ul style="list-style-type: none"> • Regularização da situação das 40 famílias que perderam suas casas e não receberam novas moradias na Cacimba dos Pombos. • Parcerias para realização de projetos de melhorias habitacionais na ZEIS. • Projeto de Urbanização do Morro Santiago.

Neste quadro, destaca-se a proposta de regularização da situação das 40 famílias que perderam suas casas na comunidade Cacimba dos Pombos, na Rua Santa Inês. Conforme lideranças comunitárias da área, antes mesmo da construção do Vila do Mar, em 2004, essas famílias, que moravam em casas de taipa ou de tijolo em uma ribanceira, à beira do mar, tiveram suas casas destruídas, em razão das chuvas e pela força das marés. Na época, as demandas dessas famílias foram encaminhadas para a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e, posteriormente, para a HABITAFOR. Entretanto, segundo as lideranças da associação de moradores da Cacimba dos Pombos, até hoje essas famílias não foram reassentadas ou tiveram direito ao aluguel social, sendo acolhidas por familiares ou tendo que morar em casas alugadas. Desse modo, sugere-se uma articulação entre o Conselho Gestor, a Associação de Moradores da Cacimba dos Pombos, a Secretaria Estadual de Cidades e a HABITAFOR, a fim de se priorizar a resolução dessa pendência.

Outra proposta que se destaca no quadro acima diz respeito à demanda por projetos de melhorias habitacionais para as famílias da ZEIS. Para viabilização técnica e financeira dessa proposta, sugere-se uma parceria entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI e a HABITAFOR, a fim de que as famílias da ZEIS possam dispor de recursos para realizarem suas melhorias habitacionais.

Além dessas propostas, o Projeto de Urbanização do Morro Santiago se constitui como demanda recorrente tanto nos Diálogos Comunitários quanto nas entrevistas com as lideranças históricas. O território apresenta características contraditórias: é fruto de uma ocupação desordenada de uma antiga área de preservação ambiental, com muitos fatores adversos para a construção de moradias; tem grande densidade populacional e ainda uma forte

presença das facções. Entretanto, está localizado próximo à foz do rio Ceará, com grande potencial turístico e paisagístico, além de relevância histórica, por abrigar o Marco zero da cidade de Fortaleza.

Desse modo, sugere-se que seja desenhado um Projeto de intervenção urbana para o Morro Santiago, mediante parceria entre as Secretarias Estadual e Municipal de Infraestrutura, a Secretaria Executiva Municipal da respectiva Regional, com a participação do Conselho Gestor da ZEIS, das associações de moradores da área e da população diretamente afetada. Indica-se, ainda, que seja criado um comitê local, com a participação dos moradores, desde a etapa de elaboração do Projeto Arquitetônico até a execução da obra.

No eixo outras propostas, também foram sistematizadas e condensadas, pela equipe técnica da UECE, as propostas formuladas pelos participantes dos Diálogos Comunitários da ZEIS relativas à **geração de trabalho e renda**. Tais proposições se articulam ao Caderno de Trabalho e Renda, e são explanadas no quadro a seguir:

Quadro 31 – Outras Propostas/Trabalho e Renda

EIXO	TRABALHO E RENDA
OUTRAS PROPOSTAS	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias entre o Conselho Gestor, a Secretaria das Cidades e Secretaria Estadual de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, para construção de quiosques no calçadão do Vila do Mar, para exposição e venda dos artesanatos produzidos pelos artesãos da ZEIS. • Parcerias entre o Conselho Gestor, a FEMOCOPI, a Secretaria Estadual de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) para a criação de um Restaurante Popular no Pirambu. • Parcerias entre o Conselho Gestor, a Associação de Surf do Pirambu e Adjacências, a SDHDS, as Coordenadorias de Juventudes, a empresa D'COFIBRAS e/ou outras empresas especializadas, para a criação de empreendimentos na área de produção de pranchas de surf, para geração de trabalho e renda para os grupos de jovens surfistas da ZEIS.

Neste quadro são indicadas propostas de parcerias entre o Conselho Gestor e outras organizações da comunidade, com diversas Secretarias do Estado e Município, a fim de assegurar a viabilidade técnica e financeira de empreendimentos, projetos e ações de geração de trabalho e renda na ZEIS. Tais propostas atendem às demandas de diversos segmentos da população, a exemplo de jovens surfistas, mulheres artesãs e trabalhadores informais da ZEIS.

Além dessas propostas, a necessidade de segurança pública com a garantia dos direitos humanos foi recorrente nos Diálogos Comunitários com diferentes sujeitos sociais da ZEIS, em razão do cenário atual de violência urbana, violência policial e conflitos entre as facções na cidade. Desse modo, as propostas sistematizadas e condensadas pela equipe

técnica da UECE no eixo segurança pública se apresentaram como transversais aos diversos sujeitos, conforme apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 32 – Outras Propostas/Segurança Pública

EIXO	SEGURANÇA PÚBLICA
OUTRAS PROPOSTAS	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de segurança nas escolas, incluindo trânsito, guarda municipal e redutor de velocidade. • Garantia de segurança na praia nos horários de partida e chegada dos pescadores. • Segurança para todas as atividades culturais realizadas em espaços públicos. • Exercício da segurança pública sem violência policial. • Garantia de segurança pública, com foco nos direitos humanos, em todas as atividades organizadas pelos coletivos de jovens nos territórios da ZEIS.

Indica-se que as propostas de garantia da segurança pública, com base nos direitos humanos, e sem violência policial, demandadas para diversos espaços da ZEIS (escolas, orla marítima e espaços culturais) sejam operacionalizadas, mediante articulações e parcerias entre o Conselho Gestor da ZEIS, os Núcleos Gestores das Escolas Públicas, a Associação dos pescadores, a Colônia dos pescadores Z-8 e a Guarda Municipal e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.

Todas as propostas aqui apresentadas foram construídas coletivamente nos Diálogos Comunitários da ZEIS e nas entrevistas com lideranças históricas, sendo sistematizadas e compiladas pela equipe técnica da UECE com a finalidade de assegurar as condições sociais, políticas e culturais para o exercício da participação comunitária e para o desenvolvimento social da ZEIS do Pirambu.

Considerando que todas as propostas foram elaboradas com a participação da comunidade, também será necessário assegurá-las na fase de execução do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS Pirambu. Compreende-se que é fundamental a continuidade da interlocução política do poder público com a comunidade, assegurando a transparência e o controle social durante e após a execução do Plano, mediante a avaliação dos seus resultados, impactos e efetividade.

Conforme as orientações da *Matriz de Indicadores para avaliação da pós-ocupação dos Projetos Piloto de Investimento e Intervenção em Favelas*³²:

³²Tal matriz foi elaborada pelo Instituto de Estudos Especiais da PUCSP - IEE, contratado pelo Programa HABITAR BRASIL/BID – HBB, da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, para atender às exigências do Programa e objetivando sua utilização em avaliações de outros programas semelhantes na esfera do Ministério das Cidades. Essa matriz está referenciada no Anexo 1 da Instrução Normativa N° 8, de 26 de

Os processos avaliativos são fundamentais porque produzem conhecimentos necessários à proposição de soluções e avanços da política social (CARVALHO, 2006). São responsáveis por dar visibilidade aos resultados e impactos, aos acertos e erros, aos avanços e dificuldades, questionando os objetivos e a efetividade das ações. São oportunidades de transparência e interlocução política com a sociedade, possibilitam o exercício do controle social e democratização da gestão pública e considerados um imperativo ético (2009, p.3).

Desse modo, a avaliação sobre a implementação do Planos e constitui como um momento importante do ciclo do planejamento e da intervenção pública, por oportunizar reflexões críticas sobre os resultados e impactos das ações realizadas e sobre a efetividade de projetos e programas formulados para atender às demandas da comunidade, e que estão contidas nas propostas do Plano.

Assim, propõe-se que seja discutida e consensuada com o Conselho Gestor e todos os demais parceiros (gestores, equipes técnicas e moradores) diretamente envolvidos nas ações do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS, uma matriz de indicadores, correspondendo a cada eixo de propostas contempladas no Plano, com o objetivo de avaliar os seus resultados. Trata-se de uma proposta preliminar de indicadores, que pode ser aperfeiçoada, pois depende do contexto e das relações estabelecidas entre os diferentes parceiros durante o andamento das ações do Plano, conforme destacado nos quadros a seguir:

Quadro 33 – Indicadores: Fortalecimento das Organizações Comunitárias e dos Canais de Participação e Controle Social

INDICADORES	DESCRITORES
Controle social	Existência do Fórum Geral da ZEIS, com a participação dos diferentes segmentos organizados.
	Existência das Comissões de moradores para acompanhamento às obras do PIRF.
Organização	Mutirões realizados para a regularização das associações comunitárias.
	Quantidade de associações regularizadas antes e depois dos Mutirões.
	Existência de organizações dos moradores dos condomínios verticais.
	Existência de Editais para apoio financeiro às associações de moradores.
	Existência da Rede de Mulheres da ZEIS.
Participação	Participação de representantes da comunidade nos Conselhos das Políticas Públicas de educação, saúde e assistência social.
	Participação dos conselhos de saúde no acompanhamento das propostas da área de saúde e saneamento do PIRF.
	Audiências públicas realizadas para discussão do PIRF.

março de 2009, que regulamenta o trabalho social executado em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários das Ações e Programas geridos pelo Ministério das Cidades.

Quadro 34 – Indicadores: Formação Continuada de Lideranças e Sujeitos Sociais

INDICADORES	DESCRITORES
Formação continuada de lideranças e sujeitos sociais	Existência do Programa de Educação para lideranças comunitárias.
	Lideranças comunitárias capacitadas pelos cursos do Programa de Educação.
	Formações para conselheiros das políticas públicas realizadas.
	Cursos de formação política para os grupos e coletivos de mulheres realizados.
	Capacitações realizadas para mulheres empreendedoras.
	Cursos profissionalizantes realizados para mulheres.
	Formações em comunicação popular realizadas para jovens.
	Cursos profissionalizantes realizados para jovens.
	Cursos sobre elaboração de projetos culturais, captação de financiamentos e política de editais realizados.
	Oficinas de artes realizadas para a comunidade.
	Existência de Projetos de Extensão artística na ZEIS.
Formação em Educação Ambiental e Sanitária	Existência do Componente de Educação Ambiental e Sanitária do PIRF.
	Moradores capacitados pelo Componente de Educação Ambiental e Sanitária do PIRF.

Quadro 35 – Indicadores: Articulações e Parcerias

INDICADORES	DESCRITORES
Melhoria na oferta de serviços públicos de: educação, saúde e assistência social	CSU do Cristo Redentor reformado.
	CAPC reinstalado no Pirambu.
	CRAS reinstalado no Cristo Redentor.
	Novos agentes de saúde contratados e redistribuídos.
	Melhoria do atendimento às mulheres nos Postos de Saúde.
	Inclusão dos idosos e pessoas com deficiência nos atendimentos do CRAS.
	Existência de Creches na ZEIS.
	Existência de creche na Cacimba dos Pombos.
	Escola Fernandes Cavalcanti Mota municipalizada.
	Censo das pessoas com deficiência da ZEIS realizado.
Qualidade ambiental	Sistema de Saneamento básico da ZEIS revisto e ampliado.
	Existência do Centro de Referência em Reciclagem dos Resíduos Sólidos.
Inclusão social	Projetos culturais revitalizados (CIP e CPDOC).
	Editais publicados para atender às demandas de jovens e artistas nas áreas de cultura, esporte e lazer da ZEIS.
	Quadrilhas juninas e blocos carnavalescos da ZEIS apoiados pelas Secretarias de Cultura.
	Torneios de Pesca artesanais realizados.
Trabalho e Renda	Existência de Projetos de geração de emprego e renda.
	Estudantes encaminhados para os programas de jovens aprendizes e primeiro emprego.
	Existência de Quiosques para venda de artesanatos no Vila do Mar.
	Existência de Restaurante popular no Pirambu.
	Existência de empreendimentos na área de produção de pranchas de surf.

Quadro 36– Indicadores: Outras Propostas

INDICADORES	DESCRITORES
Comunicação	Ações de divulgação do PIRF realizadas na ZEIS.
	Existência do Jornal Comunitário da ZEIS.
	Existência de site com informações sobre a ZEIS/PIRF.
	Existência de Jornal Impresso e Web TV do <i>Pirambu News</i> .
	<i>Jornal da Barra do Ceará</i> fortalecido.
	Existência de Jornal sobre os direitos das mulheres e dos jovens.
Urbanismo e habitação	Inclusão das famílias desabrigadas da Cacimba dos Pombos em projetos de reassentamento na ZEIS.
	Famílias contempladas em projetos de melhorias habitacionais.
	Existência do Projeto de urbanização do Morro do Santiago com participação popular.
Segurança pública	Presença de Policiamento humanizado nos espaços públicos da ZEIS.
	Redução das abordagens policiais violentas nos territórios da ZEIS.
	Capacitações em direitos humanos realizadas para agentes de segurança pública nos territórios da ZEIS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Pirambu está situada na SER I, abrangendo os bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará. Caracteriza-se como uma das áreas de maior adensamento populacional de Fortaleza, apresentando baixos índices de desenvolvimento humano e elevada concentração dos níveis de desigualdades sociais. A população, em sua maioria, é composta por mulheres que, mesmo com rendimentos inferiores aos dos homens, têm assumido cada vez mais a responsabilidade pelo sustento dos lares, seguindo uma tendência nacional de *feminização da pobreza*. Quanto à faixa etária, há a predominância de uma população jovem na ZEIS, que vivencia situações de vulnerabilidade social e violação de direitos, em razão da falta de oportunidades de trabalho, cultura e lazer, além das restrições impostas pelo domínio das facções, que limitam o direito de ir e vir nos territórios.

É nesse cenário de desigualdades sociais, mas também de múltiplas potencialidades, que se destacam as resistências plurais de seus moradores nas lutas pelo direito à cidade. É impossível se falar na ZEIS Pirambu sem reconhecer a sua tradição histórica de luta pela moradia na cidade de Fortaleza, mediante diferentes formas de organização comunitária e diversas manifestações artísticas e culturais. Essa tradição se mantém viva nas memórias e experiências das lideranças históricas, alimentando a energia da participação popular em projetos que tragam melhorias para a comunidade, a exemplo do PIRF, bem como nos novos ativismos de jovens, mulheres e artistas engajados em lutas plurais.

No contexto atual, as lideranças históricas identificam certa perda de força do movimento comunitário da ZEIS Pirambu, sobretudo se comparado à época do pioneirismo na organização comunitária, mobilização e conquista do Decreto Federal de Desapropriação da área, em 1962. No entanto, o movimento resiste, em meio ao cenário local e nacional de fragmentação das organizações e crise na política institucional, além de enfrentar os desafios impostos pelas disputas territoriais por parte das facções criminosas. Desse modo, o movimento se reinventa e segue construindo sua história de organização, com lideranças históricas e novas lideranças combativas e participativas.

Foi nesse ambiente rico e diverso que se deu a experiência de elaboração do Diagnóstico e do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social da ZEIS Pirambu. Tal experiência, desenvolvida conjuntamente com a comunidade, possibilitou

aprendizados, trocas de saberes, além da constituição de laços afetivos, que fortaleceram o compromisso da equipe técnica da UECE como lugar, com as pessoas e com as suas lutas pelo direito à cidade.

A disponibilidade e o compromisso político das lideranças comunitárias, engajadas direta e indiretamente nos trabalhos do Conselho Gestor da ZEIS, contribuíram para que todas as atividades da pesquisa fossem desenvolvidas com sucesso: desde a articulação, mobilização, divulgação, receptividade nos espaços da comunidade (FEMOCOPI, SECAI, SOCRELP, CEPID, Açaí na Taipa, CUCA da Barra do Ceará, Albertu's Restaurante, Barraca FF, CSU Cristo Redentor e Projeto 4 Varas), até a realização dos eventos, em tempo hábil.

Todos esses fatores colaboraram para a qualidade da participação nos sete Diálogos Comunitários da ZEIS Pirambu. Participaram lideranças e ativistas de diversas organizações comunitárias, desde as tradicionais, como as associações de moradores, até as novas, como os coletivos de mulheres, jovens e artistas, além de profissionais das políticas de educação, saúde e assistência social que atuam na ZEIS.

Considerando o contexto atual de crise e deslegitimação dos canais institucionais de participação popular, foi bastante significativo o índice de participação dos diferentes segmentos organizados nos Diálogos Comunitários da ZEIS. Em termos quantitativos, das 106 organizações comunitárias mapeadas, 23 participaram ativamente das discussões e elaborações do Diagnóstico e do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, correspondendo a um índice de 36,50%. Dos 30 Grupos Culturais e Esportivos mapeados, 08 participaram das atividades coletivas, correspondendo a um índice de 26,66% de participação. Dos 13 grupos e coletivos de mulheres e jovens mapeados no território, 08 participaram dos Diálogos, correspondendo a um índice de 61,53 % de participação.

Também se destaca a qualidade dos diferentes relatos e olhares das lideranças históricas entrevistadas, que se mostraram abertas e disponíveis, contribuindo sobremaneira para a reconstrução da história de lutas e resistências dos moradores contra as ameaças de remoção e pelo direito à moradia digna. Por meio das entrevistas com as lideranças históricas, foi possível captar avaliações sobre o contexto atual do movimento comunitário, suas forças e fraquezas, além de diversos, e às vezes divergentes, posicionamentos sobre as experiências dos grandes projetos governamentais implantados na área. Ademais, as lideranças entrevistadas também colaboraram para a elaboração de propostas para o Plano, enriquecendo as discussões realizadas nos Diálogos Comunitários da ZEIS.

A riqueza e a diversidade das propostas elaboradas no Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social se devem sobretudo à participação ativa dos diversos segmentos organizados da ZEIS, facilitada pela escolha de uma metodologia inspirada na educação popular, que associou o debate sobre o Diagnóstico da situação atual da ZEIS com a elaboração coletiva de propostas para o Plano. As propostas elaboradas por cada segmento organizado foram condensadas pela equipe técnica da UECE, conforme os principais eixos do Plano: i) fortalecimento das organizações comunitárias e dos canais de participação e controle social; ii) formação continuada das lideranças e sujeitos sociais; iii) articulação comunitária e parcerias; iv) e outras propostas.

Os frutos desse trabalho construído coletivamente pela equipe técnica da UECE, em conjunto com lideranças históricas e diversos segmentos organizados da ZEIS Pirambu, alimentam a esperança de que a interlocução entre o poder público e o movimento comunitário possa ter continuidade, a fim de que o PIRF saia do papel e se torne uma realidade. E quando se fala de esperança, comunga-se aqui da mesma energia e do mesmo espírito de resistência tão presentes no movimento comunitário e artístico-cultural da ZEIS Pirambu, pois esse movimento nos ensina que:

É preciso ter **esperança**, mas ter **esperança** do verbo **esperançar**; porque tem gente que tem **esperança** do verbo esperar. E **esperança** do verbo esperar não é **esperança**, é espera. **Esperançar** é se levantar, **esperançar** é ir atrás, **esperançar** é construir, **esperançar** é não desistir! (FREIRE, 2014, p.110)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rodrigo Cavalcante de. **A modernidade e as favelas: a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da Seca de 1932.** Ceará. 2012. Disponível em: <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/RODRIGO%20CAVALCANTE%20DE%20ALMEIDA.pdf>. p. 13. Acesso em: 10 out. 2019.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.
- BRANDÃO, Fátima Regina. **A elaboração do saber nas lutas por moradia – um estudo sobre ocupações de terrenos em Fortaleza.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.
- CASTRO, Liberal de. **Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza.** Fortaleza: UFC, 1977.
- COSTA, Maria Gonçalves *et al.* **Historiando o Pirambu.** CPDOC. Fortaleza: Série Artes, 1995.
- FAÇANHA, Tainah Rodrigues. **Paisagem Industrial, Espaço Urbano e Sociedade na Cidade de Fortaleza: um estudo sobre as Oficinas do Urubu, na antiga Zona Industrial da Francisco Sá.** Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/116285.pdf>. 2018. Acesso em: 09 out. 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** 1990.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** 2000.
- IPLANFOR, **Relatório das ZEIS, Comitê Técnico Intersectorial e Comunitário da Zeis.** Fortaleza, 2015.
- LABORATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E ÉTICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA CONFLITUALIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza- Perfil da SER I.** Fortaleza: UECE, UFC, 2011.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade.** Fortaleza: Stylus, 1991.
- MAIA, José Estanislau Esteves. **Movimento de Defesa do Povo da Avenida Leste-Oeste e Costa-Oeste.** Texto digitado. Fortaleza, 1997.
- MONTEIRO, Sandra Paula Evaristo. **Projeto Vila do Mar no Grande Pirambu: avanços e retrocessos.** Dissertação de Mestrado– Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. A Marcha sobre Fortaleza (1962). **XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e Diálogo Social – ANPUH – Brasil.** Natal. 22 a 26/07/2013.
- OLIVEIRA, Aécio Barbosa de. Método e métodos. *In: A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades.* Rio de Janeiro: FASE, 2018.

PONTE, Sebastião Rogério. *A Belle Époque* em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUZA, Simone (org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Revista Fortaleza 2040**. v. 2, n.1, Fortaleza: IPLANFOR, 2015. ISSN 2359-2621.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (PDPFOR, 2009). Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/PDPFOR-Plano-Diretor-1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PROJETO BÁSICO DE ESTUDOS E ELABORAÇÃO DOS PIRFS DAS ZEIS PRIORITÁRIAS DO LAGAMAR, DO MOURA BRASIL E DO PIRAMBU. UECE, 2019.

PANDOFI, Dulce; ESPÍRITO SANTO, Wescisley Ribeiro do. Movimentos Sociais Urbanos e Esfera Pública: questões para o debate. In: LEITE LOPES, José Sérgio; HEREDIA, Maria Heredia (orgs.). **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos e aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

SANTOS, Maria Francineila Pinheiro. **Para onde sopram os ventos: políticas públicas de turismo no Grande Pirambu/Fortaleza/Ceará**. Natal: UFRN, 2006.

SAULE JÚNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Meneses. O direito à moradia no Brasil. Violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. In: MONTEIRO, Sandra Paula Evaristo. **Projeto Vila do Mar no Grande Pirambu: Avanços e Retrocessos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SILVA, José Borzacchiello. **Quando os incomodados não se retiram** – uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

TABOSA, José Maria. Não podemos negociar, até porque não temos nada pra negociar. In: CABANES, Guillaume (Coord). **Vivências, Lutas e Memórias: Histórias de vida de lideranças comunitárias em Fortaleza**. CEARAH PERIFERIA. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato de. **A Igreja Católica no Pirambu: as relações de poder presentes no discurso da Teologia da Libertação e da Renovação Carismática Católica (1968-1986)**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato de. **O processo de modernização de Fortaleza**. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/xisemanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos_completos/72-17846-20112013-173837.pdf. Acesso em: 13 jan. 2019.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato de. A Marcha sobre Fortaleza (1962). **XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e Diálogo Social – ANPUH – Brasil**. Natal. 22 a 26/07/2013.

REFERÊNCIAS DE SITES

ANUÁRIO DO CEARÁ (2018-2019). **Fundação Demócrito Rocha, Jornal O Povo**. Disponível em: <http://www.anuariodoceara.com.br/>. Acesso em: 8 jan. 2020.

A FORTALEZA que completa 413 anos. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 25 jul.2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/07/a-fortaleza-que-completa-413-anos.html>. Acesso em: 8 jan. 2019.

AZEVEDO, Darlison. Sou do bairro – Resumindo em 8 histórias, ser do Pirambu é isso aqui. **Somos Vós**. 2018. Disponível em: <http://www.somosvos.com.br/sou-do-bairro-8-historias-ser-do-pirambu/>. Acesso em: 8 jan.2019.

COLEÇÃO Chico da Silva. **Portal do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará**. Disponível em: <https://mauc.ufc.br/acervo-colecoes/colecao-chico-da-silva/>. Acesso em: 9 jan. 2020.

CORCIONE, Domingos. A concepção metodológica dialética da educação popular. *In*: KLAUSMEYER, Afons; RAMALHO, Luiz (orgs). **Introdução a metodologias participativas**: um guia prático. Recife: SACTES – DED, 1985. p. 207-221

GOMES, Daniel Pinto. **Boi juventude e o folclore do bumba meu boi no Grande Pirambu**. Fortaleza: UFC, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9131>. Acesso em: 9 jan 2020.

GRANDE Pirambu constitui o maior aglomerado. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 3 nov.2014. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/grande-pirambu-constitui-o-maior-aglomerado-1.1141482>. Acesso em: 8 jan.2019.

JOVENS da Barra do Ceará recontam histórias do Morro do Santiago em Produções Audiovisuais. **Site de notícias da Prefeitura de Fortaleza**. Fortaleza, 9 jun. 2015. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/jovens-da-barra-do-ceara-recontam-historias-do-morro-de-santiago-em-producoes>. Acesso em: 8 jan. 2019.

JUCÁ, Beatriz. Para espalhar arte nas ruas. **Diário do Nordeste**. 2016. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/para-espalhar-arte-e-cultura-nas-ruas-1.1548573>. Acesso em: 9 jan. 2020.

SAMPAIO, Joalice. Festival Arruaça chega à segunda edição. **Papo Cult**. 2019. Disponível em: <http://www.papocult.com.br/2019/08/15/festival-arruaca-de-arte-de-rua-chega-a-segunda-edicao/>. Acesso em: 9 jan. 2020.

SITES DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS INSTITUCIONAIS

Academia de Ciências e Artes (ACARTES):

<http://academiadecinema.blogspot.com/>

Projeto Pirambu Digital

<http://www.pirambudigital.com.br/>

Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA)

<https://juventude.fortaleza.ce.gov.br/rede-cuca>

Centro Social Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil

<https://www.sesi-ce.org.br/unidade/43/sesi-barra-do-ceara>

Biblioteca do SENAI

<https://www.senai-ce.org.br/sobre-nos/86821/bibliotecas>

APÊNDICE



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE –
PROJETO ZEIS – PIRF
CADERNO DIAGNÓSTICO E PLANO DE PARTICIPAÇÃO
COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ZEIS PIRAMBU

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de pesquisa para elaboração **do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social**, que irá compor o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da Zona Especial de Interesse Social do Pirambu. O PIRF tem o objetivo de indicar as ações necessárias para promover a garantia de permanência digna e integrada à dinâmica da cidade dos moradores da Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu. Para isso, esta pesquisa visa identificar as organizações e ações existentes no território, voltadas à participação comunitária e ao desenvolvimento social, bem como as estratégias necessárias para ampliação dos canais de controle social.

Dessa forma, pedimos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a um questionário sobre o tema acima proposto que poderá ser gravado se o (a) Senhor (a) concordar. Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar que sua participação é voluntária e o (a) Senhor (a) poderá a qualquer momento deixar de participar desta, sem qualquer prejuízo ou dano. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de relatórios, planos, artigos científicos e revistas especializadas e ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente. Contatos com a pesquisadora sênior Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra, telefone (85)998264933, E-mail: tecaesmeraldo@gmail.com

Este termo está elaborado em duas vias, sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo do pesquisador.

Eu, _____
 tendo sido esclarecido (a) a respeito da pesquisa, aceito participar da mesma.

Fortaleza, _____ de _____ de _____.

 Participante

 Pesquisador (a)

APÊNDICE



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE –
PROJETO ZEIS – PIRF
CADERNO DIAGNÓSTICO E PLANO DE PARTICIPAÇÃO
COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ZEIS PIRAMBU**

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS HISTÓRICAS

1. PERFIL DO ENTREVISTADO/A:

- 1.1. Nome:
- 1.2. Idade:
- 1.3. Naturalidade:
- 1.4. Sexo / Identidade de gênero:
- 1.5. Endereço / Tempo de moradia:
- 1.6. Com quem mora:
- 1.7. Formação Escolar:
- 1.8. Profissão / Ocupação:
- 1.9. Renda mensal:
- 1.10. Religião:
- 1.11. Pertença étnico-racial:
- 1.12. Participa de quais movimentos / organizações? Há quanto tempo?
- 1.13. Está assumindo algum cargo nessa organização? Qual?

2. DIAGNÓSTICO - Percepção do bairro:

➤ Sobre os vínculos afetivos:

- 2.1. Para você o que representa o Pirambu / Cristo Redentor / Barra do Ceará?
- 2.2. Quais as principais características da história do bairro?
- 2.3. Quais as principais conquistas da luta dos moradores na comunidade?
- 2.4. O que lhe dá mais orgulho no bairro? E nos moradores do bairro?

➤ Sobre as lutas e organização atuais:

- 2.5. Quais as principais lutas hoje vivenciadas na comunidade?
- 2.6. Quais as maiores dificuldades hoje da comunidade?

- 2.7. No momento, quais as principais forças e fraquezas das organizações da comunidade?
Forças /Fraquezas
- 2.8. As organizações comunitárias trabalham de forma integrada? Se sim, como isso acontece? Se não, o que falta para essa integração?

➤ **Sobre a participação comunitária:**

- 2.9. Quais as experiências anteriores de participação comunitária ocorreram no bairro?
Quais as positivas? Quais as negativas? Por quê?
- 2.10. O que é necessário para fortalecer as organizações do bairro?

➤ **Sobre os serviços públicos no bairro:**

- 2.11. Você tem acesso aos serviços públicos oferecidos no bairro?
- 2.12. Esses serviços asseguram alguma forma de participação da comunidade?
- 2.13. Como você avalia a suficiência desses serviços?

➤ **Sobre os Projetos Sociais no bairro:**

- 2.14. Quais os projetos sociais mais importantes existentes no bairro?
- 2.15. Esses projetos asseguram alguma forma de participação da comunidade?
- 2.16. Como você avalia a implementação desses projetos sociais?

3. PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Obs.: Essas questões deverão ser respondidas na ótica do sujeito/ coletivo a que a pessoa pertence.

3.1. Quanto ao fortalecimento das organizações e dos canais de participação e controle social:

- 3.1.1. Que ações você sugere que seriam importantes para o fortalecimento das organizações do bairro? (comunitárias, culturais, esportivas, de mulheres, de jovens, de idosos, grupos religiosos etc.).
- 3.1.2. Que ações você sugere que seriam importantes para o fortalecimento dos canais de participação e controle social nas etapas de desenvolvimento das obras e equipamentos sociais no bairro? (conselhos, fóruns, redes, comissões, audiências públicas etc.).

3.2. Quanto à formação continuada das lideranças das organizações e movimentos:

- 3.2.1. Que ações você sugere para melhorar a formação continuada das lideranças dos grupos, organizações e movimentos comunitários? (cursos, seminários, encontros, palestras etc.).

3.3. Quanto à comunicação e socialização das informações:

3.3.1. Que ações você sugere para criação / fortalecimento de canais de comunicação e mídias alternativas que contribuam para o compartilhamento de informações de interesse público do bairro?

3.4. Quanto à articulação comunitária / e estabelecimento de parcerias:

3.4.1. Que ações você sugere para melhorar a **articulação** entre as organizações da comunidade no sentido de fortalecer suas lutas?

3.4.2. Que ações você sugere para melhorar as **parcerias** entre as organizações da comunidade com as instituições públicas e privadas?